

**COLÉGIO GRAHAM BELL – EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO
FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**MARINGÁ – PR
2011**

COLÉGIO GRAHAM BELL

www.colegio@colegiograhambell.com.br

ENDEREÇO: RUA: EVARISTO DA VEIGA Nº 93

CEP: 87 030-370

BAIRRO: ZONA SETE

TELEFONE: (44)3227-4647

MUNICÍPIO: MARINGÁ – PR

NRE: MARINGÁ PR

REDE PARTICULAR DE ENSINO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1.HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO	09
2.O PATRONO	13
3.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
4.AVALIAÇÃO	20
5.PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA	22
6.EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA AFROBRASILEIRA	26
7. REGIMENTO ESCOLAR.....	27
7.1 MATRÍCULA.....	27
7.2 FREQUÊNCIA.....	27
7.3 TRANSFERÊNCIAS.....	28
7.4 CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO	29
7.5 REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR.....	29
7.6 ADAPTAÇÕES	29
8. CALENDÁRIO ESCOLAR.....	30
9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	30
ANEXO I	
1. PLANO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	33
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	34
1.2 ESTRUTURA DO SEGMENTO	37
1.3 METODOLOGIA	38
1.4 OBJETIVOS	41
1.5 AVALIAÇÃO	42
ANEXO II	
2. PLANO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL I	45
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	46

2.2 ESTRUTURA DO SEGMENTO	49
2.3 METODOLOGIA	50
2.4 OBJETIVOS	53
2.5 AVALIAÇÃO	54
2.6 PROJETO – ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS	56
1 ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR	57
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA ESCOLA	57
3 OBJETIVOS	58
4 MARCO SITUACIONAL	59
5 MARCO CONCEITUAL	62
6 AVALIAÇÃO	63
6.1 PRIMEIRO E SEGUNDO ANO DE 9 ANOS	63
6.2 TERCEIRO AO NONO ANO DE 9 ANOS	64
6.3 MATRIZ CURRICULAR (ANOS INICIAIS)	65
6.4 MATRIZ CURRICULAR (ANOS FINAIS)	66
7 RECURSOS FÍSICOS	67
8 ENSINO MÉDIO	67
8.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	69
8.2 ESTRUTURA DO SEGMENTO	70
8.3 METODOLOGIA	71
8.4 AVALIAÇÃO	73
8.5 ÁREAS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO	75
8.5.1 ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	77
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	77
2 OBJETIVOS	79
3 METODOLOGIA	80
4 AVALIAÇÃO	82
8.5.2 ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	84
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	84
2 OBJETIVOS	85
3 METODOLOGIA	86
4 AVALIAÇÃO	91

8.5.3 ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS.....	92
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	92
2 OBJETIVOS.....	94
3 METODOLOGIA.....	95
4 AVALIAÇÃO	97
8.6 PARTE DIVERSIFICADA	98
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	98
2 OBJETIVOS.....	99
3 METODOLOGIA	99
4 AVALIAÇÃO	100
9. CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM ELETRÔNICA	101
JUSTIFICATIVA.....	101
OBJETIVOS	101
DADOS GERAIS DO CURSO	102
1. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	102
2. EIXO TECNOLÓGICO.....	102
3. CARGA HORÁRIA	102
4. REGIME DE FUNCIONAMENTO.....	102
5. REGIME DE MATRÍCULA	102
6. NÚMERO DE VAGAS	102
7. PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	102
8. REQUISITOS DE ACESSO	103
9. MODALIDADE DE OFERTA	103
PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO	103
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À	
ESTRUTURA DO CURSO	104
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ELETRÔNICA	105
SISTEMA DE AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE	
CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	107
SISTEMA DE AVALIAÇÃO	107
CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E	
EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	108

ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO, ANEXANDO OS TERMOS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM EMPRESAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE SEJAM VINCULADAS AO CURSO.....	109
CERTIFICAÇÃO	110
RECURSOS MATERIAIS	110
10 CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM ELETROTÉCNICA.....	111
JUSTIFICATIVA.....	111
OBJETIVOS.....	112
DADOS GERAIS DO CURSO	112
1. HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	112
2. ÁREA PROFISSIONAL	112
3. CARGA HORÁRIA	113
4. REGIME DE FUNCIONAMENTO.....	113
5. REGIME DE MATRÍCULA	113
6. NÚMERO DE VAGAS	113
7. PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	113
8. REQUISITOS DE ACESSO	113
9. MODALIDADE DE OFERTA	113
PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO	114
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO	114
MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	116
SISTEMA DE AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	118
SISTEMA DE AVALIAÇÃO	118
CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	120
ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO, ANEXANDO OS TERMOS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM EMPRESAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE SEJAM VINCULADAS AO CURSO	121
CERTIFICAÇÃO	121
RECURSOS MATERIAIS	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 124

INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é o documento que norteia todas as ações administrativas e pedagógicas da instituição escolar, pautado na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, Diretrizes Curriculares Estaduais e demais Políticas Públicas vigentes.

A elaboração do referido projeto ocorreu com a participação coletiva de toda a comunidade escolar: docentes, estudantes, equipe pedagógica, funcionários, direção e pais, resgatando a identidade do colégio e ressaltando a função social da escola, que é utilizar-se dos conteúdos científicos para formar indivíduos capazes de entender as contradições sociais, possibilitando a atuação do mesmo na defesa de uma sociedade mais justa e capacitação para o mercado de trabalho.

Neste sentido, esse documento traz a organização pedagógica do colégio, a descrição da estrutura física, os recursos humanos, bem como as teorias que fundamentam nossas ações. Para nós, o Projeto Político Pedagógico é a busca de um rumo, de uma direção, é um compromisso coletivo objetivando melhorar a prática educacional. Trata-se de um processo e não de um documento conclusivo, o ato de reelaborar o PPP deve ser compreendido como um espaço para mudanças e reflexões das práticas, das possibilidades e das limitações que surgem em nosso dia – a – dia, enquanto educadores.

O Colégio Graham Bell oferta vários níveis de ensino e cursos à comunidade maringaense e regional.

1. Educação Infantil;
2. Ensino Fundamental;
3. Ensino Médio;
4. Curso de Ensino Profissional – Habilitação Técnico em Eletrônica;
5. Curso de Ensino Profissional – Habilitação Técnico em Eletrotécnica.

1. HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

No prédio onde hoje funciona o Colégio Graham Bell, funcionava uma escola que ministrava o Ensino Pré-Escolar, o 1º Grau Regular e Cursos Profissionalizantes nas áreas de Eletrônica e de Eletrotécnica.

Essa escola foi extinta por determinação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná e os seus 351 alunos deveriam ser transferidos para outros estabelecimentos de ensino similares.

Em Maringá e região não existia escola que ministrava tais cursos profissionalizantes e os alunos desses cursos, fatalmente, perderiam os estudos já iniciados e os professores de disciplinas específicas perderiam seus empregos.

Alguns professores daquela escola – Adair Dumas, Airton Morgenstern, José Marques, Jose Roberto Sibin e Mauro de Oliveira Carlos reuniram-se para tentar achar uma solução para o problema de alunos e professores.

A solução era montar uma escola que ofertasse os mesmos cursos. No entanto, o investimento era muito alto e, assim convidaram mais dois amigos, que não eram professores, a juntar-se ao grupo – Homero Gustavo dos Santos e Reginaldo Senegalha Moretti.

Assim, aos vinte dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco foi criado o Colégio Graham Bell – Ensino Pré-Escolar, de 1º Grau Regular e de 2º Grau Regular e Supletivo (a partir de setembro de 1998, por questões de adequação de nomenclatura à nova LDB o Colégio passou a denominar-se Colégio Graham Bell – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional), tendo como Entidade Mantenedora o CECIMAR – Centro Educacional e Científico de Maringá S/C Ltda, com sede na Rua Evaristo da Veiga, nº 93, Zona Sete, Maringá, Estado do Paraná.

A escolha do nome do colégio foi feita através de votação entre os sete sócios e recaiu sobre o nome Graham Bell, pelo fato deste ter sido o inventor do telefone, aparelho que representa com muita propriedade a comunicação, objetivo primeiro da escola, especialmente pelo fato da mesma ofertar cursos nas áreas de tecnologia avançada como a Eletrônica e a Eletrotécnica e, também, por Alexander Graham Bell, como físico, identificar o perfil científico, de pesquisa e de inovação que o grupo de sócios propunha.

Nessa reunião, do dia 20 de abril de 1995, foram indicados e tomaram posse em suas funções, a primeira diretoria do colégio Graham Bell que foi assim constituída; Representante legal da mantenedora – Airton Morgenstern; Diretor – Homero Gustavo dos

Santos; Secretária – Márcia Cristina Regiani de Souza; Supervision Escolar – Luciane Polônio Beltran; Orientadora Educacional – Tânia Maria Martini Trabuco.

O tempo foi passando, as dificuldades foram muitas, a burocracia para se conseguir a autorização de funcionamento do colégio (contamos aqui, com a valiosa colaboração da então chefe do Núcleo Regional de Ensino de Maringá, professora Adelaide Gonzalez Colombari e do presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Paulo Maia); a falta de confiança de alguns professores, pais e alunos (restaram 288 apenas), sensibilizados, talvez, com o fechamento da antiga escola, a falta de dinheiro para fazer frente às despesas – faltava tudo: carteiras, móveis, livros para a biblioteca, equipamentos para os laboratórios e até, experiência para levar avante uma escola e todos os problemas envolvidos. Foi preciso muita fé, muita força de vontade, muita garra para prosseguir. Nessa luta alguns não resistiram e desertaram, alguns persistiram e a estes foram se juntando outros lutadores que agora formam a família Graham Bell.

No ano 2000, são cinco os sócios: Adair, Airton, Homero, José Roberto e Mauro. A atual diretoria é constituída por: Representante legal da mantenedora – Airton Morgenstern – sócio-proprietário; Diretora – Janete Rodrigues campos – foi contratada em agosto de 1995, como diretora auxiliar; Diretor auxiliar – Homero Gustavo dos Santos – sócio-proprietário; Secretária – Sionéia Vicente Emídio Rampazzo – foi contratada em agosto de 1995, como auxiliar de secretaria; Supervisora escolar – Cintia Mara Valer Redivo – remanescente da antiga escola, onde atuava como professora do Jardim III; Orientadora educacional – Zilda Aparecida Biussi – contratada em outubro de 2000; Coordenadora pedagógica do Diurno – Margarete Aparecida Borges – contratada em fevereiro de 2000; Coordenadora pedagógica do noturno – Valkiria Trindade de Almeida Santos – remanescente da antiga escola, onde atuava como professora de 4ª série; Coordenador de Estágio Supervisionado – Mauro de Oliveira Carlos – sócio-proprietário; responsável pelo setor de Recursos Humanos – Adair Dumas – sócio-proprietário; responsável pelo setor Financeiro – José Roberto Sibin – sócio-proprietário.

Hoje somos cerca de sessenta e cinco funcionários e 500 alunos. Conseguimos, nesses cinco anos, fazer com que o nome “Colégio Graham Bell” seja respeitado no cenário educativo de Maringá e região, pela seriedade do trabalho que realizamos e pela qualidade do ensino que oferecemos.

Esta é a história, isto é, os fatos que deram à luz o Colégio Graham Bell. Para nós a história estava completa e havíamos resolvido registrá-la em nosso projeto Político

Pedagógico. No entanto, há fatos que, para não causarem embaraços, foram omitidos, como o nome da escola que funcionava neste local e que foi fechada por irregularidades. Não convinha ao Colégio Graham Bell relembra-lo.

Entretanto, no dia 23 de agosto de 2000, ao recebermos a visita de um professor de 78 anos, ficamos sabendo que existe uma outra história, muito mais antiga e honrosa, e que vale a pena registrar.

Esse professor é o senhor Benno Wagner. Ele veio nos visitar acompanhado de sua esposa, a senhora Tereza Teruyo. O objetivo de sua visita era nos convidar para o lançamento da série de livros de sua autoria “Volta às Raízes”. Através de nossa conversa, tomamos conhecimento que o professor Benno Wagner foi diretor e proprietário, na década de 70, do Colégio São José, primeira escola a funcionar nas dependências do atual Colégio Graham Bell.

Soubemos, também, que a história do Colégio São José está registrada no livro VI da série “Volta às Raízes”, intitulado “Maringá, Cidade Canção”, do qual, com a permissão do autor, transcrevemos o capítulo denominado “Escola Técnica”.

“A atual Escola Técnica Graham Bell, de Maringá, tem uma longa e gloriosa história no ensino de Maringá”. As raízes de sua existência remontam ao início de Maringá.

As primeiras famílias japonesas, vindas a Maringá, no afã de transmitir a seus filhos algo de sua cultura e linguagem, começaram uma pequenina escola particular de língua japonesa.

Dom Jaime Luiz Coelho, logo no início de suas atividades religiosas e sociais na Diocese, viu a importância desta pequenina obra escolar, propôs transformá-la em uma escola primária, dentro dos parâmetros da legislação existente. Sabiamente o setor de língua japonesa não foi extinto. Foi criado, porém, o curso primário normal da primeira à quarta série. Cinco anos depois, acrescentou o antigo, até a oitava série. Por esta razão, continuando de um lado a língua japonesa, e do outro, o curso primário e o ginásial, o estabelecimento foi denominado, Escola Mista São José. Dom Jaime, durante uma década foi o seu patrono e diretor oficial. Foi uma sábia e prudente medida, que a colônia japonesa adotou, e ao mesmo tempo uma grande realização escolar de Dom Jaime.

Quando em 1970 o ACEMA me procurou para assumir a direção da Escola Mista São José, esta era apenas uma pequena escola primária, co-existindo o curso de língua japonesa a parte.

Empossado na direção, logo me veio a ideia de transformá-la em uma Escola Técnica. Pus mãos à obra. Quando deixei o estabelecimento 10 anos depois, o meu sonho se realizara plenamente.

A ideia, eu a trouxe do Japão, onde a ciência Eletrônica, na época, dominava o mercado científico.

O meu plano estava concebido. Foi muito bem recebido pelos maiores da colônia japonesa de Maringá, sob os auspícios do então presidente Fujiwara.

Eu tinha carta branca para agir. Foi uma ação fulminante.

Junto com minha esposa Tereza Teruyo, que já então assumira a direção do curso de língua japonesa, fui a Curitiba fazer um minucioso estudo sobre o funcionamento de um curso técnico de Eletrônica. Fomos direto à Escola Técnica do Paraná, CEFET. Fomos muito bem recebidos pela direção. Montamos o plano de um curso técnico de quatro anos, em Eletrônica e Eletrotécnica, nos moldes previstos pela legislação.

Aprovado pelo ACEMA, apresentei o plano dos dois cursos ao Conselho Estadual de Educação em Curitiba. Lá fui muito feliz, porque na presidência do Conselho Estadual, se encontrava o meu ex-colega jesuíta P. Khuno Rhoden, com quem trabalhara no início da fundação do Colégio Medianeira de Curitiba. A aprovação dos cursos veio sem demora.

Esta aprovação, porém, teve que ser precedida por alguns pré-requisitos: prédios, laboratórios, ampla biblioteca e um Corpo Docente competente.

Os aparelhos de teste para o laboratório foram buscar na Universidade Católica do Rio de Janeiro, na PUC. Para a biblioteca, em pouco tempo, consegui reunir 5.000 volumes. O Corpo Docente técnico foi o mais difícil. Um professor amigo do CEFET de Curitiba me adiantou o seu diploma, digo melhor, me deu a necessária cobertura. Foi o suficiente e necessário, para que um técnico prático em Eletrônica de Maringá, o substituísse. Foi a essa altura também, que me valeu o meu diploma federal em Sociologia e Administração pela USP.

No Conselho Estadual propus e consegui a mudança do nome de Escola Mista São José, para Centro Técnico Educacional São José, com os cursos a nível técnico de quatro anos em Eletrônica e eletrotécnica.

A Escola Técnica estava fundada.

Os meios financeiros para tudo isso consegui do meu jeito. Apelei para a generosidade do povo de Maringá, que nunca me falhou. Fiz as promoções e festas no meu estilo. Os mais interessados eram os membros do ACEMA. Com estas e

promoções no decorrer de três anos, todos os meios necessários para biblioteca, laboratório e até para pagar um bom salário para o corpo Docente, estavam providenciados. Não faltou nada.

O Centro técnico educacional São José, estava funcionando como por encanto. A pequenina Escola Mista São José, se transformara em um grande estabelecimento de ensino, que hoje ainda é o orgulho da região.

Fui feliz também na execução do plano, pois consegui reunir uma gama de professores competentes e de alto nível, como o professor Manoel Gomes, O Professor Raul pimenta nas áreas de Língua e Cultura Geral. O professor em eletrostática e Química. O Dr. Paulo da Telepar em Eletrônica, o Dr. Luiz da Copel, em eletrônica. O professor Osvaldo Boso, em Matemática e Ciências. O professor Thomé, na área de Artística. Até um padre casado, o P. José, argentino, com muita competência ocupou o cargo de secretário do estabelecimento.

“Centenas de alunos já passaram, nestes vinte e cinco anos, pela Escola Técnica de Maringá, e hoje é uma mão-de-obra valiosa, evando avante o progresso da Paraná interiorano.”

Esta foi a história do antigo Colégio São José, contada pelo professor Benno Wagner, em um dos seus livros. Descobrimos que três dos atuais sócio-proprietários do Colégio Graham Bell – Adair Dumas, José Roberto sabin e Homero Gustavo dos Santos, assim como alguns professores atuais, e muitos pais de nossos atuais alunos, estudaram e se formaram no Colégio São José.

Em nossa conversa, o professor Benno nos contou que, por problema de saúde, vendeu o colégio e mudou-se para a cidade de Curitiba. Quando lhe contamos, os acontecimentos posteriores á vendam do Colégio S. José e que culminaram na criação do Colégio Graham Bell, sentimos muita tristeza no comentário que fez: - “... então, eu acho que não fui muito feliz nessa venda!”

- Não, professor Benno! O Senhor, com esse “mau negócio”, deu início a um processo que, tal como a fênix ressurgida das cinzas, tornou possível ao Colégio Graham Bell, resgatar a qualidade dos cursos Técnicos, tão sonhada e conquistada pelo senhor.

9. O PATRONO

Famoso por numerosas invenções das quais a mais famosa é o telefone. Alexandre Graham Bell nasceu em Edinburgo, na Escócia, a três de março de 1847. Seu

pai, Alexander Meville Bell foi uma autoridade em elocução e correção dos defeitos da fala. Era professor de surdos e inventou um código de símbolos chamado “Linguagem Visível” para ajudá-los no aprendizado. Graham Bell estudou na Escola Superior de Edinburgo. Em seguida passou pelo University College de Londres e, por fim na Escola de Wurzburg, na Alemanha, onde formou-se em medicina. Em 1870 Bell deixou a Europa e mudou-se para a América. Após um breve período transcorrido no Canadá, estabeleceu-se em Boston, onde fundou uma escola para professores de surdos. Aí trabalhou como professor de Fisiologia da voz na universidade local e dava aulas a uma moça, surda, sem esperança de cura, por quem se apaixonou e com quem mais tarde viria a casar-se. O pai da moça, Gradner Hubbard, ofereceu-se para financiar as experiências de Bell com a eletroacústica.

No início as experiências não foram muito estimulantes, pois ele só conseguiu, depois de muito esforço, transformar um impulso sonoro em impulso elétrico e vice-versa. O empreendimento continuava ainda um “sonho louco”, como dizia o futuro sogro, financiador das pesquisas, até que em junho de 1875 construiu com a ajuda de Thomas Watson, um hábil eletricitista, um aparelho que convertia ondas sonoras em sinais elétricos, capaz de transmitir a voz.

No ano seguinte o inventor já conseguia falar através do aparelho com Watson, que se encontrava a certa distância. Patentou o invento, apresentando-se na exposição do Jubileu de Filadélfia. Em um mês e meio, Bell construiu dois aparelhos para mostrar seu funcionamento aos visitantes que, inicialmente os observavam com indiferença. Interveio então um golpe de sorte: Dom Pedro II, Imperador do Brasil, reconheceu em Bell o professor da universidade de Boston, que encontrara anos antes e ficou curioso para saber o que, afinal, construía. Bell não perdeu tempo e, de uma extremidade do aparelho, recitou um trecho de Hamet. “Grande Deus” – exclamou o imperador – “isto fala!”.

Em fins de 1877, Bell apresentou à academia de Ciências um aparelho definitivo que reunia transmissor e receptor num só conjunto, já aproveitando a cápsula microfônica inventada por Edison. Continuando suas pesquisas, fundou o Laboratório Volta, onde participou da primeira experiência bem sucedida de gravação fonográfica em cera, que deu origem aos discos planos. Financiou pesquisas aeronáuticas e criou a Associação de Experiências Aéreas. Quando dirigia o Instituto Smithsonian, organizou o observatório de Astrofísica dessa instituição. Seu interesse pela educação dos surdos levou-o a escrever sobre o assunto e, inclusive a criar a associação Americana de Ensino de Surdos.

Desenvolveu também, um aparelho destinado a transmitir sons por vibração num feixe de luz ao qual batizou de “Fotofone”. Dedicou-se ao estudo da nutrição e do nascimento de carneiros, esforçou-se para fazer com que animais aprendessem a emitir sons humanos e realizou experiências com pipas, erguendo um homem à altura de cem metros. Em 1915, era inaugurada a primeira linha transcontinental norte-americana. Bell esteve presente à inauguração e conversou com Watson na outra extremidade da linha.

Quando morreu, a dois de agosto de 1922, seu invento já era reconhecido no mundo inteiro como um dos mais eficientes meios de comunicação.

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Projeto Político Pedagógico é um documento que deve expressar a missão que a instituição assume frente ao contexto social, econômico, político e cultural da sociedade contemporânea. Nesse sentido, é importante que a escola se posicione quanto a sua visão de educação no que tange à realização humana, pessoal e coletiva, a preparação para o mercado de trabalho e ao exercício da cidadania.

A estrutura de uma escola deve estar organizada com o objetivo de promover a aprendizagem e o desenvolvimento do ser humano.

Há várias formas de se conceber esse desenvolvimento e essa aprendizagem. No entanto, existe um aspecto básico comum a qualquer proposta: a aprendizagem e o desenvolvimento perpassam sempre pela relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

Nesse sentido, os problemas que envolvem a educação devem ser compreendidos no coletivo e não como uma questão individual. O professor deve ser capaz de colocar o conteúdo no curso da história e tanto o educando como o educador devem ser considerados como agentes de transformação.

Nessa perspectiva, o autoritarismo deixa de existir, rompe-se com a ideia do professor como o dono do saber. Trata-se de um processo onde o aprender vai além da transmissão de conteúdos, buscando unir o educando a sua realidade social, e as experiências trazidas pelas crianças devem ser valorizadas por professores mediadores.

Nesse processo, aprender a promover a aprendizagem é um ato de fundamental importância para o desenvolvimento físico, intelectual e afetivo do indivíduo. Para construir e recriar uma intervenção pedagógica fora dos moldes dominantes, é fundamental conhecer a realidade concreta, compreender a educação na dinâmica

histórica social. E para isso é preciso que o professor olhe e reavalie sua própria prática pedagógica.

É necessário um professor pesquisador, que não tome o conhecimento como algo pronto e acabado. Pois uma comunidade constrói vários saberes, como por exemplo, cultura, valores, conhecimentos que são transmitidos a seus membros. E esse processo envolve o aprender, ensinar e aprender a ensinar.

Trata-se de um processo dinâmico, onde o indivíduo é formado de acordo com o meio no qual está inserido. Pois segundo Leontiev (1978), a hominização se dá em função do pertencimento do homem à espécie homo sapiens. Aquilo que no homem é humano é engendrado pela vida em sociedade e pela cultura criada pela humanidade.

Em outras palavras, a formação do ser humano não se dá por mecanismos biológicos de hereditariedade, mas pela formação de sua sociabilidade no processo de trabalho (Duarte, 1996). Para viver em sociedade não lhe basta o que a natureza lhe dá ao nascer, tem de assimilar o que foi construído pela humanidade, no decurso de seu desenvolvimento histórico. O desenvolvimento da criança ou do indivíduo se dá à medida que o mesmo vai assimilando o conhecimento que está posto em seu meio social.

Nesse sentido, vale ressaltar que o simples convívio social, é insuficiente para garantir a socialização de determinados saberes produzidos pela humanidade conhecimentos científicos, artísticos, ético-filosóficos, políticos, entre outros. Necessitando, portanto da escola. Dessa forma, a escola deve ser vislumbrada no contexto do processo educativo no sentido mais amplo que corresponde à formação histórico-social do indivíduo.

A prática pedagógica precisa ser intencionalmente dirigida pelo educador desde o início do processo educativo (DUARTE, 1996). Não basta formar indivíduos, é preciso saber para que tipo de sociedade a escola está formando o indivíduo. Pois, juntamente com o conteúdo o professor transmite valor, normas de conduta, regras de comportamento, enfim sua forma de ver o mundo. E o professor tem que ter domínio do saber escolar (conteúdo), dos métodos de ensino, da organização curricular e das regras que regem a instituição escolar.

Na sociedade capitalista, impera o privilégio de poucos e a miséria de muitos, sua contradição principal é sustentar uma produção coletiva, mas o usufruto do resultado desse trabalho humano é reservado a uma minoria dominante.

Como uma prática enraizada historicamente, a educação não está imune a relações sociais desse tipo, alienadas e alienadoras. O trabalho educativo assume esse

caráter alienante, compondo essa dinâmica social, colaborando com uma formação humana limitada. Há uma formação humana unilateral e parcial, um perverso processo de desumanização que resulta da alienação econômica, mas também a reforça.

Quando regida por interesses dominantes, a produtividade da escola encontra-se justamente na sua improdutividade, pois segundo Frigotto (1984), sob moldes capitalistas, a escola é produtiva quando deixa de cumprir o seu papel de socializar os diversos saberes sociais para a parcela majoritária da sociedade. Com isso. Os professores não se reconhecem naquilo que produzem, não se reconhecem entre si, perdendo a si mesmo e suas atividades se apresentam por fins alheios e até mesmo destoados de seus compromissos com mudanças sociais.

Segundo Gramsci (1987), a realidade se constitui não apenas daquilo que é dado, daquilo que ela é, mas também daquilo que não é, mas pode vir a ser. Mas a existência de uma realidade possível não garante que ela se efetive. Não há aí um movimento de geração espontânea. Apenas admitir a existência de possibilidade não basta. É preciso uma intencionalidade assumida conscientemente.

Com base nessa perspectiva, a escola se torna um espaço de luta. O desafio é não cair no voluntarismo idealista e entusiasmático de que pela educação, podem-se resolver os problemas sociais e nem cair no imobilismo paralisante que não acredita em qualquer agir pedagógico revolucionário.

Ao agir dessa forma, parte-se de uma visão mecanicista que não capta contradições e tensões existentes, remetendo o surgimento do novo para um momento bem distante da velha realidade. É no seio da velha realidade que se encontra o gérmen do novo. É na realidade existente que a possibilidade emerge mesmo que sufocadamente.

A luta por um novo modo de vida começa no contexto do modo de vida decadente que se deseja superar. Para Duarte (1996), as possibilidades de lutas dentro da escola são limitadas, muitas vezes bastante estreitas, mas constituem o nosso ponto de partida.

Diante disso e tomando como pressuposto teórico a Teoria Histórico – Cultural que tem como principal expoente Vygotsky, que defende que é pela interação social que o homem não só tem acesso ao saber acumulado pela humanidade como, ao fazê-lo, constitui-se enquanto sujeito. Assim, a interação social é apontada como um caminho através do qual é possível antecipar o processo de aprendizagem e desenvolvimento, tornando mais produtivo e significativo a função da escola na vida do aluno.

Vygotsky foi pioneiro na descrição dos mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada pessoa enfatizando as origens sociais da linguagem e do pensamento. Ele percebeu a necessidade de estudar o comportamento humano enquanto fenômeno histórico e socialmente determinado.

A proposta metodológica de Vygotsky, denominada “método funcional da dupla estimulação”, é composta por duas variáveis fundamentais: processo e produto. Ele não despreza o resultado do comportamento, porém privilegia o estudo do processo por meio do qual se desenvolve o psiquismo humano.

Partindo da concepção de um organismo ativo, Vygotsky (2000), defende o princípio de contínua interação entre as mutáveis condições sociais e a base biológica do comportamento humano. Para ele, a constituição das funções complexas do pensamento é veiculada principalmente pelas trocas sociais e, nesta interação, o fator de maior peso é a linguagem, ou seja, a comunicação entre os homens.

A linguagem intervém no processo de desenvolvimento da criança desde o nascimento. Quando os adultos nomeiam objetos, estabelecendo associações para ela, estão auxiliando-a na construção de formas mais complexas de conceber a realidade. A fala, para Vygotsky (2001), é tão necessária quanto os olhos e as mãos, na execução de tarefas práticas.

O domínio da fala permite à criança: a utilização de instrumentos auxiliares, o planejamento da ação, o controle do próprio comportamento e, ainda, possibilita o acesso ao contato social. O processo de apropriação do conhecimento se dá, portanto, no decurso do desenvolvimento de relações reais, efetivas, do sujeito com o mundo.

Vygotsky preocupa-se com as interações entre as condições sociais em constantes mudanças e a sustentação biológica do comportamento. A possibilidade do homem se constituir como sujeito e de se apropriar dos conhecimentos acumulados pela humanidade, está condicionado ao desenvolvimento do sistema nervoso e à qualidade das trocas sociais.

Para Vygotsky (2000), a atividade deve ser entendida como trabalho organizado e desenvolvido coletivamente em um momento histórico e socialmente determinado. É por meio da atividade prática do trabalho, que os homens interagem uns com os outros, criando e transformando a natureza e a si próprios. Isto por que, a natureza humana é essencialmente social, e é na relação com o próximo, numa atividade prática comum, que os homens se constituem e desenvolvem como tal. Segundo ele, no brincar a criança projeta-se nas atividades dos adultos, ensaiando atitudes, hábitos, valores e significados

que se encontram muito aquém de suas possibilidades efetivas e que, no entanto, deverão ser depois incorporados na sua forma de agir e pensar.

No que se refere ao processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do educando, Sforzi (2004), alerta que as escolas têm deixado de lado sua principal função que é o acesso aos conceitos científicos e reforçado o pensamento empírico, os conceitos espontâneos, que por sua vez têm o compromisso com a formação de um pensamento mais elaborado.

O trabalho educativo a ser organizado em uma instituição educacional depende significativamente da concepção de homem e de mundo que o professor possui sobre as quais se alicerça o processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a Teoria Histórico Cultural, a linguagem atua como principal instrumento mediador, pela qual os conhecimentos historicamente constituídos chegam ao indivíduo, modificando-o, a ponto de propiciar o desenvolvimento qualitativo das funções psíquicas superiores, entre elas, a atenção, a memória, a percepção e o raciocínio lógico.

Para isso, o desenvolvimento psíquico deve ser compreendido como um processo que depende tanto de fatores biológicos como culturais. É influenciado e orientado pelos estímulos culturais, tornando cada indivíduo único, imprevisível, capaz de superar suas condições atuais predominantes, alterando inclusive o curso de sua história. Isso implica em que o professor compreenda e conheça o processo de desenvolvimento dos alunos, bem como as características específicas de cada turma, e que possa escolher as atividades que melhor auxiliem a aprendizagem de seus educandos, procurando selecioná-las levando em consideração o nível de desenvolvimento dos mesmos.

Dessa forma, no processo educacional o professor assume um papel de extrema relevância, uma vez que, dele depende a possibilidade ou não de auxiliar seus alunos a perceberem o que está além do imediatamente dado. Por essa razão, é importante haver uma constante busca, no sentido de melhorar a qualidade da mediação a eles dispensada.

Com isso, faz-se necessário romper com práticas pedagógicas que se atêm ao concreto, uma vez que atividades norteadas exclusivamente por representação concreta dificultam a organização do pensamento abstrato. Cabe à escola proporcionar ao aluno todos os meios necessários para vencer esses obstáculos, e não, visar apenas, sua adaptação ao meio.

A educação deve ter como objetivo uma prática pedagógica capaz de possibilitar ao educando a compreensão da prática social. Para isso, é preciso priorizar uma

educação que lute para a superação das relações sociais de dominação, não permitindo que a mesma se reduza a função de reprodução das relações sociais dominantes sobre as quais se estrutura a sociedade capitalista.

Para isso, a aprendizagem e a mediação exercem um papel extremamente importante no processo de desenvolvimento psíquico do aluno e todos têm direito à oportunidade de aprender e se desenvolver. Portanto, os obstáculos que surgem durante o processo de ensino e aprendizagem não devem ser compreendidos e explicados como características inatas e biológicas do educando. É importante, que as pessoas envolvidas nesse processo, como, alunos, pais, professores, integrantes da comunidade, entre outros, participem da elaboração das estratégias a serem seguidas durante os trabalhos que serão realizados no decorrer do ano letivo.

Assim, a escola enquanto instituição social tem uma série de funções, dentre elas, contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo, ou seja, seu desenvolvimento nos aspectos pessoal, social, cognitivo, afetivo, moral, cívico, além de, ao mesmo tempo integrá-lo na sociedade como cidadão consciente e conhecedor das necessidades do mercado de trabalho.

4. AVALIAÇÃO

Há muito tempo que a avaliação da aprendizagem vem se constituindo num sério problema educacional. Podemos perceber que toda a discussão sobre temas ligados a avaliação precisa apontar caminhos mais concretos, avançar para além de novos discursos e traduzir em ações a nova visão de avaliação.

Por mais que os professores esperem, não existem receitas para a prática educativa. O professor precisa desenvolver um método de trabalho para não se tornar escravo de técnicas e procedimentos que estão na moda. É necessário refletir e buscar formas de superar a avaliação seletiva sem, no entanto, cometer equívocos na tentativa de mudar as práticas tradicionais.

As mudanças na prática educativa do professor podem ser dificultadas por vários fatores: sistema social altamente seletivo (vestibular, ENEM, concursos, entre outros), legislação educacional refletindo a lógica social, longa tradição pedagógica autoritária e reprodutora, pressão familiar no sentido da conservação das práticas escolares (o professor não faz ditado, não se faz mais caligrafia, não sei a nota do meu filho,...), formação inadequada do próprio professor e condições precárias de trabalho. E, ainda,

do ponto de vista subjetivo, outras dificuldades podem ser sintetizadas: o professor não estar suficientemente convencido da necessidade de mudar e/ou não conseguir vislumbrar um caminho para fazê-lo.

Se não há convicção dessa necessidade de mudança, provavelmente não haverá abertura para assumir nova mediação, pois a necessidade é a força mobilizadora do sujeito para a ação.

Não saber “o que” e “como fazer”, a falta de uma orientação mais próxima à realidade do professor, muitas vezes, faz com que o mesmo tenha um forte sentimento de impotência, seja decorrente de seus limites, da sua resignação ou das convenções sociais. A avaliação, enquanto processo de reflexão crítica da realidade, deveria ajudar a descobrir as necessidades do trabalho educativo, perceber os verdadeiros problemas para resolvê-los.

Atualmente o Estado do Paraná defende a avaliação diagnóstica, somativa, processual, qualitativa e formativa. Com isto a escola está assumindo um compromisso de ir além de momentos pontuais de avaliação.

Muitas vezes, ao se discutir a avaliação discute-se apenas nota e não o que ela deverá expressar, ou seja, o que se ensinou e o que se aprendeu. É o ensino-aprendizagem em seus condicionantes que deve pautar a avaliação na escola, de forma que a avaliação seja processual e não pontual.

A avaliação processual tem como objetivo diagnóstico o que se aprendeu ou não. Para, enfim, proceder a retomada de conteúdos, a recuperação de estudos e conseqüentemente a reavaliação. As notas não são um fim último, o fim é a aprendizagem. Compor nota, portanto, é uma responsabilidade do professor, sobre a qual está toda uma compreensão da concepção de avaliação, de ensino-aprendizagem, bem como da própria educação.

E quando falamos em critérios de avaliação é preciso ter claro que há duas dimensões. O critério de avaliação defendido e acompanhado pelo coletivo escolar e o critério de avaliação defendido pelos professores em suas disciplinas. O primeiro deve ser preferencialmente no conselho de classe, com o objetivo de respaldar as discussões e as tomadas de decisões diante do acompanhamento da aprendizagem e resultado final.

O conselho de classe como um espaço assegurado coletivo, não pode se reduzir a uma discussão meritocrática, comportamentalista e qualitativa. Deve ser concebido como um momento de discussão coletiva e de articulação de ações e

encaminhamentos visando reavaliar não somente a aprendizagem do aluno, como também toda a organização do trabalho pedagógico. Portanto, cabe discutir em conselho de classe não a aprovação ou reprovação do aluno como se fosse resultado de um processo educativo fragmentado.

No que se refere ao segundo critério, o acompanhamento do ensino-aprendizagem deve ser realizado a partir da definição dos critérios de cada disciplina, os quais expressam a intencionalidade do trabalho do professor. Portanto, os critérios da disciplina estão voltados para o conteúdo. Trata-se de critérios decorrentes da intencionalidade do trabalho de cada professor em relação aos seus objetivos e aos seus conteúdos e, portanto, ao seu plano de trabalho docente. Logo, esses critérios são definidos pelo professor da série e da disciplina. Isto não significa que não devam ser discutidos também no coletivo com o objetivo de estabelecer uma relação interdisciplinar.

Os critérios de avaliação tem por finalidade auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, portanto, não se trata de instrumentos, como por exemplo, teatro, seminários, apresentação individual ou em equipe, produção escrita, entre outros. Também não são os pesos. Trata-se da expectativa de aprendizagem sobre o conteúdo trabalhado.

No Colégio Graham Bell, a avaliação se dá durante todo o processo de ensino e aprendizagem. É diagnóstica, contínua, permanente e formativa. Ela regula as aprendizagens em curso e traz abertura para um novo direcionamento no planejamento dos professores. A reflexão crítica acerca de sua prática docente auxilia o professor a diversificar os procedimentos tanto de ensino quanto de avaliação.

5. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA.

O Colégio Graham Bell se coloca como uma escola inclusiva, onde o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças com necessidades especiais têm o direito à escolarização. Para que ocorra a inclusão faz-se necessário: a socialização das informações; pesquisando textos, livros, sites reconhecidos, adaptações de experiências educacionais bem sucedidas. Buscar superar a insegurança diante do novo, do desconhecido. E essa segurança é conquistada acima

de tudo, por meio do conhecimento, de estudo e de pesquisas sobre as questões que envolvem a educação especial. É importante também, que o educador sinta-se amparado pela equipe diretiva da instituição, ou seja, que ele não está sozinho nesse processo. Cabe dizer isso também, em relação à família.

A principal resistência para a inclusão é o preconceito, a falta de informação e a intolerância a modelos mais flexíveis. Durante muito tempo a Educação especial funcionou com um sistema paralelo e não como parte integrante do sistema geral de educação, criando um mito de que é muito difícil trabalhar com o educando com necessidades especiais. Sabemos que não é fácil, mas o que estes alunos precisam, assim como os demais, é que o professor assuma seu papel de educador com dedicação e responsabilidade.

O atendimento às pessoas com necessidades especiais, por muito tempo foi considerado, sobretudo pela sociedade e pelas políticas públicas, como uma questão assistencial. No entanto, é necessário que esse atendimento seja bem planejado e estruturado para que seus direitos sejam respeitados. Nesse sentido, fica clara a urgência, de educadores e pesquisadores ligados à causa da educação, em juntar esforços para discutir essa temática, contribuindo para a compreensão de que o nível de desenvolvimento a ser alcançado pelo aluno com necessidades especiais não deve ficar restrito ao grau de comprometimento, visto que o principal aspecto do desenvolvimento mental da espécie humana é a capacidade de assimilação ou apropriação das experiências acumuladas pela humanidade. Desde o seu nascimento, a criança está rodeada de um mundo objetivo criado pelo homem e de acordo com Leontiev (1991), pode-se dizer que o desenvolvimento mental da criança se inicia em um mundo humanizado.

Destarte, o professor não deve procurar compreender o desenvolvimento do aluno deficiente partindo de uma visão organicista ou inatista, mas, com um olhar dialético, deixando de tomar a deficiência apenas como um limite, como debilidade, e sim, como uma possibilidade de superação. Uma vez que esse sujeito não é deficiente por si só, pois a deficiência está contextualizada e marcada pelas condições concretas da vida social.

Na verdade, tanto o indivíduo considerado normal como os deficientes são parte integrante da sociedade capitalista, a qual não visa seu desenvolvimento pleno, mas sim sua adaptação ao atendimento as exigências da produção capitalista.

Muitas vezes, as pessoas com deficiência mental, da mesma forma que negros, pobres e índios, são ignoradas e deixadas à sua própria sorte, tendo que buscar a

sobrevivência na caridade, quando na verdade deveriam ter seus direitos atendidos. Vivemos em uma sociedade moderna, na qual os avanços tecnológicos possibilitam ao homem as mais diversas comodidades e possibilidades. No entanto, na maioria das cidades brasileiras, um deficiente físico, por exemplo, não pode se locomover pelas ruas de forma independente, porque as barreiras arquitetônicas impedem sua autonomia. Fica explícito, portanto, que são as relações estabelecidas pela sociedade entre a deficiência e as condições de vida que determinam a incapacitação, a desvalorização e a exclusão das pessoas com deficiência.

Nos dias atuais, não vivenciamos os maus tratos como na Idade Média, mas ainda é negado à maioria dos deficientes o convívio pleno na sociedade, infringindo, assim, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, que, em seu artigo décimo primeiro, diz: “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. E, da Declaração Universal sobre os direitos da pessoa com deficiência mental, no artigo primeiro consta que “[...] o deficiente mental deve gozar, no máximo grau possível, os mesmos direitos dos demais seres humanos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1971).

Compreender o processo de desenvolvimento do deficiente mental é importante, já que, quanto mais clareza tivermos sobre essa temática, maior a possibilidade de romper com certas concepções ainda arraigadas em nossa sociedade. Segundo tais concepções, a deficiência mental é explicada apenas por fatores biológicos, fazendo com que muitos desses indivíduos sejam abandonados à sua própria sorte como se não houvesse mais nada a ser feito, negando aos mesmos a oportunidade de aprender e avançar em seu desenvolvimento pleno. De acordo com Omote (1994, p. 68):

Deficiência não é algo que emerge com o nascimento de alguém ou com a enfermidade que alguém contrai, mas, é produzida e mantida por um grupo social na medida em que interpreta e trata como desvantagem certas diferenças apresentadas por determinadas pessoas.

A educação inclusiva não implica em incluir apenas o indivíduo que apresenta necessidades educacionais especiais. Deve dar conta de oferecer uma educação de qualidade a todos.

Trata-se de um processo, em constante mudança. E a capacitação dos educadores deve ocorrer por meio de políticas públicas, políticas educacionais, organização de grupos de pessoas e também é de responsabilidade de cada um.

Um dos maiores obstáculos para o professor é o desamparo, a falta de apoio técnico e despreparo. Muitas vezes o professor não está dando conta nem mesmo dos alunos da sala regular, quanto mais do aluno de inclusão que foi inserido em sua sala de aula. Na busca de avanço à essas questões, é importante que a escola busque conscientizar a família que sua participação ativa é fundamental para o sucesso do aluno.

Vale ressaltar também as 25requê de Decroly Dewey, que é desenvolver projetos, levando em conta os centros de interesses, baseando-se no interesse do aluno. O trabalho com projetos favorece motivação, subdividir a sala em grupos, mudar de estratégias usando um tema central. O aluno incluso faz parte da escola como os demais, desta forma deverá ser recebido com carinho, informação de todos os elementos que compõe a unidade escolar, dissolvendo os medos, as resistências e os preconceitos.

Numa sociedade plural e democrática, a inclusão escolar representa um amadurecimento da política educacional. Trazer a diversidade humana que está na sociedade para dentro do espaço escolar significa democratizar esse espaço, tornando-o mais humanizado e representativo dos diferentes segmentos que compõem o heterogêneo social.

As mudanças atitudinais, por si só, não promovem transformações efetivas nas práticas educacionais e sociais. O processo de inclusão escolar se constitui à medida que se estrutura uma sólida rede de apoio ao aluno, aos professores e a família. A compreensão da educação especial como parte integrante do sistema educacional que se realiza, desde a educação Infantil até os mais elevados níveis de educação superior, é uma realidade que desenha seus contornos a partir dos movimentos mundiais em favor da inclusão.

O movimento pela inclusão de todos os alunos não se restringe ao atendimento daqueles com deficiência, pois decorre dos múltiplos fatores nela envolvidos que delimitam os grupos marginalizados e excluídos em cada um dos momentos históricos de determinada sociedade. Esses fatores incluem uma ampla rede de significações de diferentes olhares e formas de se efetivar esse processo; é na inter-reação de concepções e práticas que envolvam o eu, os outros e as instituições sociais que se definem os grupos alvo da inclusão. Dessa forma, fica claro que políticas e práticas de

inclusão não têm um significado único e consensual, já que são determinadas por múltiplos fatores.

6. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto a pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

Nesta perspectiva, o Colégio Graham Bell busca em sua proposta de trabalho criar situações educativas desenvolvidas por meio de conteúdos, atitudes e posturas que levam ao reconhecimento e valorização dos direitos dos grupos que compõem a população brasileira. É importante salientar que o respeito a esta diversidade é realizado também, com atitudes de mudanças nos discursos, raciocínio, gestos e no modo de tratar as pessoas que fazem parte dessa cultura étnico-racial.

A metodologia utilizada, principalmente nas áreas de História, Sociologia, Arte e Literatura busca realizar projetos de diferentes naturezas no decorrer do ano letivo, pesquisas e estudos que possam promover mudanças de atitudes, posturas e palavras que impliquem em desrespeito e discriminação. Estas ações têm como finalidade levar a compreensão e interpretação de raciocínios e pensamentos da Cultura Africana para que haja oportunidades de diálogo, a fim de conhecer diferentes sistemas simbólicos e estruturas conceituais, bem como, buscar formas de convivência respeitosa e projetos que visem uma sociedade em que todos se sintam encorajados a expor e defender sua especificidade étnico-racial.

Estas medidas buscam atender as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, promulgada pelo Presidente da República, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana Afro-brasileira e Indígena na Educação Básica, altera a LDB 9394/96, em seu art.26 §4º: “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e 26requênc”.

A temática foi incorporada às discussões e contemplada nas Diretrizes Curriculares com o objetivo de combater as desigualdades sociais, as discriminações e os

preconceitos étnico-raciais que ainda permeiam a sociedade brasileira. O tema referente à história e à cultura africana vem sendo trabalhado nas diversas disciplinas do currículo, tanto no Ensino Fundamental como no Médio, por meio de estudos e atividades diversas, com o objetivo de proporcionar aos alunos a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre diversas culturas, entre elas, a africana e a indígena. Fica então definido, de acordo com o “Art. 79-B, da Lei 10639/03, que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra.’”

7. REGIMENTO ESCOLAR

Matrícula, Freqüência, Transferências, Classificação e Reclassificação, Regularização de vida escolar, Adaptação.

7.1. MATRÍCULA

Matrícula é o ato formal que vincula o educando ao Estabelecimento de Ensino, conferindo-lhe a condição de aluno e através do qual fica implícita a sujeição às normas regulamentares de funcionamento. A matrícula será requerida pelo interessado se maior de idade, ou por seus pais ou responsáveis legal, quando menor de idade, deferida pelo Diretor deste Estabelecimento, num prazo, em conformidade com os dispositivos regimentais.

O período de matrícula será estabelecido no Calendário Escolar deste Estabelecimento de Ensino.

A efetivação da matrícula implica necessariamente o direito e o dever por parte dos alunos e pais ou responsáveis de conhecer os dispositivos regimentais deste Estabelecimento, a aceitação dos mesmos e o compromisso de cumpri-los integralmente.

7.2. FREQUÊNCIA

É obrigatória a 27requência às aulas e a todas as atividades escolares, sendo apurada do primeiro ao último dia do ano letivo. A 27requência será apurada por dias letivos e horas letivas. É dispensado da 27requência às aulas o aluno que esteja enquadrado nas situações prescritas na Legislação vigente. O aluno amparado pela

legislação prevista neste artigo está isento da frequência às aulas pelo prazo comprovadamente necessário, durante o qual serão atribuídos exercícios domiciliares, com acompanhamento do Colégio, sempre que compatíveis com o seu estado de saúde e as possibilidades do Estabelecimento, como compensação da ausência às aulas.

O Decreto Lei nº 1044 de 21 de outubro de 1969 dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica nos artigos 1º e 2º. A Lei nº 6202 de 17 de abril de 1975 atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo decreto citado e dá outras providências.

As Leis supracitadas podem ser consultadas na íntegra em documento elaborado e publicado pela SEED, “Legislação para Estabelecimentos de Ensino que ofertam o Ensino de 2º grau Regular”, Coletânea II.

7.3. TRANSFERÊNCIAS

São válidos para todos os efeitos, os estudos realizados em Estabelecimento de outra Unidade da Federação, desde que estejam de acordo com as respectivas normas.

Os registros referentes ao aproveitamento e à assiduidade do aluno, até a época da transferência, são atribuições exclusivas do Estabelecimento de origem, devendo os mesmos ser transpostos para a documentação escolar do aluno, neste Estabelecimento sem modificação. Em caso de dúvida quanto a interpretação dos documentos, este Estabelecimento diligenciará junto ao Estabelecimento de origem, no sentido de obter os elementos indispensáveis ao seu julgamento, sem o que a matrícula não poderá efetuar-se.

Respeitadas as disposições legais que regem a transferência e os limites estabelecidos no Regimento Escola, o Estabelecimento não poderá recusar-se a conceder transferência a qualquer de seus alunos.

Excepcionalmente, quando o Estabelecimento não puder oferecer de imediato os documentos formais e definitivos para transferência, deverá fornecer uma declaração provisória, com o compromisso de expedição da documentação completa no prazo estabelecido pela legislação vigente.

7.4. CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Classificação é o procedimento que o Estabelecimento de Ensino adota, segundo critérios próprios, para posicionar o aluno em série, fase, período, ciclo ou etapa compatível com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais e informais.

A classificação pode ser realizada por promoção, por transferência, e independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pelo Colégio, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série, período, fase ou etapa adequada.

Reclassificação é o processo pelo qual o Estabelecimento avalia o grau de desenvolvimento e experiência do aluno matriculado, levando em conta as normas gerais, a fim de encaminhá-lo ao período de estudos compatível com sua experiência e desempenho, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

7.5. REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

Constatada a irregularidade, o diretor do Estabelecimento dará ciência imediatamente ao Núcleo Regional de Educação. Quando se tratar de transferência com irregularidade, caberá à direção do Estabelecimento registrar os resultados do processo na documentação do aluno.

No caso de irregularidade detectada após o encerramento do curso, o aluno deverá ser convocado para Exames Especiais desde que os estudos tenham sido concluídos no Estabelecimento, e sob a supervisão do Núcleo Regional de Educação.

Em nenhuma hipótese a regularização escolar deverá acarretar ônus financeiros para o aluno.

7.6. ADAPTAÇÃO

A adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades normais da série ou período, em que o aluno se matricular, para que possa seguir com proveito o novo currículo.

A adaptação far-se-á pela Base Nacional Comum. A adaptação de estudos poderá ser realizada durante os períodos letivos ou entre eles, a critério do Estabelecimento.

No processo de adaptação por compromisso o aluno cumprirá determinadas atividades elaboradas pelo professor, que lhe serão atribuídas pela Equipe Pedagógica ou Coordenador do Estabelecimento, tendo por base um plano próprio de adaptação, elaborado especificamente para ele. Ao final do processo, será elaborado a Ata de Resultados e registrá-los no Histórico Escolar do aluno e no Relatório Final encaminhado à Secretaria de Estado da Educação.

8. CALENDÁRIO ESCOLAR

O Calendário Escolar, elaborado anualmente, deverá estar em consonância com as Legislações Federal e Estadual em vigor. Obedecerá a carga horária de 800 (oitocentas horas) e 200 (duzentos dias letivos), conforme a legislação do Calendário Escolar aprovado pela SEED de acordo com a nova LDB, contemplando as reuniões pedagógicas, feriados, semana cultural, recessos, conselhos de classe, início e término do ano letivo. No Calendário consta início e término do ano letivo, o período de matrículas, períodos de planejamento, dias de reuniões do Conselho de Classe e outros colegiados, dias de comemorações estabelecidas por Lei ou próprias do Colégio, períodos de recesso e férias para professores e alunos.

Alterações ocorridas no Calendário no decorrer do ano letivo, determinadas por motivos relevantes, são encaminhadas e protocoladas no Núcleo Regional de Educação em tempo hábil, para as providências cabíveis.

9. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação Institucional é construída de forma coletiva, sendo capaz de indicar as qualidades e fragilidades da Instituição e do sistema, subsidiando as políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aperfeiçoamento da gestão escolar e da educação. O objetivo dessa avaliação é destacar os pontos frágeis da Instituição e realimentar o planejamento de suas atividades. Fornece à equipe técnico pedagógica subsídio para articular os resultados da avaliação com planejamento de capacitação de professores e o estabelecimento de metas para o instituição.

Historicamente a prática avaliativa, sistematizada ou espontânea, faz-se presente na vida social e, em especial, nas ações educacionais, com objetivos e significados

diversos e muitas vezes contraditórios em relação ao valor e a qualidade do objeto avaliado. Portanto a escola, enquanto instituição educativa e científica, também precisa ser avaliada.

A escola tem a missão de produzir e socializar a ciência e a cultura, por meio da formação humana e como objeto central uma formação cidadã e profissional e a produção cultural, esses compromissos de natureza política, pedagógica e científica realizam-se por meio de processos e relações sociais complexas que precisam ser compreendidos pelos valores e significados construídos em contexto histórico-cultural específico.

Essa avaliação questionará as práticas realizadas com o objetivo de melhorar a qualificação individual e institucional.

“A avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade. Para a instituição cuja razão de ser encontra-se na prestação de serviços de qualidade à sociedade, buscando sempre a excelência na produção, sistematização e democratização do saber”. RIBEIRO (200, p.15),

O propósito da Avaliação Institucional deve ser o de conduzir ao aperfeiçoamento constante dos empreendimentos humanos. É fundamental em um processo de auto-avaliação ocorrer a participação efetiva da comunidade institucional, pois esta assegura a Auto-Análise: a instituição se pensa, repensa e viabiliza planos de ação que impliquem em mudança e desenvolvimento.

Destacando os pontos frágeis da Instituição e realimentando o planejamento de suas atividades, fornecendo à equipe técnico pedagógica subsídios para articular os resultados da avaliação com planejamento de capacitação de professores.

O objetivo fundamental da Avaliação Institucional explicita a natureza do processo que é a necessidade de potencializar e desenvolver as pessoas da instituição e, conseqüentemente a própria instituição.

A metodologia do Colégio tem a capacidade de trabalhar com indicadores internos e externos.

Sendo assim, este Estabelecimento atendendo ao princípio da globalidade e integração, empenha-se em realizar a avaliação institucional procurando fazê-la dentro do real desempenho de todos os profissionais no processo educativo, desencadeando e assegurando uma participação ativa de integralização permitindo uma visão geral e

abrangente de oportunidades dando legitimidade ao processo, trazendo benefícios mútuos, melhoramentos contínuo de desenvolvimento como um todo, estimulando cada vez mais a participação e construção de uma cultura avaliativa.

ANEXO I

PLANO CURRICULAR

APRESENTAÇÃO

O plano curricular do colégio Graham Bell é um documento anexo ao seu Projeto Político Pedagógico.

Ele foi elaborado com vistas nos fundamentos norteadores da ação educativa do Estabelecimento de ensino.

No Plano Curricular o Colégio Graham Bell transcreve seu trabalho pedagógico em todos os seus segmentos de ensino.

9. EDUCAÇÃO INFANTIL

O Artigo 29 da Lei 9.394/96 trata da Educação Infantil e diz: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Somente agora, com a Lei 9.394/96, é que a criança dos 0 aos 6 anos recebe adequado tratamento numa legislação educação. A Lei 4.024/61, simplesmente ignorou o tema. A lei 5.692/71 foi extremamente tímida, apenas recomendando aos sistemas de ensino que “valessem” para que as crianças de idade inferior a sete anos recebessem “conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”. É certo, contudo, que a atual constituição deu respaldo ao novo tratamento dado nesta LDB, à chamada Educação Infantil (artigo 208, IV), o que não ocorria com a Constituição anterior. As recentes conquistas ocorridas no Brasil no campo da educação infantil foram fruto do trabalho de educadores que sempre entenderam que era importante investir na educação das crianças dessa faixa etária, através da criação de programas formais e não-formais. E foi assim que, desde 1974 o Ministério da Educação criou em sua estrutura, uma coordenação específica para tratar da educação pré-escolar. Todavia, por falta de um posicionamento a respeito da matéria, a LDB, os programas para a chamada educação pré-escolar, sempre enfrentaram grandes obstáculos para serem

executados, a partir da questão financeira, por não constarem dos orçamentos públicos dos sistemas educacionais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente, a necessidade por instituições de Educação Infantil aparece como reflexo direto das grandes transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram na Europa, a partir do século XVIII, especialmente na França e Inglaterra, onde aparecem as creches, com caráter assistencialista, visando “guardar” as crianças órfãs e filhas de trabalhadores.

É somente no século XIX, que uma nova função passa a ser atribuída à instituição de Educação Infantil, agora mais relacionada à 34requ de educação do que assistência. Na Alemanha são criados por Froebel, os jardins de infância que enfatizam o brincar e a atividade lúdica, o desenho e as atividades que envolviam o movimento e o ritmo. Na Itália, Montessori inicia o atendimento nas “casas para Crianças”. A função destas instituições era a de compensar as diferenças das crianças, sua miséria e negligência de suas famílias.

Nos últimos tempos, no entanto, aprofundou-se o questionamento sobre os programas compensatórios e da abordagem da privação cultural, na medida que não prestam um benefício efetivo às crianças, ao contrário, para discriminá-las com maior precocidade.

Buscando superar essa educação compensatória e objetivando dar à clientela pré-escolar um atendimento de melhor qualidade, traça-se uma proposta de trabalho mais ampla, com função pedagógica, que leve em consideração as condições reais da vida das crianças, que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades que têm significado completo para sua vida e que, simultaneamente, assegurem a aquisição de novos conhecimentos.

A criança não é simplesmente um ser cognitivo, ela é também um ser social, um membro de uma classe, de uma família, de um sexo, de uma raça, de um status sócio-econômico, de um tempo, e de uma grande variedade de outras coisas.

A concepção de criança é uma noção historicamente reconstruída e que vem sendo mudada ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea no interior da sociedade.

Assim, é possível perceber que existem maneiras de se considerar as crianças pequenas dependendo da classe social a qual pertencem, do grupo étnico do qual fazem parte, pois, em nossa sociedade existe uma dualidade, de conflitos e contradições que revelam grandes desigualdades sociais. Boa parte das crianças pequenas enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduz desde muito cedo a precárias condições de vida e ao trabalho infantil, e por outro lado, outras que são protegidas de todas as maneiras recebendo de suas famílias e da sociedade em geral todos os cuidados necessários ao seu desenvolvimento.

A criança, como todo ser humano é um sujeito social e histórico, que possui uma natureza singular, que a caracteriza como ser que pensa e sente o mundo de um jeito muito próprio, utilizando-se das mais diferentes linguagens e exercendo a capacidade de ter hipóteses e hipóteses originais sobre aquilo que busca descobrir.

Segundo Emílio Odebrecht, “a criança que não conseguir chegar ou se manter na escola, irá carregar na adolescência e na vida adulta, deficiências que irão gerar dificuldades para sua profissionalização, com baixa produtividade, o indivíduo terá dificuldades para realizar-se e aumentar sua renda, o que irá refletir na formação de sua família”.

A história nos mostra que o modelo educacional se implanta pelas necessidades sociais oriundas dos diferentes segmentos da sociedade.

Hoje, nas culturas civilizadas, o conhecimento é a maior das necessidades, pois dá ao homem, a dimensão de humanidade que existe dentro dele. Entretanto, este conhecimento não é adquirido automaticamente, é resultado de trocas realizadas pelo sujeito com o meio e com os objetivos de conhecimento.

O contexto político-econômico-cultural tornou o conhecimento o produto mais importante de nossa época, exigindo assim, mudanças estruturais na educação, levando a aprender e discutir como fruto social e a estudar o homem de hoje, suas necessidades e identidade cultural.

Educar é ajudar a criança a conquistar seu espaço em um ambiente social adulto, em outras palavras, é mudar a constituição psicobiológica do indivíduo em termos da totalidade das realidades coletivas às quais a comunidade consciente atribui um certo valor.

Com isso, a escola tem que revelar dois pontos importantes constituídos pela educação: por um lado o indivíduo em crescimento, por outro os valores sociais, intelectuais e morais nos quais o educador está encarregado de iniciar o indivíduo.

O parecer nº 022/98 da CEB cita que: “as crianças pequenas são seres portadores de todas as melhores potencialidades da espécie: inteligentes, curiosas, animadas, brincalhonas, em busca de relacionamentos gratificantes, pois descobertas, entendimento, afeto, amor, brincadeira, bom humor e segurança trazem bem estar e felicidade.

- tagarelas, desvendando todos os sentidos e significados das múltiplas linguagens de comunicação, *por onde a vida se explica*;
- inquietas por tudo;
- encantadas, fascinada, solidárias e cooperativas”.

Com base nos princípios que norteiam o processo de aprendizagem, pode-se definir que o objetivo relacionado à educação infantil está direcionado ao desenvolvimento de capacidades e não de comportamentos, portanto, a educação infantil tem um papel socializador e a função de propiciar às crianças de diferentes faixas etárias situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas para que as mesmas possam ter um desenvolvimento integral envolvendo capacidades de ordem:

- Física: aquelas associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais.
- Cognitiva: estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar.
- Afetiva: estão associadas à construção da auto-estima.
- Estética: associadas à possibilidade de produção artística.
- Ética: associadas à possibilidade de construção de valores.
- Relação interpessoal: associadas à possibilidade de estabelecimento de condições para o convívio social.
- Inserção social: associadas à possibilidade de cada criança perceber-se como membro de um grupo, de uma comunidade e de uma sociedade.

Cabe à educação, fornecer de algum modo os mapas de um mundo complexo, constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele, isto é, não basta que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimento de que possa abster-se indefinidamente. É antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudanças.

A educação é, portanto, uma questão que afeta a todos, por isso, deve ser encarada de modo amplo, a partir do debate até o estabelecimento de metas e objetivos, a fim de se produzir condições efetivas para proporcionar uma educação para todos.

No Brasil a conquista ao direito à escolarização é de grande relevância, se a tivermos como pré-requisito para a conquista da cidadania, visto que a baixa escolaridade ou ausência dela é a principal causa da miséria.

Diante dessa conjuntura, há uma expectativa na sociedade brasileira para que a educação se posicione na linha de frente da luta contra as exclusões, contribuindo para a promoção e integração de todos os brasileiros, voltando-se à construção da cidadania, não como meta a ser atingida num futuro distante, mas como prática efetiva.

1.2. ESTRUTURA DO SEGMENTO

A Educação Infantil do Colégio Graham Bell é ofertada para três turmas distintas, separadas em função da faixa etária dos alunos:

- G3 – alunos que completam 03 anos até 31 de março;
- G4 – alunos que completam 04 anos durante o ano letivo;
- G5 – alunos que completam 05 anos durante o ano letivo;

-Cada ano letivo é composto de 200 dias letivos com 04 horas diárias de trabalho efetivo com o aluno, perfazendo um total de 800 horas de trabalho anuais.

O trabalho realizado com os alunos é feito através de atividades direcionadas para as seguintes áreas do conhecimento:

- 1) Linguagem Oral e Escrita -
- 2) Matemática;
- 3) Natureza e Sociedade;
- 4) Identidade e Autonomia;
- 5) Artes Visuais;
- 6) Música;
- 7) Educação Física;
- 8) Informática;
- 9) Língua Estrangeira.

As atividades direcionadas para as áreas de linguagem oral e escrita, artes visuais, matemática, natureza e sociedade, identidade e autonomia e música serão ministradas pelo próprio professor da sala que deverá ter a habilitação mínima de Magistério com especialização em Estudos Adicionais de Pré-Escola em nível de Ensino Médio.

As atividades de Língua Inglesa, Educação Física e Informática serão ministradas por professores habilitados em suas respectivas disciplinas.

Além das atividades discriminadas, os alunos da Educação Infantil participam de projetos extracurriculares implantados pela escola, conforme planejamentos elaborados pelos professores de acordo com a faixa etária dos alunos.

Apresentamos a seguir o quadro curricular do Curso de Educação Infantil:

ÁREAS CONHECIMENTO	DO	TURMAS – CARGA HORÁRIA SEMANAL		
		G3	G4	G5
Linguagem Oral e Escrita	*	*	*	
Matemática	*	*	*	
Natureza e Sociedade	*	*	*	
Identidade e Autonomia	*	*	*	
Artes Visuais	*	*	*	
Música	01	01	01	
Educação Física	01	01	01	
Informática	01	01	01	
Língua Inglesa	-	01	01	
Total	20	20	20	

* - As atividades assinaladas com asterisco não contam com uma carga horária semanal específica.

1.3. METODOLOGIA

Desde o nascimento as crianças se orientam prioritariamente para o outro, o que possibilita o seu acesso ao mundo. Ela expressa seu estado de bem ou mal-estar pelas vocalizações, gestos e posturas que são percebidas, interpretadas e respondidas pelos outros, conforme aprenderam em suas experiências na cultura a qual pertencem.

A capacidade das crianças de terem confiança em si próprias e o fato de sentirem-se aceitas, ouvidas, cuidadas e amadas, oferece segurança para a sua formação pessoal e social. Por isso, há necessidade de criar condições para as crianças conhecerem,

descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, 39requê e costumes. Cabe a escola, enquanto instituição social contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo, ou seja, desenvolvimento nos aspectos pessoais, sociais, cognitivos, afetivos, morais, cívicos e éticos, e ao mesmo tempo integrá-lo na sociedade como um membro ativo e participante.

Todo ser humano, deve poder se beneficiar de uma formação concebida para responder às suas necessidades educativas fundamentais. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos de aprendizagem essenciais (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), como conteúdos educativos (conceitos, atitudes, valores), dos quais o ser humano tem necessidade para viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de sua existência, tomar decisões de forma esclarecida e continuar a aprender.

A prática educativa deve buscar situações de aprendizagens que produzam contextos cotidianos, nos quais escrever, contar, ler, desenhar e procurar uma informação tenha uma função real.

As diferentes aprendizagens se dão por meio de reorganização do conhecimento com conteúdos apresentados de forma simplificada e associados a práticas sociais reais.

Nessa perspectiva, os conteúdos devem ser concebidos como um meio para que as crianças desenvolvam suas capacidades e exercitem sua maneira própria de pensar, sentir e ser, ampliando suas hipóteses acerca do mundo ao qual pertencem e constituindo-se em um instrumento para a compreensão da realidade.

Os conteúdos abrangem, para além dos fatos, conceitos e princípios, e também os conhecimentos relacionados a procedimentos, atitudes, valores e normas como objetos de aprendizagem.

O trabalho para com os conteúdos deve ser realizado de forma intencional e integrada, pois é necessário se dar um tratamento apropriado aos mesmos. Dessa forma, vê-se necessário que o professor conheça e considere as singularidades das crianças de diferentes idades, assim como a diversidade de hábitos, costumes, valores, crenças e etnias, com as quais trabalha, respeitando suas diferenças e ampliando suas pautas de socialização. O professor é o mediador entre a criança e o objeto de conhecimento, por isso deve organizar e propiciar espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos campos de conhecimento humano.

As crianças adquirem conhecimento de objetos e raciocínio através de atividades que são úteis, ou seja, significado e compreensão não podem ser adquiridos somente através de leitura e de ouvir exposições. É necessário que a criança faça coisas, não trabalhando exclusivamente com símbolos, mas sim manipulando e explorando os objetos que o professor coloca em seu ambiente. O processo de construção da aprendizagem deve ser significativo, pois requer uma intensa atividade interna por parte da criança. É nessas atividades que ela poderá estabelecer relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios, usando para isso os recursos de que dispõe. Esse processo possibilitará a ela modificar seus conhecimentos prévios, matizá-los, ampliá-los ou diferenciá-los em função de novas informações, capacitando-a a realizar novas aprendizagens, tornando-as significativas.

O professor deve, portanto, considerar como ponto de partida para sua ação educativa, os conhecimentos que as crianças possuem, advindas das mais variadas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas. A observação acurada das crianças, os gestos, movimentos corporais, sons produzidos, expressões faciais, as brincadeiras e toda forma de expressão, representação e comunicação devem ser consideradas como fonte de conhecimento para o professor sobre o que ela já sabe.

Os conteúdos são compreendidos como instrumentos para analisar a realidade, e devem ser trabalhados de forma integrada e global, pois essa integração possibilita que a realidade seja analisada por diferentes aspectos, sem ser fragmentada. Eles visam abranger diversos espaços de elaboração de conhecimento e de diferentes linguagens: a construção da identidade, os processos de socialização e o desenvolvimento da autonomia das crianças.

O Parecer nº022/98 da CEB cita que *“os programas a serem desenvolvidos em Centros de Educação Infantil, ao respeitarem o caráter lúdico, prazeroso das atividades e o amplo atendimento às necessidades de ações planejadas, ora espontâneas, ora dirigidas, ainda assim devem expressar uma intencionalidade e, portanto, uma responsabilidade correspondente, que deve ser avaliada e supervisionada pelas Secretarias de Educação para verificar sua legitimidade e qualidade”*.

Assim, é preciso planejar oportunidades em que as crianças dirijam suas próprias ações, tendo em vista seus recursos individuais e os limites inerentes ao ambiente.

Busca-se, portanto, um ensino de qualidade capaz de formar cidadãos que interfiram criticamente na realidade para transformá-la e não apenas para que se integrem ao mercado de trabalho.

1.4.OBJETIVOS

A educação infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade.

A definição de objetivos em termos de capacidade – e não de comportamentos visa ampliar a possibilidade de concretização das intenções educativas, uma vez que as capacidades se expressam por meio de diversos comportamentos e aprendizagens e que convergem para ela podem ser de natureza diversas.

Os objetivos explicitam intenções educativas e estabelecem capacidades que as crianças poderão desenvolver como 41requência4141 de ações intencionais do professor. Eles auxiliam na seleção de conteúdos e meios didáticos.

Para que haja uma aprendizagem efetiva a educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais, expressando seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados e, agindo com progressiva autonomia;

- Interessar-se progressivamente pelo cuidado com o próprio corpo, executando ações simples relacionadas à saúde e a higiene;

- Relacionar-se progressivamente com outras crianças, com seus professores e com os demais profissionais da instituição, demonstrando suas necessidades e interesses;

- Identificar e enfrentar situações de conflito, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;

- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;

- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências;

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;

- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;

- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;

- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressando suas 42requê, sentimentos, necessidades e desejos e, avançando no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;

- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;

- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade cultural;

1.5.AVALIAÇÃO

“Avaliar se refere a qualquer processo por meio do qual alguma ou várias características de um aluno, de um grupo de estudantes, de um ambiente educativo, de objetivos educativos, de materiais, professores, programas, etc., recebem a atenção de quem avalia, analisam-se e valorizam-se suas características e condições em função de alguns critérios ou pontos de referência para emitir um julgamento que seja relevante para a educação”.

As formas de conceber e praticar a avaliação têm a ver com: a evolução das funções que a instituição educativa cumpre na sociedade e no mercado de trabalho; as posições que se adotem sobre a validade do conhecimento que se transmite; as concepções que se tenham da natureza dos alunos e da aprendizagem

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor; e

acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição.

A avaliação nessa etapa deve ser processual e destinada a auxiliar o processo de aprendizagem, fortalecendo a auto-estima das crianças, como um conjunto de ações que auxiliem o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas de modo a ajustar sua prática às necessidades colocadas pelas crianças. É um elemento indissociável do processo educativo que possibilita ao professor definir critérios para planejar as atividades e criar situações que gerem avanços na aprendizagem das crianças. Tem como função acompanhar, orientar, regular e redirecionar esse processo como um todo.

A observação das formas de expressão das crianças, de suas capacidades de concentração e envolvimento nas atividades, de satisfação com sua própria produção e com suas pequenas conquistas é um instrumento de acompanhamento do trabalho que poderá ajudar na avaliação e no replanejamento da ação educativa. Deve se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim as situações de aprendizagem que foram oferecidas, isso significa dizer que a expectativa em relação à aprendizagem da criança deve estar sempre vinculada às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela.

A avaliação deve permitir que as crianças acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades. Nessas situações, o retorno para as crianças se dá de forma contextualizada, o que fortalece a função formativa que deve ser atribuída à avaliação. Além dessas, existem outras situações que podem ser aproveitadas ou criadas com o objetivo de situar a criança frente ao seu processo de aprendizagem. É importante que o professor tenha consciência disso, para que possa atuar de forma cada vez mais intencional. Isso significa definir melhor a quem se dirige a avaliação: - se ao grupo todo ou a uma criança em particular? – qual o melhor momento para explicitá-la e como deve ser feito? Esses momentos de retorno da avaliação para a criança devem incidir prioritariamente sobre as suas conquistas.

Apontar aquilo que a criança não consegue realizar ou não sabe, só faz sentido numa perspectiva de possível superação, quando o professor detém conhecimento sobre as reais possibilidades de avanço da criança e sobre as possibilidades que ele tem para ajudá-la. Do contrário, ao invés de potencializar a ação da criança e fortalecer a sua auto-estima, a avaliação poder provocar-lhe um sentimento de impotência e fracasso.

Outro ponto importante de se marcar refere-se à representação que a criança constrói sobre a avaliação. O professor deve ter consciência de que a forma como a avaliação é compreendida na instituição e por ele próprio, será de fundamental importância para que a criança possa construir uma representação positiva da mesma, deve também estar ciente do que pretende que as crianças aprendam, podendo selecionar determinadas produções das crianças ao longo de um período para obter com mais precisão informações sobre sua aprendizagem.

Os pais, também, têm o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, se inteirando dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e ações desenvolvidas pela instituição.

A avaliação deve se dar de forma sistemática e contínua, tendo como objetivo principal a melhoria da ação educativa.

ANEXO II

9. **ENSINO FUNDAMENTAL**

A Lei 9.394/96 traz em seu artigo 32, que antes previa: “*O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante:*

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e a tolerância recíproca em que se assenta a vida social”

Entretanto, com a lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, resolução nº. 3 de agosto de 2005, altera a redação dos arts. 29,30,32 e 87 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Desse modo, o ensino fundamental, integrante da educação básica, fica obrigatório a todo cidadão brasileiro, a partir dos seis anos, sem limite de idade.

No parágrafo primeiro do artigo 32, são estabelecidos os quatro pilares que deverão continuar sendo considerados na formulação dos objetivos do ensino fundamental: desenvolvimento da capacidade de aprender; compreensão do ambiente natural e social; aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; valorização dos vínculos da família, da solidariedade humana e da tolerância.

Esses pilares norteadores do ensino fundamental será a base para fundamentarmos teoricamente o objetivo de ensino/aprendizado que será desenvolvido a partir das séries iniciais do ensino fundamental.

2.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo do pressuposto que o homem é um ser criativo e o único a conceber 46requê é necessário não se iludir com uma visão imediatista e instrumental da Educação.

A denominada “revolução informática”, implantada pelos homens do sistema capitalista, promove mudanças significativas na área do conhecimento, que passa a ocupar um lugar central nos processos de desenvolvimento em geral. É possível afirmar que a educação se transforma rapidamente, a fim de acompanhar o desenvolvimento de todas as instâncias que contextualizam a atual sociedade.

Dessa forma, a escola deve estar em consonância com as alterações vigentes e propiciar a formação de um cidadão condizente com a sua realidade. Para tanto, é importante abrir e construir espaços para considerar a pessoa em toda sua plenitude: “realização da pessoa que, na sua totalidade, significa aprender a ser”. Certamente, para atingir esses propósitos a Escola como instituição social precisa ser transformada em sua estrutura organizacional e curricular.

A tensão reside entre o global e o local, ou seja, entre tornar-se pouco a pouco cidadão do mundo sem perder suas raízes, participando ativamente da vida de sua nação e de sua comunidade. Num mundo marcado por um processo de mundialização cultural e globalização econômica, os fóruns políticos internacionais assumem crescente importância, no entanto, as transformações em curso não parecem apontar para o esvaziamento dos Estados/Nação. Pelo contrário, a busca de uma sociedade integrada no ambiente em que se encontra o “outro” mais imediato, na comunidade mais próxima e na própria nação, surge como necessidade para chegar à integração da humanidade como um todo. É cada vez mais forte o reconhecimento de que a diversidade étnica, regional e cultural continuam a exercer um papel crucial e de que é no âmbito do Estado/Nação que a cidadania pode ser exercida.

Em momentos de transição, tal qual vpresenciamos, é preciso questionar a posição que está reservada aos jovens na escola, nos grupos comunitários e na Nação. A eles cabe o direito de escolher seu caminho na vida e de realizar suas potencialidades, na medida das possibilidades que lhes são oferecidas, na riqueza de sua própria cultura, assumindo papel tanto de usuário como de produtor de novas tecnologias, sem renegar os valores e o cultivo de bens culturais locais. À educação fica a tarefa de alcançar

valores que podem ser chamados morais/espirituais e suscitar em cada um tais valores, segundo suas tradições e convicções.

Portanto, faz-se necessária uma proposta educacional que tenha o objetivo de qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Não basta visar a capacitação dos estudantes para futuras habilidades em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. Isso coloca novas demandas para a escola.

O Parecer nº 04/98 da CEB cita que: *“Ao valorizar a experiência extra-escolar dos alunos e propor a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, a LDB é 47requeência47 com os arts. 205 e 206 da Constituição Federal, que baseiam o fim maior da educação no pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

Ao elaborar e iniciar a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Ministério da Educação propõe um norteamento educacional às escolas brasileiras, *“a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação*

possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseada nos princípios democráticos”.

A finalidade da educação escolar, como citado acima, é formar o novo cidadão e o cidadão necessário. Para o aluno significa formá-lo com capacidade para ter uma inserção social crítica/transformadora na sociedade em que vive, ou seja, uma sociedade fruto e obra do trabalho humano, cujo elevado progresso pode desfrutar, relevando-se, também, como uma sociedade contraditória, em que grande parte dos seres humanos está à margem dessa riqueza, de benefícios, do progresso e da humanização. Assim, educar na Escola significa ao mesmo tempo preparar o homem, para elevar-se ao nível da civilização atual – da sua riqueza e dos seus problemas – para aí atuarem. Isto requer uma preparação científica, técnica e social.

Assim sendo, possibilitar que os alunos adquiram os **conhecimentos** da ciência e da tecnologia, desenvolvam as **habilidades** para operá-los, revê-los, transformá-los e redirecioná-los em sociedade e apresentar **atitudes sociais** de cooperação, solidariedade e ética, e colocarem os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade, resume-se no objetivo maior da escola.

Tudo isso, porém, passa a requerer das escolas e dos sistemas de ensino, que os mesmos se direcionem, se organizem, se equipem para tal; revejam sua organização e organizem-se dentro de uma nova ordem mundial. Essa nova ordem precisa ser construída a partir da já existente, pelas pessoas envolvidas – os profissionais, os alunos e as famílias.

Para chegar à explicitação da nova organização é necessário que a Escola traduza para si, especifique e detalhe os **avanços e os problemas** da civilização atual – a riqueza e a miséria: a fome, a falta de moradia, de trabalho, a violência, a acumulação de riquezas, a barbárie, etc. Que desafios a problemática da civilização coloca para a Escola, a fim de que esta forme o novo cidadão? Como a Escola vai traduzir essa problemática? Estas são as questões fundamentais da nova organização do trabalho na Escola.

Há que se considerar ainda que, para se chegar à nova organização escolar é necessário perceber que as mesmas escolas, participem da mesma problemática civilizatória, e que apesar de não serem iguais, estão inseridas no mesmo contexto. Por isso, não se trata de encontrar uma única forma nova de organizar o trabalho nelas, correndo o risco apriorístico essencialista de querer um modelo universal. O que é

possível para as escolas, é definir alguns princípios norteadores para essa organização nova.

“Falar da educação, de seus problemas e sua importância é falar do homem, de suas aflições, suas angústias, necessidades, realizações e esperanças. Seja qual for a tendência pedagógica que seguimos ou a escola filosófica que expressamos, sempre carregamos conosco uma determinada concepção de homem. Daquilo que pensamos do homem, de como o queremos, de como o concebemos, vão determinar nossos procedimentos na educação. Se quisermos o homem livre lutaremos para isso, se concebermos o homem sem liberdade continuaremos com nossas formas massificadoras de fazer educação” (Arnaldo Nogaró).

2.2. ESTRUTURA DO SEGMENTO

O curso de Ensino Fundamental, antes ofertado pelo Colégio Graham Bell, em oito séries, passará a ofertar esse nível de ensino em 09 anos, e obedecerá a lei 11.274/06, bem como as normas da Lei 9.394/96 no que refere ao currículo básico, carga horária, calendário escolar e demais disposições inerentes a este grau de ensino.

Levando-se em conta a diversidade da faixa etária dos alunos, bem como as especificidades metodológicas, o Ensino Fundamental será dividido em duas partes:

- 1) Anos iniciais do Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano;
- 2) Anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano.

No que se refere ao calendário escolar, todas as séries do Ensino Fundamental contarão com 200 dias letivos, com carga horária mínima de quatro horas diárias de atividades com os alunos, perfazendo uma carga horária mínima anual de 800 horas.

No caso das séries iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), o trabalho pedagógico será desenvolvido através de atividades agrupadas em áreas:

- a) Linguagens – compreendendo atividades nas disciplinas de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (com opção pela Língua Inglesa), Educação Física, Artes e Informática;
- b) Ciências Naturais e Exatas – compreendendo atividades nas disciplinas de Ciências e Matemática;
- c) Ciências Humanas – compreendendo atividades nas disciplinas de História e Geografia.

As atividades de Língua Portuguesa, Artes, Matemática, Ciências, História e Geografia serão trabalhadas pelo professor da série, com habilitação mínima em curso de Magistério em nível de 2º Grau. Esse professor poderá contar com a ajuda de professores auxiliares que trabalharão, preferentemente com alunos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem.

As atividades de Educação Física, Língua Estrangeira Moderna e Informática serão trabalhadas por professores distintos, devidamente habilitados nas respectivas disciplinas.

Os temas transversais serão trabalhados pelo professor da série e/ou pelos professores das atividades específicas de cada tema ou, ainda, através dos projetos extracurriculares desenvolvidos pela escola.

Para as turmas dos anos finais do ensino fundamental, isto é, do 6º ao 9º ano, o trabalho pedagógico será desenvolvido em disciplinas, com cargas horárias específicas, listadas no quadro curricular a ser aprovado pelo órgão competente da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, e serão ministradas por professores devidamente habilitados em nível superior nas respectivas disciplinas.

Além das atividades descritas anteriormente os alunos participarão dos projetos extracurriculares que o colégio implantará, dependendo das turmas a serem contempladas em cada projeto, conforme planos elaborados pelos professores coordenadores de cada um destes projetos.

2.3. METODOLOGIA

A educação é hoje uma prioridade revisitada no mundo inteiro, pois diferentes países, de acordo com suas características históricas promovem reformas em seus sistemas educacionais, com a finalidade de torná-los mais eficientes e 50requência50 no preparo de uma nova cidadania, capaz de enfrentar a revolução tecnológica. Dessa forma, vê-se que o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa constituem-se matérias-primas vitais para o desenvolvimento e a modernidade, não se trata mais de alfabetizar para um mundo no qual a leitura era privilégio de poucos, mas sim para contextos culturais nos quais a decodificação da informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho.

Segundo Martelli “o conhecimento será a viga mestra da 50requênc social; e sua disseminação, o único elemento capaz de unir modernização e desenvolvimento humano,

ou seja, a escola é o motor do desenvolvimento social e tem como pressupostos os novos direitos da cidadania”.

A necessidade de reforçar e dar tratamento adequado aos conteúdos básicos coloca-se, também, em função das características que a sociedade vem adquirindo pela disseminação de tecnologias sofisticadas de comunicação e informação.

Cabe a escola, garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática e a atuação no sentido de reformular as deformações dos conhecimentos, as imposições de crenças dogmáticas e a petrificação de valores. Os conteúdos devem, portanto estar ligados com as questões sociais que marcam cada momento histórico.

A escola deve assumir-se como um espaço de formação e informação, onde a aprendizagem de conteúdos deve favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais marcantes e em um universo cultural maior, proporcionando assim, o desenvolvimento de capacidades, de modo a contribuir para a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais.

A educação fundamental tem assim a função de garantir condições para que o aluno construa instrumentos que o capacitem para um processo de educação permanente. Através da aprendizagem de metodologias capazes de priorizar a construção de estratégias de verificação e comprovação de hipóteses na construção do conhecimento, da construção de argumentação capaz de controlar os resultados desse processo, do desenvolvimento do espírito crítico capaz de favorecer a criatividade, da compreensão dos limites e alcances lógicos das explicações propostas.

Desta forma, a escola enquanto criadora de personalidades deve em sua metodologia incrustar no aluno que a ética fará parte de sua vida cidadã, assim como é citado no parecer 04/98 da CEB: *“Da mesma forma os Direitos e Deveres de Cidadania e Respeito à Ordem Democrática, ao orientarem as praticas pedagógicas, introduzirão cada aluno na vida em sociedade, que busca a justiça, a igualdade, a 51requênc e a felicidade para o indivíduo e para todos. O exercício da criticidade estimulará a dúvida construtiva, a análise de padrões em que direitos e deveres devam ser considerados na formulação de julgamentos”.*

“Viver na sociedade brasileira é fundamentar as práticas pedagógicas, a partir dos Princípios Estéticos da Sensibilidade, que reconhece nuances e variações no comportamento humano. Assim como a Criatividade, que estimula a curiosidade, o

espírito inventivo, a disciplina para a pesquisa e o registro de experiências e descobertas. E, também na da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais, reconhecendo a imensa riqueza da nação brasileira em seus modos próprios de ser, agir e expressar-se”.

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, pois os conhecimentos que se transmitem e se recriam na escola ganham sentido quando são produtos de uma construção dinâmica que se opera na interação constante entre o saber escolar e os demais saberes, no desenvolvimento de capacidades, como as de relação interpessoal, as cognitivas, as afetivas, as motoras, as éticas, as estéticas e as de inserção social.

Na busca de formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve-se contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na circulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes. A formação escolar deve possibilitar aos alunos condições para desenvolver competência e consciência profissional, mas não restringir-se ao ensino de habilidades imediatamente demandadas pelo mercado de trabalho.

Como educadores precisamos possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. É nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e a ser ouvido, a reivindicar direitos e a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida científica, cultural, social e política do País e do mundo.

2.4. OBJETIVOS

Os objetivos gerais do Ensino Fundamental indicam capacidades relativas aos aspectos: cognitivo, afetivo, físico, ético, estético, de atração e de inserção social de forma expressa à formação básica necessária para o exercício da cidadania.

Dessa forma, segue-se a apresentação das competências e habilidades, onde almeja-se que os alunos sejam capazes de:

- Exercer seus direitos e deveres políticos, através da participação social e política, compreendendo a cidadania como um ato do dia-a-dia, tendo atitudes solidárias e de cooperação e repúdio às injustiças, respeitar ao outro e compreender as diferenças, adquirindo e dando respeito;

- Utilizar o diálogo como forma de mediar conflitos, entendendo e fazendo-se entender, tomando decisões coletivas e conseguindo posicionar-se de maneira crítica e responsável;

- Conhecer a realidade social, material e cultural do meio onde vive para ajudar progressivamente na construção da nação;

- Ser um cidadão “*glocal*” que reconhece e entende a globalização como instrumento de união entre os povos, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do local onde vive e do meio ambiente;

- Valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais;

- Valorizar e cuidar do seu próprio corpo adotando hábitos saudáveis compreendendo que isto estará contribuindo para a sua qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

- Utilizar as linguagens: verbal, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal como meio para expressar e comunicar suas ideias, para poder atender situações diferentes de comunicação;

- Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

- Valorizar a pluralidade, bem como os diferentes aspectos socioculturais, para posicionar-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras de características individuais e sociais;

- Ter conhecimento da sua realidade para poder formular problemas e resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

2.5. AVALIAÇÃO

“A avaliação é reconhecida atualmente como um dos pontos privilegiados para estudar o processo de ensino-aprendizagem. Abordar o problema da avaliação supõe necessariamente questionar todos os problemas fundamentais da pedagogia. Quanto mais se penetra no domínio da avaliação, mais consciência se adquire do caráter enciclopédico de nossa ignorância e mais se põe em questão nossas certezas, ou seja, cada interrogação colocada leva a outras. Cada árvore se enlaça com outra e a floresta aparece como imensa.”(Cardinet, 1986^a, p.5)

A prática da avaliação é explicada pela forma como são realizadas as funções que a instituição escolar desempenha e, por isso, sua realização vem condicionada por numerosos aspectos e elementos pessoais, sociais e institucionais; ao mesmo tempo, ela incide sobre todos os demais elementos envolvidos na escolarização: transmissão do conhecimento, relações entre professores e alunos, interações no grupo, métodos que se praticam, disciplina, expectativas de alunos, professores e pais, valorização do indivíduo na sociedade, etc. Portanto, auxilia definitivamente a configurar o ambiente educativo (Fernandes Pérez, 1986). Estudar a avaliação é entrar na análise de toda a pedagogia que se pratica.

Todas estas inter-relações requisitam uma análise das funções que a avaliação cumpre na prática educativa como um meio de sensibilização dos professores, antes de se preocupar em proporcionar modelos prescritivos de avaliação para serem seguidos. Tal como entendemos a prática de avaliar, o significado e usos dos professores não vão mudar necessariamente apenas por dizer como esta se realizará, seguindo modelos teóricos ou aconselhando técnicas concretas.

Atualmente, para a teorização didática, avaliar não é só o ato de comprovar o rendimento ou qualidade do aluno, mas sim, mais uma fase, a final, de um ciclo de

atividade didática racionalmente planejado, desenvolvido e analisado, ou seja, hoje se pensa na avaliação como uma fase do ensino. A avaliação serve para pensar e planejar a prática didática e é, também um recurso para melhorar os processos pedagógicos.

Para os professores não interessa colocar a avaliação somente como um problema técnico-pedagógico que devem resolver em seu ensino, apoiados em diferentes modelos de proceder, mas também devem concebê-la como um caminho para entender o currículo real do aluno, algo que é um problema prático, prévio que ultrapassa inclusive sua vontade e que forma toda uma mentalidade.

As formas de conceber e praticar a avaliação, têm a ver com: evolução das funções que a instituição educativa cumpre na sociedade e no mercado de trabalho; as posições que se adotem sobre a validade do conhecimento que se transmite; as concepções que se tenham da natureza dos alunos e da aprendizagem; a estruturação do sistema escolar, já que serve à sua organização; a despersonalização da relação pedagógica provocada pela massificação, que leva a uma perda de conhecimento direto entre professores e alunos; a forma de entender a autoridade e a manutenção da disciplina e a emulação dos alunos nas escolas e nas aulas.

A universalização do sistema educativo adota a avaliação como uma prática desenvolvida para estimular e controlar o estudante, principalmente quando se perde a relação pessoal continuada do professor com cada um de seus alunos.

No pensamento e nas práticas de avaliação que ocorrem dentro do sistema educativo se misturam as diferentes missões e concepções de que foi objeto, de acordo com a evolução das instituições educativas. Hoje, temos a avaliação desde uma perspectiva compreensiva, cujos objetos são muito variados, com as mais diversas metodologias ou técnicas de realizá-la e a serviço de um conhecimento melhor da realidade e do progresso dos alunos em particular. Mas na prática das aulas a avaliação evidencia sua servidão a serviço de outras políticas e de outras 55requê: seleção, hierarquização, controle de conduta etc.

A avaliação é necessária para o professor, para o aluno, para os pais e para a sociedade. O professor necessita, a partir de uma avaliação do nível do aluno ao início do curso, acompanhar a evolução do processo de aprendizagem, as dificuldades e suas possíveis causas, a eficácia das práticas pedagógicas utilizadas para poder monitorar sua atuação. O aluno precisa ter indicações imediatas e contínuas do resultado de sua atividade, sem esperar até o final do bimestre, do semestre ou do ano para receber um julgamento, satisfatório ou não. Os pais, como participantes diretamente envolvidos no

processo educacional de seus filhos, precisam ter informações sobre o desenvolvimento do trabalho destes. À sociedade, a quem o sistema educacional deve uma satisfação sobre sua eficácia, deve, por certo interessar o acompanhamento do que acontece nas salas de aula. Portanto, avaliar a aprendizagem implica avaliar o ensino oferecido, se não há aprendizagem esperada significa que o ensino não cumpriu com sua finalidade: a de fazer aprender.

2.6.ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS

PROJETO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Apresentação

Entendendo que a alfabetização é algo que vai além do domínio do saber ler e escrever, pois aprofunda-se no código de linguagem que possa desenvolver várias competências, e que abrange as séries iniciais, a nossa proposta pedagógica para o ensino fundamental de 09 anos, conforme a lei 11.114 de 16 de maio de 2005, se pauta na concepção de que a inclusão da criança de seis anos no ensino fundamental visa conceber uma nova estrutura de organizações dos conteúdos que atenda, e não atropele, o aprendizado dessa criança, dentro da sua faixa etária.

Para tanto, devemos estar atentos aos cuidados que o processo de desenvolvimento de aprendizado requer para a criança. Temos que avaliar que a criança que completou seis anos encontra-se, segundo Elvira Souza Lima, em um período fundamental do seu desenvolvimento cultural, marcado por mudanças biológicas importantes. Nesse sentido, as propostas pedagógicas devem considerar os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos-lingüísticos e sociais na sua totalidade. Portanto, o professor ao propor as atividades deve envolver símbolos e significados, que são importantíssimos, como desenhar, brincar de faz de conta, praticar jogos infantis envolvendo personagens e ações imitativas, cantar, dançar, ouvir músicas, histórias e, também, conforme as Diretrizes curriculares para crianças de 6 anos de idade, o papel do professor, além de provocar todas essas atividades, é de "envolver-se com cada aluno, reconhecendo suas conquistas individuais e as coletivas, sobretudo as que promovam autonomia, a responsabilidade e a solidariedade". Logo, devemos assegurar que essa

criança que está nesse período de transição, da educação infantil para o ensino fundamental ocorra de maneira mais amena possível, e que não sofra nenhum impacto negativo no seu processo de aprendizado.

1. ORGANIZAÇÃO DA ENTIDADE ESCOLAR

Cecimar – Centro Educacional e Científico de Maringá S/C. Ltda.

Rua, Evaristo da Veiga, nº. 93, zona 07, 57re.87030-370

Fone/Fax: (44) 3227-4647

Maringá, Pr. – Núcleo Regional de Maringá

57requên@colegiograhambell.com.br

Colégio Graham Bell – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional

2. Aspectos históricos da escola

O Colégio Graham Bell foi criado aos vinte e três dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco com o Ensino Pré-Escolar, de 1º Grau Regular e de 2º Grau Regular e Supletivo (a partir de setembro de 1998, por questões de adequação de nomenclatura à nova LDB o colégio passou a denominar-se Colégio Graham Bell – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional), tendo como entidade Mantenedora o CECIMAR – Centro Educacional e Científico de Maringá S/C Ltda, com sede na rua Evaristo da Veiga, 93, zona sete, Maringá, Estado do Paraná. O espaço físico, hoje, corresponde a terreno de 1.726,98m², existente 1.747,34m², construir 302,46m², total 2.049,80m². O colégio oferece os cursos desde Educação Infantil, que se centra no período vespertino, Ensino Fundamental – turmas de 2 a 8 séries no período matutino, 1 ano de 09 anos e 1 a 4 séries no período vespertino, Ensino Médio – 1 a 3 anos matutino, Ensino Técnico em Eletrônica e Eletrotécnica noturno, Ensino Superior a Distância, conveniado com a Unopar – noturno. Devido aos vários níveis de ensino que o Colégio oferece, temos uma caracterização de população de alunos e pais, diversificada. Entretanto, visando a atual sociedade capitalista globalizada, da qual estamos inseridos, podemos entender que as diferenças fazem parte de uma formação total e que o compromisso deve ser de formar um cidadão íntegro e conhecedor dos seus objetivos,

comprometedor com a cidadania e a coletividade e crítico e envolvido com a natureza e cultura.

Entendemos por cidadania o processo histórico-social que capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico plamador de seu próprio destino. O grande desafio histórico é certamente este: como fazer das massas anônimas, deserdadas e manipuláveis um povo brasileiro de cidadãos conscientes e organizados. É o propósito da cidadania como processo político-social cultural (Boff, 2000, p.51).

Para tanto, a equipe pedagógica e administrativa é comprometida com estudos e cursos que fundamentam a gestão democrática e participativa, a fim de unificação entre a teoria e a prática. Semanalmente, devido a nova lei que inclui 9 anos para o Ensino Fundamental a equipe pedagógica promove com seus educadores cursos e estudos de uma hora e trinta minutos de duração, as sextas-feiras, para sanar dúvidas e apresentar leituras realizadas durante a semana.

3.Objetivo

Visar a possibilidade de concretização das intenções educativas voltadas para o desenvolvimento da criança, dentro da sua faixa etária. Compreendendo essa criança na sua singularidade e as suas formas próprias de se desenvolver e de se relacionar com o mundo.

Objetivos Específicos:

- Priorizar o desenvolvimento integral da criança, considerando a dimensão afetiva que perpassa a relação com o meio, com outras crianças e com os adultos com que convive;

- Desenvolver a dimensão cognitiva, construindo conhecimentos por meio de trocas com parceiros mais e menos experientes e do contato com o conhecimento historicamente construído pela humanidade socialmente.
- Atender a dimensão psicológica, visando as suas necessidades básicas como espaço para a oralidade e escrita, carinho, atenção e respeito aos seus direitos.

4. MARCO SITUACIONAL

Partindo do pressuposto que o homem é um ser criativo e o único a conceber 59requ é necessário não se iludir com uma visão imediatista e instrumental da Educação.

A denominada “revolução informática”, implantada pelos homens do sistema capitalista, promove mudanças significativas na área do conhecimento, que passa a ocupar um lugar central nos processos de desenvolvimento em geral. É possível afirmar que a educação se transforma rapidamente, a fim de acompanhar o desenvolvimento de todas as instâncias que contextualizam a atual sociedade.

Dessa forma, a escola deve estar em consonância com as alterações vigentes e proporcionar a formação de um cidadão condizente com a sua realidade. Para tanto, é importante abrir e construir espaços para considerar a pessoa em toda sua plenitude: “realização da pessoa que, na sua totalidade, significa aprender a ser”. Certamente, para atingir esses propósitos a Escola como instituição social precisa ser transformada em sua estrutura organizacional e curricular. De acordo com Veiga,

A autonomia da escola é uma questão importante para o delineamento de sua identidade. A autonomia anula a dependência. “O significado de autonomia remete-nos para regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos das ações educativas, sem imposições externas” (1997, p.19).

A tensão reside entre o global e o local, ou seja, entre tornar-se pouco a pouco cidadão do mundo sem perder suas raízes, participando ativamente da vida de sua nação e de sua comunidade. Num mundo marcado por um processo de mundialização cultural e globalização econômica, os fóruns políticos internacionais assumem crescente importância, no entanto, as transformações em curso não parecem apontar para o

esvaziamento dos Estados/Nação. Pelo contrário, a busca de uma sociedade integrada no ambiente em que se encontra o “outro” mais imediato, na comunidade mais próxima e na própria nação, surge como necessidade para chegar à integração da humanidade como um todo. É cada vez mais forte o reconhecimento de que a diversidade étnica, regional e cultural continuam a exercer um papel crucial e de que é no âmbito do Estado/Nação que a cidadania pode ser exercida.

Em momentos de transição, tal qual presenciamos, é preciso questionar a posição que está reservada aos jovens na escola, nos grupos comunitários e na Nação. A eles cabe o direito de escolher seu caminho na vida e de realizar suas potencialidades, na medida das possibilidades que lhes são oferecidas, na riqueza de sua própria cultura, assumindo papel tanto de usuário como de produtor de novas tecnologias, sem renegar os valores e o cultivo de bens culturais locais. À educação fica a tarefa de alcançar valores que podem ser chamados morais/espirituais e suscitar em cada um tais valores, segundo suas tradições e convicções.

Portanto, faz-se necessária uma proposta educacional que tenha o objetivo de qualidade da formação a ser oferecida a todos os estudantes. O ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Não basta visar a capacitação dos estudantes para futuras habilidades em termos das especializações tradicionais, mas antes trata-se de ter em vista a formação dos estudantes em termos de sua capacitação para a aquisição e o desenvolvimento de novas competências, em função de novos saberes que se produzem e demandam um novo tipo de profissional, preparado para poder lidar com novas tecnologias e linguagens, capaz de responder a novos ritmos e processos. Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; e finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as

três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta. Isso coloca novas demandas para a escola.

O Parecer nº 04/98 da CEB cita que: *“Ao valorizar a experiência extra-escolar dos alunos e propor a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, a LDB é 61requeência61 com os arts. 205 e 206 da Constituição Federal, que baseiam o fim maior da educação no pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”*.

Ao elaborar e iniciar a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Ministério da Educação propõe um norteamento educacional às escolas brasileiras, *“a fim de garantir que, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade múltipla, estratificada e complexa, a educação possa atuar, decisivamente, no processo de construção da cidadania, tendo como meta o ideal de uma crescente igualdade de direitos entre os cidadãos, baseada nos princípios democráticos”*.

A finalidade da educação escolar, como citado acima, é formar o novo cidadão e o cidadão necessário. Para o aluno significa formá-lo com capacidade para ter uma inserção social crítica/transformadora na sociedade em que vive, ou seja, uma sociedade fruto e obra do trabalho humano, cujo elevado progresso pode desfrutar, relevando-se, também, como uma sociedade contraditória, em que grande parte dos seres humanos está à margem dessa riqueza, de benefícios, do progresso e da humanização. Assim, educar na Escola significa ao mesmo tempo preparar o homem, para elevar-se ao nível da civilização atual – da sua riqueza e dos seus problemas – para aí atuarem. Isto requer uma preparação científica, técnica e social.

Assim sendo, possibilitar que os alunos adquiram os **conhecimentos** da ciência e da tecnologia, desenvolvam as **habilidades** para operá-los, revê-los, transformá-los e redirecioná-los em sociedade e apresentar **atitudes sociais** de cooperação, solidariedade e ética, e colocarem os avanços da civilização a serviço da humanização da sociedade, resume-se no objetivo maior da escola.

Tudo isso, porém, passa a requerer das escolas e dos sistemas de ensino, que os mesmos se direcionem, se organizem, se equipem para tal; revejam sua organização e organizem-se dentro de uma nova ordem mundial. Essa nova ordem precisa ser construída a partir da já existente, pelas pessoas envolvidas – os profissionais, os alunos e as famílias.

Para chegar à explicitação da nova organização é necessário que a escola traduza para si, especifique e detalhe os **avanços e os problemas** da civilização atual – a riqueza e a miséria: a fome, a falta de moradia, de trabalho, a violência, a acumulação de riquezas, a barbárie, etc. Que desafios a problemática da civilização coloca para a Escola, a fim de que esta forme o novo cidadão? Como a Escola vai traduzir essa problemática? Estas são as questões fundamentais da nova organização do trabalho na Escola.

Há que se considerar ainda que, para se chegar à nova organização escolar é necessário perceber que as mesmas escolas, participem da mesma problemática civilizatória, e que apesar de não serem iguais, estão inseridas no mesmo contexto. Por isso, não se trata de encontrar uma única forma nova de organizar o trabalho nelas, correndo o risco apriorístico essencialista de querer um modelo universal. O que é possível para as escolas, é definir alguns princípios norteadores para essa organização nova.

“Falar da educação, de seus problemas e sua importância é falar do homem, de suas aflições, suas angústias, necessidades, realizações e esperanças. Seja qual for a tendência pedagógica que seguimos ou a escola filosófica que expressamos, sempre carregamos conosco uma determinada concepção de homem. Daquilo que pensamos do homem, de como o queremos, de como o concebemos, vão determinar nossos procedimentos na educação. Se quisermos o homem livre lutaremos para isso, se concebermos o homem sem liberdade continuaremos com nossas formas massificadoras de fazer educação” (Arnaldo Nogaró).

5. MARCO CONCEITUAL

Para alguns autores, como Kramer, Benjamim dentre outros, as instituições escolares nas últimas décadas têm incorporado de maneira integrada as funções de educar e cuidar, sendo que estas funções devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções que consideram a criança no seu contexto social, ambiental, cultural e nas interações e práticas sociais que contribuem para uma identidade autônoma.

Desse modo, a nossa metodologia de trabalho para o primeiro ano do ensino fundamental de 09 anos, pretende propiciar às crianças brincadeiras e aprendizagens

orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal.

Os assuntos trabalhados permitem os alunos estabelecerem relações entre novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando a ampliação e diferenciação das novas informações, capacitando-as a realizar novas aprendizagens. Conforme Anelise do Nascimento.

Faz-se necessário definir caminhos pedagógicos nos tempos e espaços da escola e da sala de aula que favoreçam o encontro da cultura infantil, valorizando as trocas entre todos os que ali estão, em que as crianças possam recriar as relações da sociedade da qual estão inseridas, possam expressar suas emoções e formas de ver e de significar o mundo, espaços e tempos que favoreçam a construção da autonomia. Esse é um momento propício para tratar dos aspectos que envolvem a escola e do conhecimento que nela será produzido, tanto pelas crianças, a partir do seu olhar curioso sobre a realidade que a cerca, quanto pela mediação do aluno (p.30).

Nesse sentido, ao nos propormos a receber a criança de seis anos no ensino fundamental, tenha ela frequentado ou não a educação infantil, devemos ter em mente que esse é o primeiro contato com o seu percurso no ensino fundamental. Com isso, o universo lúdico, os jogos e as brincadeiras se tornam essenciais, pois neles estão presentes as múltiplas formas de ver e interpretar o mundo.

Os caminhos pedagógicos a serem seguidos no tempo e espaço da escola e da sala de aula, estarão voltadas para o encontro da cultura infantil, valorizando as trocas entre todos, como assevera Nascimento na citação acima, favorecendo a criação de um ambiente que satisfaça o desenvolvimento da criança na sua totalidade.

6.Avaliação

6.1. 1º E 2º ANOS DE 09 ANOS

A avaliação do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental será contínua e permanente, utilizando os critérios abaixo descritos e acompanhado de relatório bimestral, no qual estará documentado a história do aluno durante o ano, no ambiente escolar, salvo que ao

final do 2º ao 9º ano haverá apuração de resultados de aprovação ou retenção. Portanto, os anos iniciais serão organizados por um ciclo de 2 (dois) anos e por anos distintos para o 3º ao 9º ano.

- Participação nas atividades individuais e coletivas;
- Compromisso e organização com as atividades realizadas, tanto escritas quanto orais;
- Discussões em sala de aula referente aos conteúdos;
- Produção textual individual e coletiva;
- Pesquisas em fontes diversas;
- Tarefas; elaboração de painéis/exposições e murais.

6.2. 3º AO 9º ANO DE 09 ANOS

A avaliação é um processo contínuo que se principia com uma prática social inicial, a qual favorece um pré-conhecimento do aluno, das suas competências curriculares, seu estilo de aprendizagem seus interesses, suas técnicas de trabalho, dentre outros. Durante o período de aula, poderão, também, ser solicitadas aos alunos diversas atividades (trabalhos, pesquisas, seminários, tarefas) às quais os professores atribuirão pontos, conforme critérios estabelecidos pelo mesmo. Contudo, as avaliações previstas no calendário de provas são obrigatórias a serem cumpridas.

Todo o trabalho será acompanhado pela equipe pedagógica do Colégio, que precisa contar com o apoio dos pais, que devem acompanhar o processo de aprendizagem dos filhos conferindo diariamente a agenda do aluno (onde são anotados avisos, trabalhos, provas etc.); auxiliando e verificando a execução das tarefas escolares; estabelecendo horários de estudo, lazer, alimentação e sono; comparecendo ao Colégio em reuniões, quando chamados pela equipe pedagógica e, ainda, sempre que tiverem dúvidas de qualquer natureza.

O resultado do processo de avaliação será expresso em notas de zero a cem, computado ao final de cada bimestre. O rendimento mínimo exigido pelo estabelecimento é a nota 60 (sessenta) em cada disciplina. Os pais serão informados das notas por meio de boletins entregues em reuniões bimestrais marcadas no calendário e, ainda, por meio do “site” do Colégio.

RESSALTAMOS QUE, ALÉM DA AVALIAÇÃO ACIMA CITADA, NOS 3ª E 4ª ANOS, SERÁ REALIZADO, TAMBÉM, A AVALIAÇÃO RELATORIAL, QUE CONSTARÁ COM REGISTROS DAS TRAJETÓRIAS PESSOAIS, PECULIARES, CURIOSIDADES E AVANÇOS DE CADA ALUNO, RESPEITANDO O NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO QUE O MESMO SE ENCONTRA.

6.3. Matriz Curricular (anos iniciais)

As disciplinas que compoem o quadro curricular das séries iniciais do Ensino Fundamental podem ser resumidas e apresentadas no quadro a seguir:

ÁREAS	DISCIPLINAS ATIVIDADES	E/OU	SÉRIES – CARGA HORÁRIA					Total
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	
LINGUAGENS	Língua Portuguesa		*	*	*	*	*	05
	Artes		01	01	01	01	*	
	Educação Física		01	01	01	01	01	
	Informática		01	01	01	01	9.	
	Língua Inglesa		01	01	01	01		
						01	05	
						01	05	
CIÊNCIAS NATURAIS EXATAS	E Matemática Ciências		*	*	*	*	*	*
			*	*	*	*	*	*
CIÊNCIAS HUMANAS	História Geografia		*	*	*	*	*	*
			*	*	*	*	*	*
TOTAL DE HORAS - RELÓGIO SEMANAIS			20	20	20	20	20	100

* - As disciplinas assinaladas com asterisco não contam com carga horária específica.

6.4. Matriz Curricular (anos finais)

NRE. 19 – MARINGÁ		MUNICÍPIO 1530- MARINGÁ				
ESTABELECIMENTO: 02185 – COLÉGIO GRAHAM BELL, ED. INF. ENS. FUND. MÉDIO e PROFISSIONAL						
ENT. MANTENEDORA: CENTRO EDUC. CIENTIFICO DE MARINGÁ S/C LTDA						
B A S E N A C I O N A L C O M U M		AREAS DE CONHECIMENTO	6	7	8	9
		LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
		EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	2	2	2
		EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
		MATEMÁTICA	5	5	5	5
		CIÊNCIAS	3	3	3	3
		HISTÓRIA	3	3	3	3
		GEOGRAFIA	3	3	3	3
		SUB-TOTAL	22	22	22	22
	P D		REDAÇÃO	2	2	2
		INGLÊS – LEM	2	2	2	2
		ESPAÑHOL	2	2	2	2
		FILOSOFIA	2	2	2	2
		SUB-TOTAL	8	8	8	8
	TOTAL GERAL	30	30	30	30	

7. RECURSOS FÍSICOS

Salas de aulas, com no mínimo, 1,20 m² por aluno (Resolução nº 318/02-SESA). O Colégio dispõe de salas de aula com uma média de 56 m²

- a) número de salas de aulas; 13 salas de aulas (total).
- b) número de alunos por sala: média de 25 alunos.
- c) equipamentos que atendem as finalidades do projeto pedagógico: Play-ground, jogos pedagógicos, materiais didáticos, retroprojektor, datashow, TV, vídeo cassete, DVD, sala de informática, lousas interativas, materiais desportivos, laboratório de química e de física.
- d) acervo bibliográfico atualizado e adequado para atendimento das finalidades pedagógico-educativas.

8. ENSINO MÉDIO – EDUCAÇÃO BÁSICA

O artigo 35, da Lei 9.394/96, explicita que: “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”.

A denominação desse grau de ensino, que se situa entre o fundamental e o superior, tem variado, conforme a lei vigente neste ou naquele período da educação brasileira. À época da Lei 4.024/61, que vigorou na definição dos graus de escolaridade, entre os anos de 1961 a 1968 (para o ensino superior) e 1971 (para os ensino de 1º e 2º

graus), o nome adotado para esse grau de ensino foi Ensino Médio, com duas ramificações, a saber: Ensino Secundário e Ensino Técnico. Com a reforma de 1971 (Lei 5.692), o nome mudou para Ensino de 2º Grau e assim se manteve até a Constituição de 1988, que voltou a consagrar a expressão Ensino Médio. É esta, pois, a que consta da atual LDB.

Este grau de ensino tem gerado inúmeras controvérsias sobre sua natureza. Para uns, trata-se de um ensino destinado a ampliar a cultura geral do educando e, nesse sentido, subdividiu-se, antes da promulgação da Lei 4.024/61, em dois grandes ramos: o clássico, mais voltado para as letras, as ciências sociais e a filosofia, e o científico, mais endereçado às ciências exatas: Matemática, Física, Química e Biologia. Para outros, deveria voltar-se, de preferência, para a habilitação profissional, com ênfase maior para as disciplinas específicas, e menor para a cultura geral. Foi a corrente que se impôs na reforma de 1971, obrigando todas as escolas desse grau de escolaridade a priorizarem a formação técnica sobre qualquer outra. Tal procedimento resultou num ruidoso fracasso dessa reforma que, nem formou técnicos qualificados para o mundo do trabalho, nem desenvolveu o gosto pela cultura geral na juventude brasileira. Essa é inegavelmente uma das principais causas da crise, que se aprofundou nos últimos trinta anos, nesse grau de ensino. Nessa crise, prosperaram os cursinhos pré-universitários e se desqualificaram os cursos superiores, em função do despreparo cultural de seus alunos.

A partir de 1976, tentou-se amenizar essa inflexibilidade da lei, com a adoção das chamadas habilitações básicas, que tornaram polivalentes as habilitações profissionais, distribuídas por áreas de formação (agricultura, serviços diversos, linhas industriais afins). A medida foi de pouco resultado, eis que continuava prevalecendo a formação técnica sobre a geral. Até que, em 1982, sobreveio a Lei 7.044, que revogou o artigo 5ª da Lei 5.692/71, substituiu a habilitação técnica obrigatória pela facultativa e amenizou a exigência da profissionalização, pela linha mais flexível da educação para o trabalho. Essa iniciativa também, pouco interessou às escolas, tanto que a aplicação da Lei 7.044/82 pelos sistemas passou quase que em branco. Na prática, e até que a Constituição de 1988 abrisse o currículo do ensino médio à luz dos princípios “*do pleno desenvolvimento da pessoa e do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas*”, os sistemas, por sua própria iniciativa, passaram a revalorizar a proeminência da formação geral sobre a técnica nesse grau de ensino.

A Lei 9.394/96 consagra a natureza essencialmente cultural do ensino médio, como agência educativa voltada de preferência à formação humanística e científica do

educando, e declara ser o objetivo profissionalizante, apenas uma interface dos seus propósitos pedagógicos. Tudo faz crer, no entendimento do texto legal, que a profissionalização deve ser obtida *a posteriori* da formação geral e, de preferência, fora da escola média, junto a escolas especializadas ou a centros estruturados para esse fim.

8.1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Ensino Médio, nos termos da Lei 5.692/71, tinha duas funções muito difíceis para serem conciliadas: preparar para a continuidade de estudos e habilitar para o exercício de uma profissão. Essa duplicidade continua existindo porque a idade de conclusão do ensino fundamental coincide com a definição de um projeto de vida, fortemente determinado pelas condições econômicas da família e, em menor grau, pelas características pessoais. Para alguns o desafio da sobrevivência material ficará para depois do curso superior; outros ingressarão no mercado de trabalho durante, ou logo após o ensino médio; alguns outros, ainda, ingressarão no mercado de trabalho, nessa época, para garantir um suporte financeiro para o prosseguimento dos estudos.

Quaisquer que sejam suas perspectivas, o futuro dos jovens deste final de século será sempre um projeto em aberto, podendo incluir períodos de aprendizagem – de nível superior ou não – intercalados com experiências de trabalho produtivo de diferente natureza, além das escolhas relacionadas à sua vida pessoal: constituir família, participar da comunidade, eleger princípios de consumo, de cultura e lazer, de orientação política, entre outros. A condição autônoma desse projeto reclama uma escola média de sólida formação geral.

O Curso de Ensino Médio não trata de formar um técnico para o trabalho, e sim, dotar o educando de conhecimentos básicos sobre as profissões e suas chances mercadológicas, dando-lhe uma formação básica instrumental de modo a possibilitar-lhe uma fácil adaptação às mudanças provocadas pela evolução tecnológica e às novas formas de organização do trabalho.

Quanto à cidadania, o currículo terá em vista a cultura histórica, social e política, incluindo as práticas de cooperação em grupo, de participação democrática e a capacidade de análise crítica da realidade social.

Aprimorar a formação humanística do educando, a fim de que, pelo cultivo do intelecto, possa desempenhar sua autonomia de pensamento, e pela vivência da ética, venha a compreender e a incorporar os princípios e valores que promovem o ser humano.

8.2. ESTRUTURA DO SEGMENTO

O Curso de Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, do Colégio Graham Bell será estruturado da seguinte maneira:

- 1) Duração do Curso – 03 anos;
- 2) Número de Dias Letivos Anuais – 200 dias;
- 3) Carga Horária Total do Curso – 4200 horas/aulas, ou seja, 3150 horas;
- 4) Carga Horária Total por Série – 1400 horas/aulas, ou seja, 1050 horas;
- 5) Carga Horária Semanal – 35 horas/aulas, ou seja, 26 horas e 15 minutos;
- 6) Carga Horária por Aula – 01 hora/ aula corresponde a 45 minutos;
- 7) Turno – Diurno, com aulas ministradas de 2ª a 6ª feira no período matutino e um dia da semana no período vespertino;
- 8) Carga Horária da Base Nacional Comum – 3800 horas/aulas, ou seja, 2850 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas:

Língua Portuguesa e Literatura	760 horas/aulas = 570 horas
Artes	80 horas/aulas = 60 horas
Educação Física	200 horas/aulas = 150 horas
Química	480 horas/aulas = 360 horas
Física	400 horas/aulas = 300 horas
Biologia	480 horas/aulas = 360 horas
Matemática	760 horas/aulas = 570 horas
História	240 horas/aulas = 180 horas
Geografia	240 horas/aulas = 180 horas
Filosofia	80 horas/aulas = 60 horas
Sociologia	80 horas/aulas = 60 horas

- 9) Carga Horária da Parte Diversificada – 400 horas/aulas, ou seja, 300 horas, distribuídas nas seguintes disciplinas:

Inglês	240 horas/aulas = 180 horas
Espanhol	160 horas/aulas = 120 horas

As disciplinas anteriormente relacionadas deverão ser ministradas por professores devidamente habilitados em nível superior completo, nas respectivas disciplinas.

8.3. METODOLOGIA

O significado da formação geral no ensino médio, segundo o espírito da LDB, nada tem a ver com o ensino enciclopedista e academicista dos currículos de ensino médio tradicionais, reféns do exame vestibular. O novo ensino médio deverá continuar o processo de desenvolvimento da capacidade de aprender com destaque para o aperfeiçoamento do uso das linguagens como meios de constituição de conhecimentos, da compreensão e da formação de atitudes e valores.

O trabalho e a cidadania são previstos como os principais contextos nos quais a capacidade de continuar aprendendo deve se aplicar, a fim de que o educando possa adaptar-se às condições em mudança na sociedade, especificamente no mundo do trabalho. Para isso, a LDB em lugar de estabelecer disciplinas ou conteúdos específicos, destaca competências de caráter geral das quais a capacidade de aprender é decisiva.

A organização curricular do Ensino Médio, para dar conta do estabelecimento da relação entre teoria e prática, orientar-se-á pelos seguintes pressupostos:

- Visão orgânica do conhecimento, afinada com as mutações surpreendentes que o acesso à informação está causando no modo de abordar, analisar, explicar e prever a realidade, tão bem ilustrada no hipertexto que cada vez mais permeia o texto dos discursos, das falas e das construções conceituais;

- Disposição para perseguir essa visão organizando e tratando os conteúdos do ensino e as situações de aprendizagem, de modo a destacar as múltiplas interações entre as disciplinas do currículo;

- Abertura e sensibilidade para identificar as relações que existem entre os conteúdos do ensino e das situações de aprendizagem com os muitos contextos de vida social e pessoal, de modo a estabelecer uma relação ativa entre o aluno e o objeto do conhecimento e a desenvolver a capacidade de relacionar o aprendido com o observado, a teoria com suas 71requência717171 e aplicações práticas;

- Reconhecimento das linguagens como formas de constituição dos conhecimentos e das identidades;

- Reconhecimento e aceitação de que o conhecimento é uma construção coletiva e que a aprendizagem mobiliza afetos, emoções e relações com seus pares, além das cognições e habilidades intelectuais.

Assim, a formação básica a ser buscada no ensino médio se realizará mais pela constituição de competências, habilidades e disposições de condutas do que pela quantidade de informação. Aprender a aprender e a pensar, a relacionar o conhecimento com dados da experiência cotidiana, a dar significação ao aprendido e a captar o significado do mundo, a fazer a ponte entre teoria e prática, a fundamentar a crítica, a argumentar com base em fatos, a lidar com o sentimento que a aprendizagem desperta.

Uma organização curricular que responda a esses desafios requer:

- Desbastar o currículo enciclopédico, congestionado de informações, priorizando conhecimentos e competências de tipo geral, que são pré-requisito tanto para a inserção profissional mais precoce quanto para a continuidade de estudos, entre as quais se destaca a capacidade de continuar aprendendo;

- Adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos a memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializem a integração entre aluno-professor e aluno-aluno para a construção de conhecimentos coletivos;

- Organizar os conteúdos de ensino em estudos ou áreas interdisciplinares e projetos que melhor abriguem a visão orgânica do conhecimento e o diálogo permanente entre as diferentes áreas do saber;

- Tratar os conteúdos de ensino de modo contextualizado, aproveitando sempre as relações entre conteúdos e contexto para dar significado ao aprendido, estimular o protagonismo do aluno e estimulá-lo a ter autonomia intelectual;

- Lidar com os sentimentos associados às situações de aprendizagem para facilitar a relação do aluno com o conhecimento.

O trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular no ensino médio, de acordo com as diretrizes traçadas pela LDB. A lei reconhece que nas sociedades contemporâneas todos, independentemente de sua origem ou destino sócio-profissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho enquanto uma das principais atividades humanas, enquanto campo de preparação profissional, enquanto espaço de exercício de cidadania, enquanto processo de produção de bens, serviços e conhecimentos.

A contextualização no mundo do trabalho permite focalizar todos os conteúdos do ensino médio. Os conhecimentos de biologia podem ser contextualizados na produção de serviços de saúde, no exercício da enfermagem, da fisioterapia ou da análise clínica de laboratório. Do mesmo modo as competências desenvolvidas nas áreas de linguagens podem ser contextualizadas na produção de serviços pessoais ou comunicação, no exercício de atividades tais como tradução, turismo ou produção de vídeos e serviços de escritório. Os conhecimentos da sociedade e do indivíduo podem ser contextualizados nas questões que dizem respeito à organização, à gestão, ao trabalho de equipe e à liderança. Conhecimentos e competências assim constituídas conformarão os pré-requisitos para ingresso direto no mercado de trabalho ou em programas de preparação profissional 73requência73 ou concomitantes com o ensino médio.

8.4. AVALIAÇÃO

Uma concepção diferente de ensino, posturas e práticas metodológicas renovadas implica, também, em alteração nos critérios e instrumentos de avaliação. O conceito de avaliação a ser exposto, decorre necessariamente da fundamentação e do tratamento metodológico descritos anteriormente. Segundo aqueles fundamentos o homem é um ser de relações, criador e recriador permanente de valores sócio-culturais. A educação que tem na criação desses valores seu ponto de partida, possibilita ao educando elaborar e vivenciar seu próprio conhecimento, enquanto agente participante no processo de transformação histórico-social. Nesta concepção, o saber vincula-se de maneira orgânica ao fazer técnico-político, e a avaliação torna-se parte imprescindível da própria construção do saber, enquanto instrumento que possibilita diagnosticá-la em sua dimensão teórico-prática.

Historicamente, a avaliação tem sido um instrumento unilateral e quase sempre autoritário, de posse exclusiva do professor. A unilateralidade desconsidera tanto a 73requ de processo presente no ato educativo, quanto sua dimensão relacional. Por ser parte da própria natureza do processo pedagógico, a avaliação deve, à sua semelhança, ser contínua, permanente e cumulativa; pelo fato de tal processo ser uma relação da qual professor e aluno participam, ambos precisam ser avaliados e se auto-avaliarem, uma vez que a construção do saber é mediada pelo conjunto de todas as atividades desenvolvidas em nível de sala de aula, ou fora dela, individualmente ou em grupos.

A auto-avaliação permite ao aluno detectar o seu próprio progresso e deficiências; e ao professor, redimensionar sua ação educativa. A avaliação pelos grupos suscita o

debate, a maior responsabilidade e o engajamento de seus participantes na solução mais efetiva dos problemas existentes em sala de aula, e maior socialização no processo ensino-aprendizagem. As leituras, as pesquisas, as tarefas, os trabalhos em grupo, as apresentações e demais atividades são todas formas diferentes e necessárias para avaliar e ser avaliado, uma vez que possibilitam a análise e descrição que aluno e professor usam para orientar e realizar suas tarefas. Como diz Cagliari, “a avaliação não deve basear-se em notas, conceitos, levando em conta somente o resultado do que o aluno faz, mas deve basear-se nas hipóteses que ele usa para fazer o que faz do jeito que faz”.

Deduz-se, desta linha teórica, que a natureza da avaliação não se reduz a aprovar ou reprovar, mas a analisar e descrever um processo de aprendizagem, que serve de base para programar o progresso, rumo aos ideais da escola, com relação a cada matéria e seu estudo nas diferentes séries.

A avaliação torna-se uma tarefa coletiva, sob a responsabilidade da escola, do professor e do aluno. Os testes, tradicionais mecanismos de aprovação e reprovação, assumem um novo direcionamento, transformando-se em exercícios de produção. Esta produção supõe a elaboração do conhecimento, a partir das funções realmente trabalhadas em sala de aula. Os testes tornam-se, assim, mais uma tarefa a ser analisada e interpretada pelo professor, a fim de levantar hipóteses sobre as causas que induziram o aluno ao erro, e criar estratégias para que ele as supere.

Para essa nova concepção de avaliação, é necessário que a escola tenha identidade como instituição de educação de jovens e que essa identidade seja diversificada em função das características do meio social e da clientela. Diversidade, no entanto, não pode ser confundida com fragmentação, pelo contrário, inspirada na política da igualdade, a diversidade reconhece que a 74requênc se alcançará pela igualdade de oportunidades com diversidade de tratamento. Dessa forma, a diversidade da escola média é necessária para contemplar as diferenças no ponto de partida de seus alunos, exatamente por ser essa a forma mais eficaz de garantir a todos um patamar comum no ponto de chegada.

Será indispensável, portanto, que existam, mecanismos de avaliação dos resultados para aferir se os pontos de chegada estão sendo comuns. E, para que tais mecanismos funcionem como sinalizadores eficazes, deverão ter como referência as competências de caráter geral que se quer constituir em todos os alunos e um corpo

básico de conteúdos cujo ensino e aprendizagem, se bem sucedidos, propiciam a constituição de tais competências.

8.5. ÁREAS CURRICULARES NO ENSINO MÉDIO

A organização curricular em três áreas: Linguagens e Códigos, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Humanas tem como base a reunião daqueles conhecimentos que compartilham objetos de estudo e portanto, mais facilmente se comunicam, criando condições para que a prática escolar se desenvolva numa perspectiva de interdisciplinaridade.

A estruturação por área de conhecimento justifica-se por assegurar uma educação de base científica e tecnológica, onde conceito, aplicação e solução de problemas concretos são combinados com uma revisão dos componentes sócio-culturais, orientados por uma visão epistemológica que concilie humanismo e tecnologia. O desenvolvimento pessoal permeia a concepção dos componentes científicos, tecnológicos, sócio-culturais e de linguagens. O conceito de ciências está presente nos demais componentes, bem como a concepção de que a produção do conhecimento é situada: sócio, cultural, econômica e politicamente num determinado espaço e tempo.

A presença das Tecnologias em cada uma das áreas merece um comentário mais longo. A opção por integrar os campos ou atividades de aplicação, isto é, os processos tecnológicos próprios de cada área de conhecimento resultam da importância que ela adquire na educação regular. No Ensino Fundamental a tecnologia comparece como alfabetização científico-tecnológica, compreendida como a familiarização com o manuseio e com a nomenclatura das tecnologias de uso universalizado, como por exemplo, os cartões magnéticos.

No Ensino Médio, a presença da tecnologia responde a objetivos mais ambiciosos. Ela comparece integrada às ciências da natureza uma vez que uma compreensão contemporânea do universo físico, da vida planetária e da vida humana não pode prescindir do entendimento dos instrumentos pelos quais o ser humano maneja e

investiga o mundo natural. Com isso se dá continuidade à compreensão do significado da tecnologia enquanto produto, num sentido amplo.

Mas a tecnologia na educação contemporânea do jovem deverá ser contemplada também como processo. Em outras palavras, não se tratará apenas de apreciar ou dar significado ao uso da tecnologia, mas de conectar os inúmeros conhecimentos com suas aplicações tecnológicas, recurso que só pode ser bem explorado em cada nucleação de conteúdos, e que transcende a área das ciências da natureza. Assim, é preciso identificar na matemática, nas ciências naturais, nas ciências humanas, na comunicação e nas artes, os elementos de tecnologia que lhes são essenciais e desenvolvê-los como conteúdos vivos, como objetivos da educação e, ao mesmo tempo, meio para tanto.

Considerando os valores e princípios inspiradores citados no Parecer 15/98, que prioriza a ética da identidade, a estética da sensibilidade e a política da igualdade, critérios estes que, com certeza contribuirão decisivamente para a diminuição das desigualdades e a formação de um novo cidadão, mais consciente de seus direitos e obrigações, com a possibilidade de usar o aprendizado na vida prática, indicando-lhe o caminho para se tornar uma pessoa apta a exercer sua cidadania e a participar do mundo do trabalho, elaborou-se um quadro curricular com conteúdos da base nacional comum e, também, da parte diversificada, além do desenvolvimento de projetos.

Os currículos foram organizados tendo em vista o cumprimento das finalidades do ensino médio, orientando-se por princípios e normas e, ainda, levando em conta:

- que os currículos não são fins em si mesmos, mas meios básicos para constituir competências cognitivas ou sociais, priorizando-as sobre as informações;
- que as linguagens são indispensáveis para a constituição de conhecimentos e competências;
- que devem ser adotadas metodologias de ensino diversificadas, que estimulem a reconstrução do conhecimento e mobilizem o raciocínio, a experimentação, a solução de problemas e outras competências cognitivas superiores;
- que deve-se reconhecer que as situações de aprendizagem provocam também sentimentos e requerem trabalhar a afetividade do aluno.

Os princípios estruturadores do currículo do ensino médio serão os da identidade, diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e da contextualização.

- Identidade, diversidade, autonomia – buscando a melhor adequação possível às necessidades dos alunos e do meio social;

- Interdisciplinaridade – todo conhecimento mantém um diálogo permanente com outros conhecimentos, os objetivos do ensino serão atingidos mais facilmente se todas as disciplinas puderem contribuir para o estudo comum de problemas concretos, buscando integrar conhecimentos, competências e valores que permitam o exercício pleno da cidadania e inserção flexível no mundo do trabalho;

- Contextualização – o conhecimento é transposto da situação em que foi criado, inventado ou produzido, relacionando a teoria à prática e aplicando-se às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permitindo seu entendimento, crítica e revisão.

Atendendo a base nacional comum o currículo do ensino médio foi organizado em áreas de conhecimento.

8.5.1. ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As propostas de mudanças qualitativas para o processo de ensino-aprendizagem, no ensino médio, indicam a sistematização de um conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos.

A área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias é básica para a formação das disposições anteriores. A linguagem tem sido objeto de estudo da Filosofia, Psicologia, Sociologia, Epistemologia, História, Semiótica, Lingüística, Antropologia, etc. A linguagem, pela sua natureza, é transdisciplinar quando é enfocada como objeto de estudo e exige dos professores essa perspectiva em situação didática.

A linguagem é considerada como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los, em sistemas arbitrários de representação, que variam de acordo com as necessidades e experiências em sociedade. A principal razão de qualquer ato de linguagem é a produção de sentido.

A linguagem é uma herança social, a primeira realidade que, uma vez assimilada, envolve os indivíduos e faz com que as estruturas mentais, emocionais e perceptivas sejam reguladas pelo seu simbolismo.

A compreensão da arbitrariedade da linguagem pode permitir aos alunos a problematização dos modos de ver a si mesmos e o mundo, das categorias de pensamento, das classificações que são assimiladas como dados indiscutíveis.

A linguagem permeia o conhecimento e as formas de conhecer, o pensamento e as formas de pensar, a comunicação e os modos de comunicar, a ação e os modos de agir. Ela é a roda inventada, que movimenta o homem e é movimentada pelo homem. Produto e produção cultural, nascida por força das práticas sociais, a linguagem é humana e, tal como o homem, destaca-se pelo seu caráter criativo, contraditório, pluridimensional, múltiplo e singular a um só tempo.

O grande objetivo da linguagem é a comunicação com um outro, dentro de um espaço social. Nas práticas sociais, o homem cria a linguagem verbal – a fala. Através dela o homem reproduz e transforma espaços produtivos, representa, organiza e transmite de forma específica o pensamento.

Nas interações, relações comunicativas de conhecimento e reconhecimento, códigos, símbolos que estão em uso e permitem a adequação de sentidos partilhados, são gerados e transformados em representações convencionadas e padronizadas. Os códigos se mostram no conjunto de escolhas e combinações discursivas, gramaticais, lexicais, fonológicas, gráficas, etc.

Nas práticas sociais, o espaço de produção de sentidos é simultâneo, nesse as linguagens se estruturam, normas são compartilhadas e negociadas. As condições e formas de comunicação refletem a realização social em símbolos que ultrapassam as particularidades do sujeito, que passa a ser visto em interação com o outro. O caráter dialógico das linguagens impõe uma visão muito além do ato comunicativo superficial e imediato, os significados embutidos em cada particularidade devem ser recuperados pelo estudo histórico, social e cultural dos símbolos que permeiam o cotidiano.

No mundo contemporâneo, marcado pelo apelo informativo imediato, a reflexão sobre a linguagem e seus sistemas que se mostram articulados por múltiplos códigos e sobre os processos e procedimentos comunicativos é mais do que uma necessidade, é uma garantia de participação ativa na vida social, a cidadania desejada.

Na área de Linguagens e Códigos estão destacadas as competências que dizem respeito à constituição de significados – competência que será de grande valia para a

formalização dos conteúdos das ciências da natureza e para as ciências humanas – bem como das linguagens como constituidoras de identidade e, portanto, exercício de cidadania. A escola identificará nesta área as disciplinas, atividades e conteúdos relacionados às diferentes formas de expressão das quais a língua portuguesa é a mais importante, por ser o principal elemento constitutivo de outros conhecimentos. Mas não se excluem nessa área as artes, a informática, as atividades físicas e esportivas e outras linguagens que se venham a trabalhar como variantes ou combinações das citadas.

Na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias serão privilegiadas as disciplinas: Língua Portuguesa e Literatura, Artes, Educação Física e Informática.

9. OBJETIVOS

O objetivo da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias é a constituição de competências e habilidades que permitam ao educando:

- Compreender e usar os sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meios de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação e informação;
- Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas;
- Analisar, interpretar e aplicar os recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estrutura das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção;
- Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade;
- Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna(s) como instrumento(s) de acesso a informações e a outra(s) cultura(s) e grupos sociais;
- Entender os princípios das tecnologias da comunicação e da informação, associá-las aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhe dão suporte e aos problemas que se propõe solucionar;
- Entender a natureza das tecnologias da informação como integração de diferentes meios de comunicação, linguagens e códigos, bem como a função integradora que elas exercem na sua relação com as demais tecnologias;
- Entender o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social;

- Aplicar as tecnologias da comunicação e da informação na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida.

9. METODOLOGIA

A opção por um trabalho dentro da área procura considerar as intersecções que as linguagens estabelecem por sua natureza de articulação de significados culturais e sociais e função comunicativa.

As disciplinas Língua Portuguesa e Literatura, Artes, Educação Física, Informática e as Línguas Estrangeiras Modernas encontram na área especificidades que sugerem um estudo articulado dos processos comunicativos.

A fala, a escrita, os movimentos corporais, a arte estão intimamente ligados à cognição, à percepção, à ação, que são expressões da cultura. Todos os sistemas procuram tornar os significados comunicáveis. As linguagens se afastam no plano da expressão, constituindo formas próprias de manifestação, e voltam a se encontrar no plano do conteúdo, pano de fundo da construção humana dos símbolos.

A objetivação do simbólico em situação escolar pode permitir ao aprendiz a compreensão de sua visão de mundo e de outras, as classificações arbitrárias de fazer, ver, crer, pensar, sentir e agir que se articulam sob forma de linguagem.

A língua materna ocupa na área o papel de viabilizar a compreensão e o encontro dos discursos utilizados em diferentes esferas da vida social. É com a língua e pela língua que as formas sociais arbitrárias de visão e divisão de mundo são utilizadas como instrumentos de conhecimento e comunicação.

Aprende-se com a língua um sentido imediato de mundo que deve ser desvendado, no decorrer de um processo de resgate desse e de outros sentidos possíveis, as identidades e as diversidades se cruzam nos discursos.

As relações 80requência8080 marcam o poder simbólico acumulado pelos seus protagonistas. Não existe uma competência 80requência80 abstrata, mas sim uma competência limitada pelas condições de produção/interpretação dos enunciados e modos de enunciação e pelos contextos de uso da língua. Ela utiliza um código, ao mesmo tempo, com função comunicativa e legislativa.

Apenas o domínio de parte do código não deriva no sucesso da comunicação, algumas situações de fala ou escrita podem inclusive produzir o total silêncio daquele que se sente pouco à vontade no ato interlocutivo.

O desenvolvimento da competência 81requênciã81 do aluno do Ensino Médio, dentro dessa perspectiva, não está pautado na exclusividade do domínio técnico do uso da língua legitimada pela norma, mas principalmente, na competência de saber usar a língua em situações subjetivas e/ou objetivas que exijam graus de distanciamento e reflexão sobre contextos e estatutos de interlocutores – a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade 81requênciã81.

As Línguas Estrangeiras Modernas, colocadas nesta proposta, na Parte Diversificada do quadro curricular, mas de competências, habilidades e metodologias similares às outras disciplinas que compõem a área de Linguagens, apesar dos seus distanciamentos das outras línguas, qualificam a compreensão das possibilidades de visões de mundo e permitem o acesso à informação e à comunicação internacional, necessário ao desenvolvimento pleno do indivíduo na sociedade atual.

Os modos de apreciação e produção dos objetos artísticos integram a área na perspectiva de recuperar pelo seu estudo, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, patrimônios representativos da cultura, preservados no eixo temporal e espacial, manifestos em linguagens que detêm estatutos e códigos próprios como a música, a pintura, a dança, etc., incluindo-se aí a literatura.

A linguagem matemática, compreendida como organizadora de visão de mundo, deve ser destacada com o enfoque de contextualização dos esquemas de seus padrões lógicos, em relação ao valor social e à sociabilidade, e entendida pelas intersecções que a aproximam da linguagem verbal.

A análise de outras linguagens como a televisual, a cinematográfica, a radiofônica e, a mais nova delas, a informática pode sugerir o encontro, cada vez mais profícuo nos processos comunicativos, dos sistemas de linguagens.

A Educação Física articulada pelos jogos construídos no social com esquemas corporais próprios para fins de convivência harmoniosa, amplia o conhecimento do corpo e as possibilidades de compreensão das regras sociais.

O uso das linguagens e seus códigos só será possível pela prática, mesmo que em situações de simulação escolar. O saber exige mais do que uma atitude de reprodução de valores, é o sentido da eficácia simbólica mediada pela linguagem, o conhecimento das redes de textos que se cruzam em constante transformação.

O professor tem um papel fundamental dentro desta proposta. Ele é quem toma a iniciativa de escolhas e analisando as necessidades dos seus alunos, pode planejar o desenvolvimento, aprofundando a inter-relação dos conhecimentos anteriormente obtidos.

A análise dos saberes, das necessidades dos alunos e do contexto social fornece os dados básicos para a intervenção pedagógica, a organização curricular, a escolha de metodologia, do material didático e das formas de avaliação.

A proposta por área implica aceitar o caráter interdisciplinar da linguagem e a inter-relação dos sistemas de linguagens, sem perder a especificidade dos conceitos diretores das disciplinas e sua metodologia de pesquisa, e procura provocar a integração horizontal e vertical dos conhecimentos trabalhados pela escola, à semelhança daqueles presentes no social. Essa tarefa não é fácil, pois exige abertura para a discussão e para a crítica.

O professor deixa de ser uma ilha ao interagir com os colegas, em busca de um projeto coletivo. Isso demanda conhecimento, participação, disponibilidade, interesse profissional e compreensão do papel social da escola.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias deverá levar em consideração os princípios pedagógicos da interdisciplinaridade e contextualização e, ainda, os pilares da educação: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A proposição de trabalho na área e a inter-relação entre as disciplinas podem ocorrer sob forma de pesquisa de determinados conteúdos comuns, presentes em diferentes linguagens. As possibilidades de expressão e os diferentes significados históricos e culturais podem ser inter-relacionados às áreas de Ciências Humanas e de Ciências da Natureza e Matemática.

O importante é que o aluno saiba analisar as especificidades, sem perder a visão do todo em que elas estão inseridas, e perceber que as particularidades têm um sentido socialmente construído.

Como o conhecimento teórico normalmente assume a forma escrita, a transmissão das 82requê acaba por se deslocar do campo representativo de sua criação. Na escola, a

transposição didática desses estudos pode refletir o conservadorismo de determinados pontos de vista que nada possuem de teórico e são fundados no senso comum.

O confronto de opiniões e pontos de vista fundamentados faz parte da necessidade de entendimento e de superação do “achismo”. Procurar a herança do agora, discutindo as diferentes perspectivas em jogo, faz com que professores e alunos conquistem a possibilidade de rearticular o conhecimento de forma organizada, sem a imposição de uma única pergunta e resposta.

O debate e o diálogo, as perguntas que desmontam as frases feitas, a pesquisa, entre outros, seriam formas de auxiliar o aluno a construir um ponto de vista articulado sobre o objeto em estudo. O gostar ou não de determinada obra de arte ou de um autor exige, antes, um preparo para o aprender a gostar. Conhecer e analisar as perspectivas autorizadas seriam um começo para a construção das escolhas individuais.

Neste caso, o aluno deixaria de ser um mero espectador ou reproduzidor de saberes discutíveis e, apropriando-se do discurso, verificaria a coerência de sua posição. Dessa forma, além de compreender o discurso do outro, ele teria a possibilidade de divulgar suas ideias com objetividade e fluência. Tal exercício pressupõe a formação crítica, frente à própria produção e à necessidade pessoal de partilhar sentidos em cada ato interlocutivo.

O conhecimento, a análise e o confronto de opiniões sobre as diferentes manifestações da linguagem devem levar o aluno a respeitá-las e preservá-las como construções simbólicas e representações da diversidade social e histórica.

Ao procurar compreender as linguagens e suas manifestações, como sinônimos da própria humanidade em busca de uma troca constante para a vida social, o aluno aprende a elaborá-las para fins determinados.

A aprendizagem do caráter produtivo da linguagem faz parte constante do texto que será elaborado. O fazer comunicativo exige formas complexas de aprendizagem. Deve-se conhecer o quê e o como, depois dessa análise reflexiva, tenta-se a elaboração, com a consciência de que ela será considerada dentro de uma rede de expectativas autorizadas. Entra-se no limite da transversalidade dos usos da linguagem no social, às escolhas individuais impõem-se os limites do social que envolvem esquemas cognitivos complexos daqueles que podem escolher, porque tiveram a oportunidade de aprender a escolher.

As novas tecnologias da comunicação e da informação permeiam o cotidiano, independe do espaço físico e criam necessidades de vida e convivência. É preciso,

entender os princípios das mesmas, a fim de não só promover o desenvolvimento tecnológico do país com vistas à competição política e internacional, mas também desenvolver uma consciência crítica sobre as possibilidades existentes para a solução de problemas pessoais, sociais ou políticos, utilizando-se de instrumentos existentes para esses fins.

8.5.2.ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A aprendizagem na área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias indica a compreensão e a utilização dos conhecimentos científicos para explicar o funcionamento do mundo, planejar, executar e avaliar as ações de intervenção na realidade.

Para concretização das competências e habilidades que se pretende objetivar, ao longo do Ensino Médio, a área deve envolver, de forma combinada, o desenvolvimento de conhecimentos práticos e contextualizados, que respondam às necessidades da vida contemporânea.

A tendência atual, em todos os níveis de ensino é analisar a realidade segmentada, sem desenvolver a compreensão dos múltiplos conhecimentos que se interpenetram e que conformam determinados fenômenos. Para esta visão segmentada, contribui o enfoque disciplinar, que será superada pela perspectiva interdisciplinar e pela contextualização dos conhecimentos.

Na área das Ciências da Natureza e Matemática incluem-se, além das competências relacionadas à apropriação de conhecimentos da Física, da Química, da Biologia e suas interações, aquelas que traduzem a compreensão do significado dessas ciências, tal como recomenda a lei.

A presença da Matemática nessa área se justifica pelo quê de ciência tem a matemática, pela sua afinidade com as ciências da natureza, na medida em que é um dos principais recursos de constituição e expressão dos conhecimentos dessas ciências e,

finalmente pela importância de integrar a matemática com os conhecimentos que lhe são mais afins. Essa última justificativa é, sem dúvida, mais pedagógica que epistemológica e pretende retirar a matemática do isolamento didático em que tradicionalmente se confina no contexto escolar.

As disciplinas privilegiadas pela área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias serão: Química, Física, Biologia e Matemática.

9. OBJETIVOS

A área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias objetiva a constituição de habilidades e competências que permitam ao educando:

- Compreender as ciências como construções humanas, entendendo como elas se desenvolvem por acumulação, continuidade ou ruptura de paradigmas, relacionando o desenvolvimento científico com a transformação da sociedade;

- Entender e aplicar métodos e procedimentos próprios das ciências naturais;

- Identificar variáveis relevantes e selecionar os procedimentos necessários para a produção, análise e interpretação de resultados de processos ou experimentos científicos e tecnológicos;

- Compreender o caráter aleatório e não determinístico dos fenômenos naturais e sociais e utilizar instrumentos adequados para medidas, determinação de amostras e cálculo de probabilidades;

- Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre valores de variáveis, representados em gráficos, diagramas ou expressões algébricas realizando previsão de tendências, extrapolações, interpolações e interpretações;

- Analisar qualitativamente dados quantitativos, representados gráfica ou algebricamente, relacionados a contextos sócio-econômicos, científicos ou cotidianos;

- Apropriar-se de conhecimentos da Física, da Química e da Biologia, e aplicar esses conhecimentos para explicar o funcionamento do mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural;

- Identificar, representar e utilizar o conhecimento geométrico para o aperfeiçoamento da leitura da representação e da ação sobre a realidade;

- Entender a relação entre o desenvolvimento das ciências naturais e o desenvolvimento tecnológico e associar as diferentes tecnologias aos problemas que se propuseram e se propõem solucionar;

- Entender o impacto das tecnologias associadas às ciências naturais na sua vida pessoal, nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social;

- Aplicar as tecnologias associadas às ciências naturais na escola, no trabalho e em outros contextos relevantes para sua vida;

- Compreender conceitos, procedimentos e estratégias matemáticas e aplicá-las a situações diversas no contexto das ciências, da tecnologia e das atividades cotidianas.

9. METODOLOGIA

A educação em geral e o ensino das Ciências da Natureza, da Matemática e das Tecnologias não se estabelecem como imediata realização de definições legais ou como simples expressão de convicções teóricas. Mais do que isso, refletem também as condições políticas, sociais e econômicas de cada período e região, assim como são diretamente relevantes para o desenvolvimento cultural e produtivo. As 86reqüências dominantes em cada época sobre a educação e a ciência, seja entre os teóricos da educação, seja das instâncias de decisão política, raramente coincidem com a educação efetivamente praticada no sistema escolar, que reflete uma situação real nem sempre considerada, onde as condições escolares são muito distintas das idealizadas.

Entre os maiores desafios para a atualização pretendida no aprendizado de Ciências e suas Tecnologias, no ensino médio, está a formação adequada de professores, a elaboração de materiais instrucionais apropriados e, até mesmo, a modificação do posicionamento e da estrutura da própria escola, relativamente ao aprendizado individual e coletivo e a sua avaliação.

Esta afirmação pode ser feita acerca de todo aprendizado escolar de ciências, desde a alfabetização científico-tecnológica das primeiras séries do ensino fundamental. O significado dessas deficiências se agrava, contudo, na escola média, nessa época caracterizada pelo ritmo vertiginoso de mudanças econômicas e culturais, aceleradas por uma revolução científico-tecnológica mal acompanhada pelo desenvolvimento da educação.

É evidente que se demanda um preparo adequado dos professores de Biologia, Física, Química e Matemática, para que a modernidade de seu conhecimento não tenha como contrapartida a superficialidade ou o empobrecimento cognitivo. Além disso, um desenvolvimento mais eficaz, científico e pedagógico, exige também mudanças na própria escola, de forma a promover novas atitudes nos alunos e na comunidade. É preciso mudar convicções equivocadas, culturalmente difundidas em toda a sociedade, de que os alunos são os pacientes, de que os agentes são os professores e de que a escola estabelece simplesmente o cenário do processo de ensino. Quando o aprendizado das ciências e da matemática, além de promover competências como o domínio de conceitos e a capacidade de utilizar fórmulas, pretende desenvolver atitudes e valores, através de atividades dos educandos, como discussões, leituras, observações, experimentações e projetos, toda a escola deve ter uma nova postura metodológica, difícil de implementar, pois exige a alteração de hábitos de ensino, há muito, consolidados.

Especialmente nas ciências, aprendizado ativo é, às vezes, equivocadamente confundido com algum tipo de experimentalismo puro e simples, que não é praticável e nem sequer recomendável, pois a atividade deve envolver muitas outras dimensões, além da observação e das medidas, como o diálogo ou a participação em discussões coletivas e a leitura autônoma. Não basta, no entanto, que tais atividades sejam recomendadas; é preciso que elas se revelem necessárias e que sejam propiciadas e viabilizadas, como partes integrantes do projeto pedagógico e, isto depende da escola, não só do professor. Para a Matemática em particular, dado seu caráter de linguagem e de instrumental universal, os desvios no seu aprendizado influenciam muito duramente o aprendizado das demais ciências.

A reformulação da postura pedagógica terá de ser muito significativa para que, como parte regular da promoção da educação científico-tecnológica, possa conceber e conduzir projetos de trabalho coletivo, interdisciplinares. Para isso, a escola deverá contar com o apoio científico e educacional das universidades ou de outros centros formadores. Estes se beneficiarão também, na medida em que promovessem seus projetos em função das necessidades identificadas na prática docente.

A incorporação de elementos tecnológicos às práticas escolares pode ser oportunizada através do desenvolvimento de projetos conduzidos por grupos de alunos com a supervisão de professores. Para a elaboração de tais projetos, pode-se conceber, uma nucleação prévia de disciplinas de uma área, como a Matemática e as Ciências da Natureza, articulando-se em seguida com as demais áreas.

Há características comuns, entre as várias ciências, a matemática e as tecnologias, pelo tipo de rigor que pressupõem, pelo tipo de correspondência entre suas formulações e os fatos observáveis ou pelo tipo de sentido prático que freqüentemente ostentam. É também comum, a parte significativa das didáticas utilizadas em seu ensino, ainda que haja distintas ênfases adotadas pelas diferentes disciplinas dessa área.

Sem pretender estabelecer qualquer hierarquia de prioridades, descreveremos alguns aspectos, conceitos ou instrumentos didáticos partilhados no ensino de todas as ciências e no da matemática, começando por considerações sobre o papel do professor, que, conhecendo os conteúdos de sua disciplina e estando convicto da importância e da possibilidade de seu aprendizado por todos os seus alunos, é quem seleciona conteúdos instrucionais, compatíveis com os objetivos definidos no projeto pedagógico; problematiza tais conteúdos, promovendo e mediando o diálogo educativo; favorece o surgimento de condições para que os alunos assumam o centro da atividade educativa, tornando-se agentes do aprendizado; articula abstrato e concreto, assim como teoria e prática; cuida da contínua adequação da linguagem, com a crescente capacidade do aluno, evitando a fala e os símbolos incompreensíveis, assim como as restrições desnecessárias e desmotivantes.

O conhecimento prévio dos alunos é particularmente relevante para o aprendizado científico e matemático. Os alunos chegam à escola já trazendo conceitos próprios para as coisas que observam e modelos elaborados autonomamente para explicar sua realidade vivida, inclusive para os fatos de interesse científico. É importante levarem-se em conta tais conhecimentos no processo pedagógico, porque: o efetivo diálogo pedagógico só se verifica quando há uma confrontação verdadeira de visões e opiniões; o aprendizado da ciência é um processo de transição da visão intuitiva, de senso comum ou de auto-elaboração, para a visão de caráter científico construída pelo aluno, como produto do embate de visões.

Se há unanimidade, pelo menos no plano dos conceitos, entre educadores para as ciências e a matemática, é quanto à necessidade de se adotarem métodos de aprendizados ativos e interativos. Os alunos alcançam o aprendizado em um processo complexo, de elaboração pessoal, para o qual o professor e a escola contribuem de várias maneiras: permitindo ao aluno se comunicar, situar-se em seu grupo, debater sua compreensão, aprender a respeitar e a fazer-se respeitar; dando ao aluno oportunidade de construir modelos explicativos, linhas de argumentação e instrumentos de verificação de contradições; criando situações em que o aluno é instigado ou desafiado a participar e

questionar; valorizando as atividades coletivas que propiciem a discussão e a elaboração conjunta de questões e de práticas; desenvolvendo atividades lúdicas, nas quais o aluno deve se sentir desafiado pelo jogo do conhecimento e não somente pelos outros participantes.

Não somente em matemática, mas até particularmente nessa disciplina, a resolução de problemas é uma importante estratégia de ensino. Os alunos, confrontados com situações-problema, novas, mas compatíveis com os instrumentos que já possuem ou que possam adquirir no processo: aprendem a desenvolver estratégia de enfrentamento, planejando etapas, estabelecendo relações, verificando regularidades, fazendo uso dos próprios erros cometidos para buscar novas alternativas; adquirem espírito de pesquisa, aprendendo a consultar, a experimentar, a organizar dados, a sistematizar resultados, a avaliar soluções; desenvolvem sua capacidade de raciocínio, adquirem auto-confiança e sentido de responsabilidade, ampliam sua autonomia e a capacidade de comunicação e de argumentação.

O aprendizado que tem seu ponto de partida no universo vivencial comum entre os alunos e os professores, que investiga ativamente o meio natural ou social real, ou que faz uso do conhecimento prático de especialistas e outros profissionais, desenvolve com vantagem o aprendizado significativo – criando condições para um diálogo efetivo de caráter interdisciplinar, em oposição ao discurso abstrato do saber, prerrogativa do professor; aproximando a escola do mundo real, entrando em contato com a realidade natural, social, cultural e produtiva, em visitas de campo, entrevistas, visitas industriais, excursões ambientais; atribuindo sentido imediato ao conhecimento, fundamentando sua frequência ampliação de caráter abstrato.

Para o aprendizado científico, matemático e tecnológico, a experimentação seja ela de demonstração, seja de observação e manipulação de situações e equipamentos do cotidiano do aluno e, até mesmo a laboratorial, propriamente dita, é distinta daquela conduzida para a descoberta científica e é particularmente importante, quando permite ao estudante: diferentes e concomitantes formas de percepção qualitativa e quantitativa, de manuseio, de observação, de confronto, de dúvida, de construção conceitual; a tomada de dados significativos, com os quais possa verificar ou propor hipóteses explicativas e, preferencialmente, fazer previsões sobre outras experiências não realizadas.

As ciências e as tecnologias, assim como seu aprendizado, podem fazer uso de uma grande variedade de linguagens e recursos, de meios e de formas de expressão, até dos mais tradicionais – os textos e as aulas expositivas em sala de aula. Os textos nem

sempre são essenciais mas, podem ser utilizados com vantagem, uma vez verificada sua adequação, como introdução ao estudo de um dado conteúdo, síntese do conteúdo desenvolvido ou leitura complementar. Um texto apresenta concepções filosóficas, visões de mundo, e deve-se estimular o aluno a ler além das palavras, aprender, avaliar e mesmo se contrapor ao que lê. A leitura de um texto deve ser sempre um dos recursos e não o essencial da aula. Assim, cabe ao professor problematizar o texto e oferecer novas informações que caminhem para a compreensão do conceito pretendido. Quanto às aulas expositivas, é comum que sejam o único meio utilizado, ao mesmo tempo em que deixam a requisição de que correspondem a uma técnica pedagógica sempre cansativa e desinteressante. Não precisa ser assim. A aula expositiva é só um dos muitos meios e deve ser o momento do diálogo, do exercício da criatividade e do trabalho coletivo de elaboração de conhecimento. Através dessa técnica podemos, por exemplo, fornecer informações preparatórias para um debate, jogo ou outra atividade em classe, análise e interpretação dos dados coletados nos estudos do meio e laboratório.

Aulas e livros, contudo, em nenhuma hipótese resumem a enorme diversidade de recursos didáticos, meios e estratégias, que podem ser utilizados no ensino das ciências e da matemática. O uso dessa diversidade é de importância fundamental para o aprendizado porque: saber utilizar tabelas, gráficos, desenhos, fotos, vídeos, câmeras, computadores e outros equipamentos não são só meios, pois dominar seu manuseio é também um dos objetivos do próprio ensino das ciências, da matemática e das tecnologias; determinados aspectos exigem imagens e, mais vantajosamente, imagens dinâmicas, outros necessitam de cálculos ou de tabelas e gráficos, outros podem demandar expressões analíticas, sendo sempre vantajosa a redundância de meios para garantir confiabilidade de registro e/ou reforço no aprendizado.

Outro aspecto metodológico a ser considerado, no ensino das ciências em geral, com possível destaque para a Química e a Física, diz respeito às abordagens quantitativas e às qualitativas. Deve-se iniciar o estudo sempre pelos aspectos qualitativos e, só então introduzir tratamento quantitativo. Este deve ser feito de tal maneira que os alunos percebam as relações quantitativas sem a necessidade de utilização de algoritmos. Os alunos, a partir do entendimento do assunto, poderão construir seus próprios algoritmos.

O aprendizado das Ciências, da Matemática e das Tecnologias pode ser conduzido de forma a estimular a efetiva participação social dos alunos, discutindo possíveis ações na realidade em que vivem, desde a difusão de conhecimento a ações de controle

ambiental ou intervenções significativas no bairro ou localidade, de forma a que os alunos sintam-se de fato defensores de um saber significativo. Os projetos coletivos são particularmente apropriados para esse propósito educacional, envolvendo turmas de alunos em projetos coletivos de produção e de difusão do conhecimento, em torno de temas amplos, como edificações e habitação, veículos e transporte, ambiente, saneamento e poluição, ou ainda produção, distribuição e uso social da energia, temas geralmente interdisciplinares.

A compreensão da relação entre o aprendizado científico, matemático e das tecnologias e as questões de alcance social são a um só tempo meio para o ensino e objetivo da educação. Isso pode ser desenvolvido em atividades como os projetos, acima sugeridos, ou se analisando historicamente, no processo de desenvolvimento das ciências e da matemática. Nessa medida a história das ciências é um importante recurso. A importância da história das ciências e da matemática, contudo, tem uma relevância para o aprendizado, que transcende a relação social, pois ilustra também o desenvolvimento e a evolução dos conceitos a serem aprendidos.

Concluindo essas considerações sobre fins e meios da educação, é justo se acrescentarem alguns ingredientes freqüentemente esquecidos, quando se fala do ensino das ciências, da matemática e das tecnologias, que são o apreço pela cultura e a alegria do aprendizado. Quando a escola promove uma condição de aprendizado em que há entusiasmo nos fazeres, paixão nos desafios, cooperação entre os partícipes, ética nos procedimentos, estará construindo a cidadania em sua prática, dando as condições para a formação dos valores humanos fundamentais, que são centrais entre os objetivos da educação.

4. AVALIAÇÃO

Modificações nas posturas pedagógicas e no aprendizado vão demandar e induzir novos conceitos de avaliação. Isso tem aspectos específicos para a Área de Ciências da Natureza, Matemática e Tecnologias, mas tem validade mais ampla, para todas as áreas e disciplinas. Há aspectos bastante particulares da avaliação que deverão ser tratados em cada disciplina, no contexto de suas didáticas específicas, mas há aspectos gerais que podem ser já enunciados.

É imprópria a avaliação que só se realiza numa prova isolada, pois deve ser um processo contínuo que sirva à permanente orientação da prática docente. Como parte do

processo de aprendizado, deve incluir registros e comentários da produção coletiva e individual do conhecimento e, por isso mesmo, não deveria ser um procedimento aplicado nos alunos, mas um processo que conte com a participação deles. É pobre a avaliação que se constitua em cobrança da repetição do que foi ensinado, pois deveria apresentar situações em que os alunos utilizem e vejam que realmente podem utilizar os conhecimentos, valores e habilidades que desenvolveram.

A avaliação deve ser também tratada como estratégia de ensino, de promoção do aprendizado das ciências e da matemática. A avaliação pode assumir um caráter eminentemente formativo, favorecedor do progresso pessoal e da autonomia do aluno, integrada ao processo ensino-aprendizagem, para permitir ao aluno consciência do seu próprio caminhar em relação ao conhecimento e permitir ao professor controlar e melhorar a sua prática pedagógica. Uma vez que os conteúdos de aprendizagem abrangem os domínios dos conceitos, das capacidades e das atitudes, é objeto da avaliação o progresso do aluno em todos estes domínios.

De comum acordo com o ensino desenvolvido, a avaliação deve dar informação sobre: o conhecimento e compreensão de conceitos e procedimentos; a capacidade para aplicar conhecimentos na resolução de problemas do cotidiano; a capacidade para utilizar as linguagens das ciências, da matemática e das tecnologias, para comunicar 92requê; as habilidades de pensamento como analisar, generalizar, inferir.

8.5.3. ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entendemos por área de ensino em Ciências Humanas e suas Tecnologias a configuração a partir de um conjunto de conhecimentos específicos, cuja afinidade é definida pelo objeto comum de estudos – o comportamento humano – e por pontos de intersecção das metodologias específicas de produção desses conhecimentos, e cujas especificidades ocorrem pelos focos diferenciados a partir dos quais olham o seu objeto em relação ao espaço (Geografia); ao tempo (História); à sociabilidade (Sociologia); aos processos de reflexão sobre comportamentos e pensamentos (Filosofia), de onde decorrem peculiaridades metodológicas importantes de serem preservadas.

Tradicionalmente a presença destes conhecimentos no Ensino Médio tem se dado por meio das disciplinas de História e Geografia e de modo localizado e esporádico, pela presença de outras como a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia.

As vicissitudes enfrentadas na organização das áreas de ensino refletem as vividas pelas ciências na sua trajetória de reordenação, após a crise de paradigmas.

O deslocamento de enfoque da História Política para a História Social, na disciplina História; a compreensão do espaço ocupado pelo homem enquanto espaço construído e consumido, possibilitada pelos estudos marxistas empreendidos pela Geografia, alargaram o campo da Geografia Humana no ensino, muitas vezes em detrimento do ensino da Geografia Física, empanaram com certa frequência a apreensão da contribuição específica da Sociologia enquanto disciplina que tem por objeto os processos de sociabilidade humana em âmbito coletivo definido e dos espaços interpessoais.

Os processos de globalização do mundo e da mundialização da cultura, desencadeados pela sociedade tecnológica em que vivemos, recolocam as questões da sociabilidade humana em espaços cada vez mais amplos e trazem questões de identidade pessoal e social cada vez mais complexas, que precisam ser enfrentadas.

Surge como imperativa a tentativa de elaboração escolar de sínteses significativas pelos sujeitos do processo educacional que se constituam em instrumentos de compreensão do mundo e da vida, permitindo aos alunos melhor se situarem na realidade pós-moderna, de maneira consciente e construtiva, ou criando vínculos produtivos e realizadores com esta realidade.

Admitimos que será da vivência reflexiva com esta realidade, a partir das condições concretas de vida e de trabalho, que surgirão os caminhos de superação das dificuldades colocadas pelas relações sociais presentes.

O encontro dos homens entre si e com o meio natural em que se inserem define por intermédio das relações sociais que travam para a sobrevivência, o espaço sociocultural de sua existência, decorrente das transformações e criações que promovem nesse meio.

Esse delineamento nos possibilita selecionar os conceitos básicos que formam a estrutura deste campo de conhecimento, e que são, cada um deles, geradores de outros conhecimentos.

Os conceitos básicos são instrumentos de trabalho, para a análise e compreensão da realidade, abarcados pelas diferentes Ciências Humanas e permitem perceber a íntima interligação dos fenômenos. Cada um dos conceitos, por si, constituem-se num eixo conceitual, que se amplia e se desdobra em outros conceitos a ele relacionados, à medida que o processo de compreensão dos mesmos caminha. Todos mantêm, ao longo de seus desdobramentos, relações entre si.

A definição de conteúdos programáticos, em particular, e curriculares, em geral, a serem abrangidos na área deverá atender a critérios extraídos de dois eixos didáticos aqui considerados:

- grandes temas ou questões emergentes da sociedade tecnológica, que sejam definidos como significativos pelo professor e pelos alunos;
- conceitos básicos das Ciências Humanas, que compõem uma estrutura de eixos geradores de conhecimento.

No primeiro eixo didático, alguns temas emergentes da sociedade tecnológica podem ser aqui lembrados, compondo uma lista sugestiva, geradora de conteúdos programáticos a serem abordados pelas disciplinas.

A busca e preservação da paz, a defesa do meio ambiente, a justiça social, as questões de gênero, a problemática das minorias (religiosas, raciais, sexuais, etc.), a reordenação dos espaços geográficos do mundo atual, a relação entre as gerações, são questões que contemplam o tema “exercício da cidadania nas sociedades tecnológicas”, seja pela observação e estudo de direitos e deveres já existentes e pela identificação de direitos e deveres a serem construídos; seja pela análise e constatação das funções ordenativas do Estado, em reorganização frente a um mundo globalizado.

A cultura em suas múltiplas dimensões, a sabedoria popular, a ciência e a arte, a cultura das mídias, a cultura religiosa, a cultura de gênero, das etnias, dos grupos específicos de trabalho, o trânsito entre as diferentes culturas, permeadas pelas tecnologias da comunicação que entrecruzam recursos das ciências e das artes, contemplam o tema “cultura e participação social nas sociedades tecnológicas”, seja pela observação e estudo das manifestações culturais de diferentes segmentos sociais, seja pela constatação e análise de problemas da sociedade tecnológica e globalizada que carecem de respostas culturais na atualidade.

O processo de marginalização social, revelador da face excludente da sociedade tecnológica, globalizada e mundializada contempla o tema “trabalho e conhecimento na organização das sociedades tecnológicas”, seja pela observação e estudo dos segmentos sociais excluídos, seja pela constatação e análise do papel do conhecimento nos setores organizados da sociedade, seja pela reflexão sobre o papel emergente que o conhecimento e/ou setor cultural poderão ter na reorganização da sociedade tecnológica, que escapa ao poder organizativo do trabalho, tal como ele está posto no presente.

No segundo eixo didático os conceitos básicos com que trabalham as Ciências Humanas na análise e compreensão da realidade da vida dos homens no seu habitat, formam a estrutura deste campo de conhecimento. Esta deriva das características que envolvem o existir humano. Toda a vida do homem, em qualquer sociedade, em qualquer lugar e em qualquer tempo, se passa dentro de um espaço, o qual tem características próprias que não foram criadas pelo homem. Trata-se, portanto, de um espaço natural que é transformado através do tempo por agentes também naturais.

Na área das Ciências Humanas, da mesma forma, destacam-se as competências relacionadas à compreensão do significado dessas ciências e dos muitos significados que os fenômenos da identidade, da sociedade e da cultura podem ter, e que se constituem nos campos de conhecimento da Sociologia, Antropologia, Psicologia e Direito, entre outras.

Nesta área se incluirão os conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania, para cumprimento do que manda a letra da LDB. No entanto, é indispensável lembrar que o espírito da lei é muito mais generoso com a constituição da cidadania do que poderia ser, caso essa fosse confinada aos limites de uma ou duas disciplinas isoladas.

A área de Ciências Humanas e suas Tecnologias, no Curso de Ensino Médio do Colégio Graham Bell, contemplará as seguintes disciplinas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

9. OBJETIVOS

O objetivo da área de Ciências Humanas e suas Tecnologias é a constituição de competências e habilidades que possibilitem ao aluno:

- Compreender os elementos cognitivos, afetivos, sociais e culturais que constituem a identidade própria e dos outros;
- Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm, como produtos da ação humana; a si mesmo como agente social; e os processos sociais como orientadores da dinâmica dos diferentes grupos de indivíduos;

- Compreender o desenvolvimento da sociedade como processo de ocupação de espaços físicos e as relações da vida humana com a paisagem, em seus desdobramentos político-sociais, culturais, econômicos e humanos;

- Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e fatores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos;

- Traduzir os conhecimentos sobre a pessoa, a sociedade, a economia, as práticas sociais e culturais em condutas de indagação, análise, problematização e protagonismo diante de situações novas, problemas ou questões da vida pessoal, social, política, econômica e cultural;

- Entender os princípios das tecnologias associadas ao conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura entre as quais as de planejamento, organização, gestão, trabalho de equipe, e associá-las aos problemas que se propõem resolver;

- Entender o impacto das tecnologias associadas às Ciências Humanas sobre sua vida pessoal, os processos de produção, o desenvolvimento do conhecimento e a vida social;

- Entender a importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para planejamento, gestão, organização e fortalecimento do trabalho de equipe;

- Aplicar as tecnologias das Ciências Humanas e Sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida.

9. METODOLOGIA

Os eixos didáticos propostos como critérios para seleção de conhecimentos da área são sugestivos de uma metodologia interdisciplinar, de tal forma que cada disciplina, independentemente de seu conteúdo específico, oriente-se por objetivos de ensino da área.

Tais objetivos voltam-se basicamente para a “construção da identidade pessoal do educando” através da formação de uma personalidade democrática, e para a “construção da identidade social do educando”, através do estudo de temas e conceitos referentes à vida social e de uma vivência escolar interatuante, propiciadora de participações sociais organizadoras, preparadoras ou providenciadoras do exercício da cidadania.

O conceito de interdisciplinaridade utilizado refere-se não à mera integração de disciplinas, como também não se restringe somente à adequação de disciplinas diversas a objetivos comuns, visto que a ação interdisciplinar se dá fundamentalmente na prática docente, principalmente, através da associação ensino-pesquisa em sala de aula e da contextualização das escolhas de conteúdos programáticos, fatores primordiais para que o educando, através de diferentes atividades, nas quais utilize diferentes fontes e

linguagens, possa desenvolver competências e habilidades variadas. Quando diferentes educadores atuando em diferentes disciplinas, assumem tal postura ou atitude frente ao saber construído na escola e balizam este processo por objetivos comuns, atuando, portanto, como mediadores da construção da autonomia intelectual do educando, estaremos diante de um real processo interdisciplinar.

Em sociedades como a tecnológica, que têm a ciência como elemento original do processo produtivo e, conseqüentemente como valor social, o ensino escolar configura-se necessariamente em objetivos gerais que encontram na comunicação, elemento principal da sociabilidade humana, e na ciência, elemento essencial de conhecimento gerado pelo homem, seus pilares de sustentação.

Assim alicerçados, os diferentes campos ou áreas de conhecimento com que o Ensino Médio trabalha, podem ser constituídos em torno de três grandes categorias capazes de abrigar os objetivos gerais pretendidos com o conhecimento neste nível de ensino: representação e comunicação; compreensão e investigação; contextualização histórica e sócio-cultural.

Na verdade, o que chamamos de realidade são representações que construímos de suas múltiplas facetas, através das comunicações que conseguimos estabelecer com os outros, com o mundo e com o conhecimento e que nos aproximam em diferentes graus de realidade.

Por diferentes caminhos é possível buscar compreender a realidade e elaborar uma visão de mundo. Para uma sobrevivência mais humana e justa nas sociedades tecnológicas da atualidade, alicerçadas na ciência, é imprescindível que no Ensino Médio tal compreensão se dê através do questionamento e da investigação – do estudo, da observação, da coleta de dados, da análise, da interpretação, da apreensão de sentidos e tendências na direção do desenvolvimento, no educando, do raciocínio lógico-crítico, da capacidade de aprender, de refinar sensibilidades e de afinar a afetividade na direção de sentir com o outro.

Tais procedimentos nos aproximam, na escola, da compreensão dos procedimentos científicos de produção do conhecimento. E dessa forma permitem situar a produção científica e tecnológica dentro de fazeres humanos em suas circunstâncias, permitindo perceber a amplitude de significados alcançados dentro do esforço sociocultural historicamente situado.

4. AVALIAÇÃO

No acervo de conhecimentos produzidos pelas Ciências Humanas é possível localizar ferramentas cognitivas que nos auxiliem a lidar com este saber que poderá acelerar mudanças radicais na direção desejada e necessária para a qualificação da vida nas sociedades contemporâneas.

Questões como a fabricação de bombas nucleares, a produção de energia nuclear, as pesquisas espaciais, as pesquisas de engenharia genética e a aplicação de seus resultados, como por exemplo a produção de clones, desafiam a nossa capacidade de aderir ou repudiar projetos políticos voltados para elas. Questões inadmissíveis tais como pobreza, miséria, analfabetismo, violência, desemprego, vicejam ao lado das questões tecnológicas apontadas, exigindo ágil capacidade de intervenção social para sua erradicação.

A dimensão de suas implicações carece de amplos debates e considerações, dos quais nenhum cidadão deveria ser excluído. Trata-se de decisões que não podem ser tomadas por pequenos grupos em nome de quem quer que seja, pois afetam radicalmente a vida de todos nós. São questões que dizem respeito à sobrevivência de nossa espécie e de nosso meio científico, de acesso ao saber já produzido, de capacidade de autonomia, de decisão e de elaboração de respostas criativas, a serem tomadas com o menor risco de erros.

Baixos índices de escolaridade e escolaridade de baixa qualidade truncam a circulação do conhecimento científico na velocidade em que o mesmo vem sendo produzido, mantendo na ignorância enormes contingentes populacionais. Estes reproduzem comportamentos e atitudes tradicionais diante de fenômenos completamente novos, e de outros já conhecidos, incapacitados do exercício criativo de respostas, pela defasagem de conhecimentos em que são mantidos.

É este o contexto em que o professor do Ensino Médio da área de Ciências Humanas e Sociais está atuando. O professor reflexivo, o professor cidadão, ciente de seus direitos, cumpridor de seus deveres, capaz de criar outros direitos exigidos pelas

novas realidades. É o professor que dialoga com as sugestões programáticas, enquanto um dos recursos organizadores da área.

Qualquer que seja o teor deste diálogo – de identificação total, parcial ou de rejeição – as práticas de ensino fundamentadas daí decorrentes, condizentes com a proposta ou alternativas a ela, deverão alimentar uma constante troca de experiências, reflexões, saberes entre profissionais da educação – em suas escolas e em fóruns mais amplos para este fim especificamente criados.

Assim, a avaliação na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias deve levar em conta, este professor dialógico e o educando cidadão que pretende formar. Deve traduzir o conhecimento das Ciências Humanas em:

- consciências críticas, criativas, capazes de gerar respostas adequadas a problemas atuais que enfrentamos e a situações novas que estão decorrendo do avanço da ciência e de seus desdobramentos na reorganização do mundo do trabalho e da sociedade;

- desenvolvimento da cidadania que implica o conhecimento, uso e produção históricos dos direitos e deveres do cidadão;

- comportamentos e atitudes orientadas pelo princípio de solidariedade humana que supõe a conjugação de esforços, no lugar do confronto de forças, em posturas e condutas crítico/colaborativas.

Será a partir desta incorporação que avançaremos para um Estado democrático fortalecido, de direitos, no qual a assertiva contida na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão venha a se realizar de forma a que *“todo o poder emane do homem e por ele seja exercido”*.

8.6. PARTE DIVERSIFICADA

9. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Parte Diversificada do currículo, destina-se a atender às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Complementa a base nacional comum e será definida em cada escola.

A parte Diversificada considerará as possibilidades de preparação básica para o trabalho e o aprofundamento em uma disciplina ou uma área, sob forma de disciplinas,

projetos ou módulos em consonância com os interesses de alunos e da comunidade a que pertencem.

O seu objetivo principal é desenvolver e consolidar conhecimentos das áreas de forma contextualizada, referindo-se às atividades das práticas sociais e produtivas.

A Parte Diversificada deverá ser organicamente integrada com a base nacional comum, por contextualização, por complementação, por diversificação, por enriquecimento e por desdobramento, entre outras formas de integração.

Na Parte Diversificada serão privilegiadas as Línguas Estrangeiras Modernas (Língua Inglesa e Língua Espanhola), além de Projetos que o Colégio Graham Bell irá desenvolver em cada período letivo.

9. OBJETIVOS

As competências e habilidades a serem alcançadas pela Parte Diversificada do currículo não implicam em profissionalização, mas na diversificação de experiências escolares com o objetivo de enriquecimento curricular ou mesmo, aprofundamento de estudos quando o contexto assim exigir.

Suas competências e habilidades estão descritas, especificamente, no caso das Línguas Estrangeiras Modernas, pelas quais o Colégio Graham Bell optou (Língua Inglesa e Língua Espanhola), no item destinado a esse fim na área de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias, privilegiada com esta opção, e no caso dos projetos extra curriculares, que implantará, no título 4, deste documento, intitulado Projetos Extra curriculares.

9. METODOLOGIA

A Parte Diversificada do currículo do Ensino Médio seguirá os princípios metodológicos das áreas curriculares, em especial os da área de Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias, uma vez que o Colégio Graham Bell escolheu privilegiar na Parte Diversificada de seu currículo as Línguas Estrangeiras Modernas (Língua Inglesa e Língua Espanhola) e, também aos projetos extracurriculares.

A opção pelo ensino das Línguas Estrangeiras Modernas, deve-se ao fato de que as mesmas qualificam a compreensão das possibilidades de visão de mundo e de

diferentes culturas, além de permitir o acesso à informação e à comunicação internacional, necessárias ao desenvolvimento pleno do aluno na sociedade atual.

É preciso pensar-se no processo de ensino-aprendizagem das línguas estrangeiras, em termos de competências abrangentes e não estáticas, uma vez que uma língua é o veículo, por excelência, de comunicação de um povo e, através de sua expressão, esse povo transmite sua cultura, suas tradições e seus conhecimentos.

Entender-se a comunicação como ferramenta imprescindível, no mundo moderno, com vistas à formação pessoal, acadêmica ou profissional, deve ser a grande meta da aprendizagem de línguas estrangeiras.

Os Projetos a serem implantados serão extracurriculares e seguirão os princípios da interdisciplinaridade e contextualização, buscando a formação das competências e habilidades específicas que objetivaram a implantação de cada um deles.

4. AVALIAÇÃO

A avaliação da Parte Diversificada do currículo do Ensino Médio deverá seguir os princípios que nortearão a avaliação das áreas curriculares, em especial os da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias.

Quanto aos projetos extracurriculares, cada um deles contará com uma forma de avaliação específica, dependendo dos objetivos, competências e habilidades que motivaram a implantação dos mesmos.

9.CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM ELETRÔNICA

I. JUSTIFICATIVA

O curso Técnico em Eletrônica foi implantado em Maringá já na década de 70. Nestes quase quarenta anos a cidade atingiu cerca de trezentos e quarenta mil habitantes, dedicados às mais diversas atividades econômicas. Com o crescimento populacional, Maringá tornou-se também um pólo estudantil, com a expansão da Universidade Estadual de Maringá e a implantação de outras cinco instituições de ensino superior. No entanto para o ensino profissional de nível médio a região continua sem muitas opções.

Desde sua efetivação o Colégio Graham Bell vem proporcionando formação sólida aos seus alunos, resultando em mão de obra especializada, prontamente assimilada pelas várias empresas de tecnologia da região Noroeste do Paraná, como por exemplo: INDEL, Cocamar, Alcatel Lucent, entre outras, que os aproveitam como estagiários ou funcionários efetivos. Percebemos também, alto índice de aprovação de nossos alunos, em concursos de empresas públicas como, COPEL, SANEPAR, FURNAS, etc.

Para manter uma formação técnica que atenda as necessidades do mercado atual da região, o Colégio Graham Bell procura atualizar e aperfeiçoar seu plano de curso, acervo bibliográfico e publicações, equipamentos instalados em seus laboratório e corpo docente. Estes são alguns fatores que justificam a continuidade de oferta do curso Técnico em Eletrônica.

II. OBJETIVOS

- Capacitar e habilitar para o exercício profissional técnico em eletrônica.
- Fornecer à comunidade, pessoas capazes e qualificadas ao exercício profissional.
- Preparar profissionais dotados de senso crítico, criatividade e ética profissional.
- Formar profissionais conscientes de seus direitos e deveres profissionais e sociais;
- Preparar o profissional para atuar no mercado de trabalho com criatividade, competitividade, visão de qualidade total e capacidade de liderança.

III. DADOS GERAIS DO CURSO

a) Habilitação Profissional

Técnico em Eletrônica

b) Eixo Tecnológico

Controle e Processos Industriais

c) Carga Horária

A carga horária total do curso será de 1.500 h/a, distribuídas em 03 Semestres letivos de 500 h/a cada semestre, correspondendo cada semestre a 20 semanas, com o mínimo de 100 dias letivos.

d) Regime de Funcionamento

As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, no horário das 19h às 23h 10 min, sendo cinco aulas com um intervalo de 10 min. entre a segunda e a terceira aula.

O ingresso dar-se-á no 1º Semestre, sendo sua a promoção para os Semestres seguintes sequencial.

e) Regime de Matrícula

A matrícula será Semestral.

f) Número de Vagas

Serão ofertadas 42 vagas por turma.

g) Período de Integralização do Curso

O período mínimo de integralização do curso é de 18 (dezoito) meses, e o período máximo é de 5 (cinco) anos.

h) Requisitos de acesso

O aluno deverá ter concluído o Ensino Médio ou curso correspondente em estabelecimento devidamente autorizado e/ou comprovar que está cursando a 2ª série do Ensino Médio ou equivalente.

Para o aluno que ingressar no Curso e também estiver cursando o Ensino Médio, a ele somente será emitido o Diploma do Curso Técnico em Eletrônica, quando este tiver concluído o Ensino Médio.

i) Modalidade de oferta

Presencial.

IV. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

I – Auxiliar Eletroeletrônico (concluintes do 1º Semestre):

O Auxiliar Eletroeletrônico é profissional capacitado com conhecimentos básicos de eletricidade, eletrônica e manuseio de ferramentas e instrumentos de medidas tais como: amperímetro, voltímetro, ohmímetro, osciloscópio, geradores de sinais e outros.

II – Auxiliar Técnico em Eletrônica (concluinte dos 1º e 2º Semestres):

O Auxiliar Técnico em Eletrônica é o profissional capacitado com conhecimentos básicos de eletricidade, eletrônica, manuseio de ferramentas e instrumentos de medidas tais como: amperímetro, voltímetro, ohmímetro, osciloscópio, geradores de sinais e outros, domínio de técnicas operacionais e controle de equipamentos eletrônicos.

III – Assistente Técnico em Eletrônica (concluinte dos 1º, 2º e 3º Semestres, sem apresentação do comprovante de conclusão do Ensino Médio):

O Assistente Técnico em Eletrônica é o profissional capacitado com domínio de técnicas operacionais, controle de equipamentos eletrônicos, capacidade de execução de projetos de circuitos eletrônicos e manutenção de equipamentos eletrônicos.

V – Técnico em Eletrônica (concluinte dos 1º, 2º e 3º Semestres – com apresentação do comprovante de conclusão do Ensino Médio):

O Técnico em Eletrônica é o profissional capacitado para executar todo e qualquer trabalho na área tecnológica e industrial, resolvendo problemas em máquinas e equipamentos de forma corretiva ou preventiva.

V. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO

A organização curricular para o curso Técnico em Eletrônica está voltada para a formação do profissional, dentro dos princípios estéticos, políticos e éticos da LDB.

O currículo está estruturado em Semestres, cujo sequenciamento de disciplinas visa o desenvolvimento de habilidades necessárias para a completa formação profissional.

A carga horária para o curso proposto será de 1.500 h/a.

A carga horária de 1.500 h/a está dividida em 3 (três) Semestres de 500 h/a, correspondendo há um semestre com 100 dias letivos.

Os Semestres possuem os seguintes objetivos:

No 1º Semestre o objetivo geral é apresentar os conceitos teóricos e práticos, básicos das disciplinas que o compõem.

No 2º Semestre serão ampliados os conhecimentos técnicos e práticos, desenvolvendo habilidades e o interesse em aprofundar os conhecimentos adquiridos, com ênfase no desenvolvimento de funções operacionais para aplicação prática no exercício profissional.

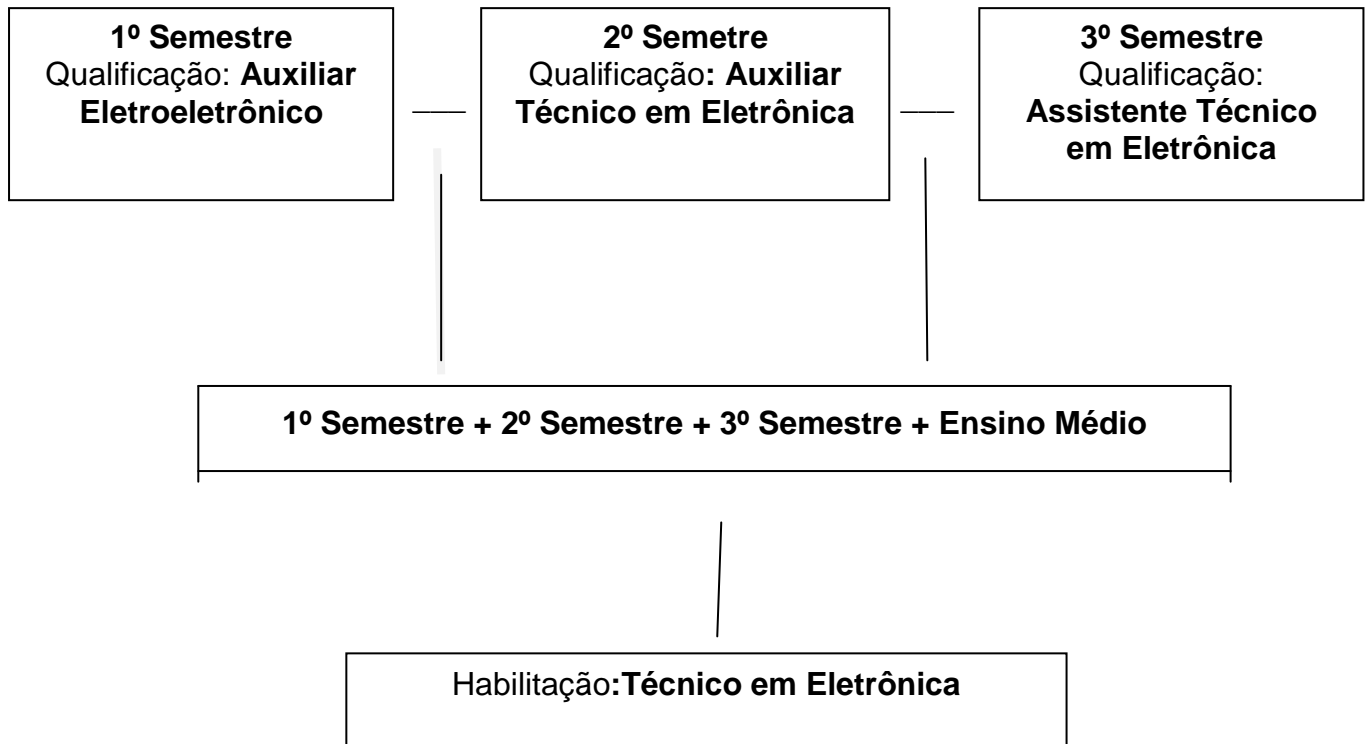
No 3º Semestre o principal objetivo é o desenvolvimento de habilidades técnicas para executar tarefas específicas, através de aulas teóricas e práticas.

c) Matriz curricular do curso Técnico em Eletrônica

Matriz Curricular						
Estabelecimento: Colégio Graham Bell – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional						
Município: Maringá						
Curso: TÉCNICO EM ELETRÔNICA						
Forma: Subseqüente/concomitante				Ano de implantação: 2011		
Turno: NOITE				Carga horária: 1.500 h/a / 1.200 h		
Modulo: 20				Organização: SEMESTRAL		
DISCIPLINAS		SEMESTRES			hora/aula	horas
		1°	2°	3°		
1	Eletricidade	9	5		280	224
2	Eletrônica	3	6	5	280	224
3	Eletrônica Digital	5	5		200	160
4	Projetos e Montagens	4		3	140	112
5	Prática de Laboratório	4	5	5	280	224
6	Algoritmos		2		40	32
7	Microcontroladores		2		40	32
8	Manutenção de Equipamentos Eletroeletrônicos			3	60	48
09	Análise de Circuito			3	60	48
10	Linguagem de Programação			2	40	32
11	Rede de Computadores			3	60	48
12	Trabalho de Conclusão de Curso			1	20	16
TOTAL					1.500	1.200

Formação Profissional de Técnico em Eletrônica

ITINERÁRIO FORMATIVO



VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

a) Sistema de avaliação

A avaliação do Ensino Profissional será contínua e progressiva, obedecendo à ordenação curricular e a seqüência do processo de ensino/aprendizagem, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação deve ser diagnóstica, formativa e somativa, utilizando instrumentos e técnicas diversificadas para a avaliação, tais como: testes de aproveitamento orais e escritos; trabalhos práticos e dirigidos; tarefas específicas; trabalhos de criação e de observações espontâneas ou dirigidas, discussões e outros que se recomendem, ficando vedada a aferição única.

Para fins de registro na documentação escolar a avaliação terá seu registro em notas bimestrais, expressas em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

O rendimento mínimo exigido para promoção é a nota 60 (sessenta) e freqüência de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina.

$$\text{Média Semestral} = \frac{1^{\circ} \text{ Bimestre} + 2^{\circ} \text{ Bimestre}}{2}$$

2

Os alunos que não atingirem aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) em cada disciplina, serão submetidos ao processo de recuperação preventiva imediata e, no final do Semestre, ao Exame Final.

Após as avaliações referentes aos bimestres, à recuperação preventiva imediata e aos Exames Finais será atribuída a maior das notas obtidas pelo aluno.

A avaliação será registrada em documentos próprios, a fim de se assegurar a regularidade e autenticidade da vida escolar.

Recuperação de Estudos

A recuperação de estudos visa proporcionar ao aluno com rendimento insuficiente em um ou mais disciplinas que compõe o semestre, oportunidade de melhoria de aproveitamento.

A recuperação será proporcionada nas seguintes modalidades: Recuperação preventiva imediata e Exame Final.

A recuperação preventiva imediata será desenvolvida paralelamente às atividades

regulares, na medida em que se forem constatando falhas na aprendizagem, com posterior avaliação. Ela será proporcionada através da retomada dos conteúdos no ato da entrega dos resultados de cada avaliação aplicada. Seu planejamento será elaborado pelos professores e equipe pedagógica, e deverá constar de aulas e tarefas orientadas pelo próprio professor. A data de aplicação da recuperação preventiva imediata será marcada pela equipe pedagógica, devendo ocorrer em horário diverso das aulas normais.

Para fins de registro de resultados, após a aplicação da avaliação referente à recuperação preventiva imediata, considerar-se-á o maior rendimento obtido pelo aluno em cada disciplina.

O Exame Final é a recuperação proporcionada ao final do período letivo para os alunos que não atingiram o rendimento mínimo 60 (sessenta) em cada disciplina no Semestre. Será realizado após o encerramento do Semestre, em data prevista no calendário do estabelecimento, e avaliará os objetivos não atingidos pelo aluno.

A convocação aos alunos para recuperação preventiva imediata e exame final será feita pela equipe pedagógica na forma de Edital.

Os pais ou alunos poderão requerer a revisão dos resultados finais no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a partir da comunicação dos resultados.

Promoção

O aluno, no final do semestre, será considerado:

I – Aprovado – se obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência e nota mínima 60 em todas as disciplinas que compõem o Semestre;

II – Reprovado – se obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de frequência em todas as disciplinas que compõem o Semestre e nota menor que 60, nas disciplinas que compõem o Semestre;

III – Reprovado – se obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em uma ou mais disciplinas que compõem o Semestre, independentemente das notas que tenha alcançado;

b) Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos, Competências e Experiências Anteriores

Este Estabelecimento poderá aproveitar conhecimentos, competências e experiências anteriores desde que diretamente relacionadas com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridas:

- no Ensino Médio;
- em qualificações profissionais, etapas ou módulos em nível técnico concluídos em outros cursos, desde que cursados nos últimos cinco anos;
- em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no trabalho ou por meios informais;
- em processos formais de certificação;
- no exterior.

Para solicitação e avaliação do aproveitamento de estudos o aluno preencherá o requerimento solicitando o aproveitamento de estudos, considerando o perfil profissional do curso técnico e a indicação dos cursos realizados anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.

Uma comissão de professores, do curso técnico, designada pela Direção fará a análise da documentação apresentada pelo aluno;

Mediante aprovação da comissão será indicado os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudadas pelo aluno a fim de **realizar a avaliação**, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.

Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrado ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

A avaliação, para fins de aproveitamento de estudos, será realizada conforme os critérios estabelecidos no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

VII. ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO, ANEXANDO OS TERMOS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM EMPRESAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE SEJAM VINCULADAS AO CURSO

As visitas às empresas são agendadas semestralmente, de acordo com as necessidades do curso. Normalmente as empresas visitadas são: Usina de Itaipu; Cia. Paranaense de Energia Elétrica – COPEL; Romagnole Produtos Elétricos S.A. ; INDEL – Indústria Eletrônica Ltda.

XI. CERTIFICAÇÃO

A. CERTIFICAÇÃO: este estabelecimento prevê para o Curso Técnico em Eletrônica, terminalidades parciais a saber:

I – Com a conclusão do 1º Semestre, o aluno receberá **Certificado de Formação Profissional Básica em Eletroeletrônica**, sendo-lhe concedido o título de **Auxiliar Eletroeletrônico**. Neste certificado deverá constar a carga horária do Semestre (500 h/a)

II – Com a conclusão do 2º Semestre, o aluno receberá **Certificado de Formação Profissional de Auxiliar Técnico em Eletrônica**, sendo-lhe concedido o título de **Auxiliar Técnico em Eletrônica**. Neste certificado deverá constar a carga horária dos Semestres concluídos (1.000 h/a – 1º Semestre + 2º Semestre)

III – Com a conclusão do 3º Semestre, sem apresentação do comprovante de conclusão do Curso de Ensino Médio, o aluno poderá receber **Certificado de Formação Profissional de Assistente Técnico em Eletrônica**, sendo-lhe concedido o título de **Assistente Técnico em Eletrônica**. Neste certificado deverá constar a carga horária dos Semestres concluídos (1.500 h/a = 1º Semestre + 2º Semestre + 3º Semestre).

B. DIPLOMA: O aluno ao concluir do 3º Semestre, e a apresentação do certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, será expedido ao aluno o **Diploma de Técnico em Eletrônica**, sendo-lhe concedido o título de **Técnico em Eletrônica**, contendo a carga horária total do curso.

XII. RECURSOS MATERIAIS

INSTALAÇÕES

1 – Salas de aula			
Salas de aula	Área (m ²)	Nº Alunos	Finalidade
Sala 01	59,04m ²	42	Aulas Teóricas

Sala 02	59,04m ²	42	Aulas Teóricas
Sala 03	66,96m ²	45	Aulas Teóricas
Sala 07	58,32m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 08	58,32m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 09	58,32m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 10	58,90m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 13	61,64m ²	43	Aulas Teóricas
Sala 14	32,90m ²	22	Aulas Teóricas

2 – Laboratórios			
Laboratórios	Área (m²)	Nº Alunos	Finalidade
Laboratório 01	60,14m ²	42	Laboratório de Informática
Laboratório 02	73,40m ²	25	Laboratório de Eletrônica
Laboratório 03	32,92m ²	15	Laboratório de Eletrotécnica
Laboratório 04	32,92m ²	15	Laboratório de Automação Industrial

3 – Biblioteca		
	Área (m²)	Nº Alunos
Biblioteca	42,00m ²	30

10.CURSO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE EM ELETROTÉCNICA

I. JUSTIFICATIVA

O curso Técnico em Eletrotécnica foi implantado em Maringá já na década de 70. Nestes quase quarenta anos a cidade atingiu cerca de trezentos e quarenta mil habitantes, dedicados às mais diversas atividades econômicas. Com o crescimento populacional, Maringá tornou-se também um pólo estudantil, com a expansão da

Universidade Estadual de Maringá e a implantação de outras cinco instituições de ensino superior. No entanto para o ensino profissional de nível médio a região continua sem muitas opções.

Desde sua efetivação o Colégio Graham Bell vem proporcionando formação sólida aos seus alunos, resultando em mão de obra especializada, prontamente assimilada pelas várias empresas de tecnologia da região Noroeste do Paraná, como por exemplo: INDEL, Cocamar, Alcatel Lucent, entre outras, que os aproveitam como estagiários ou funcionários efetivos. Percebemos também, alto índice de aprovação de nossos alunos, em concursos de empresas públicas como, COPEL, SANEPAR, FURNAS, etc.

Para manter uma formação técnica que atenda as necessidades do mercado atual da região, o Colégio Graham Bell procura atualizar e aperfeiçoar seu plano de curso, acervo bibliográfico e publicações, equipamentos instalados em seus laboratório e corpo docente. Estes são alguns fatores que justificam a continuidade de oferta do curso Técnico em Eletrotécnica.

II. OBJETIVOS

- Capacitar e habilitar para o exercício profissional técnico em eletrotécnica.
- Fornecer à comunidade pessoas capazes e qualificados ao exercício profissional.
- Preparar profissionais dotados de senso crítico, criatividade e liderança, ética e excelência profissional.
- Capacitar para supervisionar, conferir e aplicar tarefas no setor onde atua.
- Desenvolver o espírito de equipe.

III. DADOS GERAIS DO CURSO

a) Habilitação Profissional

Técnico em Eletrotécnica

b) Área Profissional

Controle e Processos Industriais

c) Carga Horária

A carga horária total do curso será de 1.500 h/a, distribuídas em 03 Semestres letivos de 500 h/a cada semestre, correspondendo cada semestre a 20 semanas, com o mínimo de 100 dias letivos.

d) Regime de Funcionamento

As aulas são ministradas de segunda a sexta-feira, no horário das 19h às 23h 10 min., sendo cinco aulas com um intervalo de 10 min. entre a Segunda e a terceira aula.

O ingresso dar-se-á no 1º Semestre, sendo sua a promoção para os Semestres seguintes seqüencial.

e) Regime de Matrícula

A matrícula será Semestral.

f) Número de Vagas

Serão ofertadas 42 vagas por turma.

g) Período de Integralização do Curso

O período mínimo de integralização do curso é de 18 (dezoito) meses, e o período máximo é de 5 (cinco) anos.

h) Requisitos de acesso

O aluno deverá ter concluído o Ensino Médio ou curso correspondente em estabelecimento devidamente autorizado e/ou comprovar que está cursando a 2ª série do Ensino Médio ou equivalente.

Para o aluno que ingressar no Curso e também estiver cursando o Ensino Médio, a ele somente será emitido o Diploma do Curso Técnico em Eletrotécnica, quando este tiver concluído o Ensino Médio.

i) Modalidade de oferta

Presencial

IV. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO CURSO

I – Auxiliar Eletroeletrônico (concluintes do 1º Semestre):

O Auxiliar Eletroeletrônico é profissional capacitado com conhecimentos básicos de eletricidade, eletrônica e manuseio de ferramentas e instrumentos de medidas tais como: amperímetro, voltímetro, ohmímetro, osciloscópio, geradores de sinais e outros.

II – Auxiliar Técnico em Eletrotécnica (concluinte dos 1º e 2º Semestres):

O Auxiliar Técnico em Eletrotécnica é o profissional capacitado com conhecimentos básicos de eletricidade, eletrônica, manuseio de ferramentas e instrumentos de medidas tais como: amperímetro, voltímetro, ohmímetro, osciloscópio, geradores de sinais e outros, domínio de técnicas operacionais e controle de equipamentos eletrônicos.

III – Assistente Técnico em Eletrotécnica (concluinte dos 1º, 2º e 3º Semestres – sem apresentação do comprovante de conclusão do Ensino Médio):

O assistente Técnico em Eletrotécnica é o profissional capacitado com execução de projetos elétricos.

IV – Técnico em Eletrotécnica (concluinte dos 1º, 2º e 3º Semestres – com apresentação do comprovante de conclusão do Ensino Médio):

O Técnico em Eletrotécnica é o profissional capacitado em desenvolver projetos elétricos, montagem de quadro de distribuição, instalações e manutenção de motores e geradores elétricos, manuseio de equipamentos e componentes especiais de automação industrial.

V. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR CONTENDO AS INFORMAÇÕES RELATIVAS À ESTRUTURA DO CURSO

A organização curricular para o curso Técnico em Eletrotécnica está voltada para a formação do profissional, dentro dos princípios estéticos, políticos e éticos da LDB.

O currículo está estruturado em Semestres, cujo sequenciamento de disciplinas visa o desenvolvimento de habilidades necessárias para a completa formação profissional.

A carga horária para o curso proposto será de 1.500 h/a.

A carga horária de 1.500 h/a está dividida em três Semestres de 500 h/a, correspondendo há um semestre com 100 dias letivos.

Os Semestres possuem os seguintes objetivos:

No 1º Semestre o objetivo geral é apresentar os conceitos teóricos e práticos, básicos das disciplinas que o compõem.

No 2º Semestre serão ampliados os conhecimentos técnicos e práticos, desenvolvendo habilidades e o interesse em aprofundar os conhecimentos adquiridos, com ênfase no desenvolvimento de funções operacionais para aplicação prática no exercício profissional.

No 3º Semestre o principal objetivo é o desenvolvimento de habilidades técnicas para executar tarefas específicas, através de aulas teóricas e práticas.

c) MATRIZ CURRICULAR

Matriz Curricular						
Estabelecimento: Colégio Graham Bell – Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Profissional						
Município: Maringá						
Curso: TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA						
Forma: Subseqüente/concomitante			Ano de implantação: 2011			
Turno: NOITE			Carga horária: 1.500 h/a / 1.200 h			
Modulo: 20			Organização: SEMESTRAL			
DISCIPLINAS		SEMESTRES			hora/aula	hora
		1°	2°	3°		
01	Eletricidade	9	5		280	224
02	Eletrônica	3			60	48
03	Eletrônica Digital	5			100	80
04	Projetos e Montagens	4			80	64
05	Prática de Laboratório	4			80	64
06	Eletrônica Industrial		4		80	64
07	Máquinas Elétricas		2	3	100	80
08	Instalações Elétricas		4	3	140	112
09	Informática Aplicada		2	2	80	64
10	Prática Profissional		5	5	200	160
11	Projetos Elétricos		3	3	120	96
12	Geração, Transmissão e Distribuição de Energia			3	60	48
13	Automação Industrial			5	100	80
14	Trabalho de Conclusão de Curso			1	20	16
TOTAL					1.500	1.200

Formação Profissional de Técnico em Eletrotécnica

ITINERÁRIO FORMATIVO

Módulo I
Qualificação: **Auxiliar**
Eletroeletrônico

Módulo II
Qualificação: **Auxiliar**
Técnico em
Eletrotécnica

Módulo III
Qualificação:
Assistente Técnico
em Eletrotécnica

Módulo I + Módulo II + Módulo III + Ensino Médio

Habilitação: Técnico em
Eletrotécnica

VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO, CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS, COMPETÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

a) Sistema de avaliação

A avaliação do Ensino Profissional será contínua e progressiva, obedecendo à ordenação curricular e a seqüência do processo de ensino/aprendizagem, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A avaliação deve ser diagnóstica, formativa e somativa, utilizando instrumentos e técnicas diversificadas para a avaliação, tais como: testes de aproveitamento orais e escritos; trabalhos práticos e dirigidos; tarefas específicas; trabalhos de criação e de observações espontâneas ou dirigidas, discussões e outros que se recomendem, ficando vedada a aferição única.

Para fins de registro na documentação escolar a avaliação terá seu registro em notas bimestrais, expressas em uma escala de 0 (zero) a 100 (cem).

O rendimento mínimo exigido para promoção é a nota 60 (sessenta) e freqüência de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina.

$$\text{Média Semestral} = \frac{1^{\circ} \text{ Bimestre} + 2^{\circ} \text{ Bimestre}}{2}$$

Os alunos que não atingirem aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) em cada disciplina, serão submetidos ao processo de recuperação preventiva imediata e, no final do Semestre, ao Exame Final.

Após as avaliações referentes aos bimestres, à recuperação preventiva imediata e aos Exames Finais será atribuída a maior das notas obtidas pelo aluno.

A avaliação será registrada em documentos próprios, a fim de se assegurar a regularidade e autenticidade da vida escolar.

Recuperação de Estudos

A recuperação de estudos visa proporcionar ao aluno com

rendimento insuficiente em um ou mais disciplinas que compõe o semestre, oportunidade de melhoria de aproveitamento.

A recuperação será proporcionada nas seguintes modalidades: Recuperação preventiva imediata e Exame Final.

A recuperação preventiva imediata será desenvolvida paralelamente às atividades regulares, na medida em que se forem constatando falhas na aprendizagem, com posterior avaliação. Ela será proporcionada através da retomada dos conteúdos no ato da entrega dos resultados de cada avaliação aplicada. Seu planejamento será elaborado pelos professores e equipe pedagógica, e deverá constar de aulas e tarefas orientadas pelo próprio professor. A data de aplicação da recuperação preventiva imediata será marcada pela equipe pedagógica, devendo ocorrer em horário diverso das aulas normais.

Para fins de registro de resultados, após a aplicação da avaliação referente à recuperação preventiva imediata, considerar-se-á o maior rendimento obtido pelo aluno em cada disciplina.

O Exame Final é a recuperação proporcionada ao final do período letivo para os alunos que não atingiram o rendimento mínimo 60 (sessenta) em cada disciplina no Semestre. Será realizado após o encerramento do Semestre, em data prevista no calendário do estabelecimento, e avaliará os objetivos não atingidos pelo aluno.

A convocação aos alunos para recuperação preventiva imediata e exame final será feita pela equipe pedagógica na forma de Edital.

Os pais ou alunos poderão requerer a revisão dos resultados finais no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a partir da comunicação dos resultados.

Promoção

O aluno, no final do Semestre, será considerado:

I – Aprovado – se obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de freqüência e nota mínima 60 em todas as disciplinas que compõem o Semestre;

II – Reprovado – se obtiver 75% (setenta e cinco por cento) de freqüência em todas as disciplinas que compõem o Semestre e nota menor que

60, em duas ou mais disciplinas que compõem o Semestre;

III – Reprovado – se obtiver frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) em uma ou mais disciplinas que compõem o Semestre, independentemente das notas que tenha alcançado;

b) Critérios de Aproveitamento de Conhecimentos, Competências e Experiências Anteriores

Este Estabelecimento poderá aproveitar conhecimentos, competências e experiências anteriores desde que diretamente relacionadas com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, adquiridas:

- no Ensino Médio;
- em qualificações profissionais, etapas ou módulos em nível técnico concluídos em outros cursos, desde que cursados nos últimos cinco anos;
- em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, no trabalho ou por meios informais;
- em processos formais de certificação;
- no exterior.

Para solicitação e avaliação do aproveitamento de estudos o aluno preencherá o requerimento solicitando o aproveitamento de estudos, considerando o perfil profissional do curso técnico e a indicação dos cursos realizados anexando fotocópia de comprovação de todos os cursos ou conhecimentos adquiridos.

Uma comissão de professores, do curso técnico, designada pela Direção fará a análise da documentação apresentada pelo aluno;

Mediante aprovação da comissão, serão indicados os conteúdos (disciplinas) que deverão ser estudadas pelo aluno a fim de **realizar a avaliação**, com data, hora marcada e professores escalados para aplicação e correção.

Para efetivação da legalidade do aproveitamento de estudos será lavrado ata constando o resultado final da avaliação e os conteúdos aproveitados, na forma legal e pedagógica.

A avaliação, para fins de aproveitamento de estudos, será realizada conforme os critérios estabelecidos no Plano de Curso e no Regimento Escolar.

VII. ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRODUTIVO, ANEXANDO OS TERMOS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM EMPRESAS E OUTRAS INSTITUIÇÕES QUE SEJAM VINCULADAS AO CURSO

As visitas às empresas são agendadas semestralmente, de acordo com as necessidades do curso. Normalmente as empresas visitadas são: Usina de Itaipu; Cia. Paranaense de Energia Elétrica – COPEL; Romagnole Produtos Elétricos S.A.; GVT – Global Village Telecom; INDEL – Indústria Eletrônica Ltda

XI. CERTIFICAÇÃO

A. CERTIFICAÇÃO: este estabelecimento prevê para o Curso Técnico em Eletrotécnica, terminalidades parciais a saber:

I – Com a conclusão do 1º Semestre, o aluno receberá **Certificado de Formação Profissional Básica em Eletroeletrônica**, sendo-lhe concedido o título de **Auxiliar Eletroeletrônico**. Neste certificado deverá constar a carga horária do Semestre (500 horas)

II – Com a conclusão do 2º Semestre, o aluno receberá **Certificado de Formação Profissional de Auxiliar Técnico em Eletrotécnica**, sendo-lhe concedido o título de **Auxiliar Técnico em Eletrotécnica**. Neste certificado deverá constar a carga horária dos Semestres concluídos (1.000 horas – 1º Semestre + 2º Semestre)

III – Com a conclusão do 3º Semestre, sem apresentação do comprovante de conclusão do Curso de Ensino Médio, o aluno poderá receber **Certificado de Formação Profissional de Assistente Técnico em Eletrotécnica**, sendo-lhe concedido o título de **Assistente Técnico em**

Eletrotécnica. Neste certificado deverá constar a carga horária dos Semestres concluídos (1.500 horas – 1º Semestre + 2º Semestre + 3º Semestre).

B. DIPLOMA: O aluno ao concluir do 3º Semestre, e a apresentação do certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, será expedido ao aluno o **Diploma de Técnico em Eletrotécnica**, sendo-lhe concedido o título de **Técnico em Eletrotécnica**, contendo a carga horária total do curso.

XII. RECURSOS MATERIAIS

INSTALAÇÕES

1 – Salas de aula			
Salas de aula	Área (m²)	Nº Alunos	Finalidade
Sala 01	59,04m ²	42	Aulas Teóricas
Sala 02	59,04m ²	42	Aulas Teóricas
Sala 03	66,96m ²	45	Aulas Teóricas
Sala 07	58,32m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 08	58,32m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 09	58,32m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 10	58,90m ²	40	Aulas Teóricas
Sala 13	61,64m ²	43	Aulas Teóricas
Sala 14	32,90m ²	22	Aulas Teóricas
2 – Laboratórios			
Laboratórios	Área (m²)	Nº Alunos	Finalidade
Laboratório 01	60,14m ²	42	Laboratório de Informática
Laboratório 02	73,40m ²	25	Laboratório de Eletrônica

Laboratório 03	32,92m ²	15	Laboratório de Eletrotécnica
Laboratório 04	32,92m ²	15	Laboratório de Automação Industrial

3 – Biblioteca		
	Área (m²)	N° Alunos
Biblioteca	42,00m ²	30

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Longe de onde queremos estar, mas muito melhor do que estávamos”. Esta frase exprime, em poucas palavras, os anseios da comunidade escolar do Colégio Graham Bell com relação ao seu trabalho pedagógico.

Ela demonstra a preocupação dos nossos educadores em buscar sempre o aprimoramento de seu trabalho pedagógico, e nunca considerar o trabalho realizado, perfeito, pois sempre é possível mudar e melhorar.

Não podemos ser tímidos em nossas ambições na área educacional, é preciso garantir uma escola de qualidade, e com compromisso com o conhecimento. Este é o verdadeiro caminho para combater a pobreza, a miséria e a ignorância em nosso país, garantindo a vigência de uma sociedade mais justa e solidária.

Neste Projeto Político Pedagógico (PPP) apresentamos nossa proposta baseada na realidade e nos compromissos assumidos com as famílias e com a sociedade.

O mundo está em permanente transformação e exige novas posturas de professores e estudantes. Não há mais lugar para quem se acomoda e acredita estar preparado para enfrentar qualquer desafio com o que aprendeu na escola. Nosso tempo exige aprender a aprender sempre, correr riscos, ousar, criar.

Nosso compromisso é com o conhecimento em constante transformação, e com a construção de uma postura comprometida com a sociedade em que vivemos.

Maringá, 30 de junho de 2011

Lélia Lucia Leal Bariani

Diretora Educacional

Responsáveis pelo Projeto Político Pedagógico do Colégio Graham Bell:

Adair Dumas- Diretor Geral

Bernadete Sorato – Orientadora Pedagógica

Cintia Valer – Coordenadora Pedagógica

Marion Mattera – Coordenadora Pedagógica